



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

JÚLIO ERNESTO SOUZA DE OLIVEIRA

A SAGA DA SOJA NIPO-BRASILEIRA:
DITADURA MILITAR E IMPLEMENTAÇÃO DO PRODECER NOS
CERRADOS BRASILEIROS (1964-1979)

Salvador

2022

JÚLIO ERNESTO SOUZA DE OLIVEIRA

**A SAGA DA SOJA NIPO-BRASILEIRA:
DITADURA MILITAR E IMPLEMENTAÇÃO DO PRODECER NOS
CERRADOS BRASILEIROS (1964-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Relações de Poder e Região

Orientadora: Prof.^a Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Coorientador: Prof. Dr. Clóvis Caribé Menezes dos Santos

Salvador

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Souza de Oliveira, Júlio Ernesto

A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e
implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros
(1964-1979 / Júlio Ernesto Souza de Oliveira. --
Salvador, 2022.

125 f. : il

Orientador: Lina Maria Brandão de Aras Clóvis
Caribé Menezes dos Santos.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
História) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2022.

1. ditadura militar brasileira. 2. PRODECER. 3.
Cerrados. 4. Japão. I. Clóvis Caribé Menezes dos
Santos, Lina Maria Brandão de Aras. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Estrada de São Lázaro, 197, Federação, Salvador - Bahia
CEP: 40210-630. Tel: 71 3283 7904/ 3283 7903

ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA(o) ALUNA(o)	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Júlio Ernesto Souza de Oliveira	2019108011	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Lina Maria Brandão de Aras (Orientador- UFBA)		25414542520
Clóvis Caribé Menezes dos Santos (Coorientador - UEFS)		110.117.345-91
Marcial Humberto Saavedra Castro (Doutor pelo PPGH/UFBA)		531539955-91

ATA

Aos vinte e três dias mês de setembro do ano de 2022, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **JÚLIO ERNESTO SOUZA DE OLIVEIRA**, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação está concluída e não foram apresentadas correções.

SSA, 23/09/2022: Assinatura do aluno:

SSA, 23/09/2022: Assinatura do orientador:

Aos meus pais, Isabel e Dermeval, com muito amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho encerra um ciclo muito importante da minha vida. Desde criança, acompanho, observando a atuação da minha mãe, a Luta pela Terra na região do Médio São Francisco, através do processo de Reforma Agrária no Assentamento Manoel Dias em Muquém do São Francisco/BA. A temática da ruralidade atravessou, desde muito cedo, nossa sociabilidade familiar, e sou muito grato por isso. Mas antes, agradeço aos milhões de camponesas e camponeses que sustentam esse país estruturalmente desigual chamado Brasil.

Agradeço aos meus pais, Isabel de Jesus Souza e Dermeval Gervásio de Oliveira, por terem nos dado tão virtuoso exemplo. A coragem e generosidade de vocês ressoou em nós três, tenho certeza disso. Aos meus irmãos, Fábio Eugênio e Marcus Vinícius, que a nossa amizade e parceria continuem se fortalecendo! À minha avó, Maria Rosa, que não pôde ver essa conquista. À Rafaella Madalena, minha parceira nas artes e companheira na vida, sem a qual eu não teria tido a força para concluir este trabalho. À Dona Carminha, Seu Anselmo e Raquel, que já considero como parte da minha família.

Agradeço à Lina Aras, mais que uma orientadora, uma amiga, que me acolheu em 2016 e desde então vimos desbravando o campo da História Agrária, com muita parceria, confiança e respeito. Agradeço a Clóvis Caribé, que tive a alegria de conhecer durante o mestrado, aceitou me coorientar, e sem o qual não teria me aproximado da história do PRODECER. Agradeço também à Marcial Saavedra, que tem me acompanhado desde o início da graduação, trazendo um pouco dos Andes para o nosso litoral baiano. Obrigado a vocês por terem aceitado participar dessa banca.

Aos professores Maurício Brito e Laura de Oliveira, que participaram da banca de qualificação e aportaram muitíssimo para a feitura deste trabalho. Aos colegas de São Lázaro, faculdade onde me formei e cresci como indivíduo, orgulhoso de ter compartilhado esses anos com vocês. À Fernanda Flôres, Giba Couto, Anne Alves, Felipe Duccini e Yuri Oliveira, que tornaram essa aventura muito mais prazerosa. Cumpri minha promessa, nos encontraremos no doutorado!

Aos meus colegas da turma de 2019 e particularmente a Eduardo, Desirée, Hemerson, Elias, Solange e Zaquel. Vivemos o desafio de fazer pesquisa durante a pandemia e no entanto, aos poucos, estamos fechando esse ciclo. Desejo o melhor para vocês! Aos

professores do PPGH, em especial a Milton Moura, Maria de Fátima, Ana Carolina, Carlos Zacarias e Iacy, sou muito feliz por ter aprendido esse *métier* com vocês!

A todos os amigos e amigas de Ibotirama/BA, terra de onde parti em direção à capital, em especial à Taciana Carvalho, Orlando Rosa, Cléber Eduão, Bia, Gilberto Moraes, Ângela Maria, Gerri Cunha, Priscila, Pedro Patrocínio, Neia, Sandro, Heber, Crisna Imhof, Victor Marx, Reizinho, Edimarcos Satel, Abgail Montalvão, e aos queridos e saudosos Reginaldo Pereira e Aliomar Pereira. Certo de que me esqueci de alguém, pois foram muitos os que fizeram parte dessa jornada, um grande muito obrigado!

Agradeço finalmente à classe trabalhadora que, através de uma bolsa de estudos do CNPq, financiou essa pesquisa durante 26 meses. Sou cria da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, realidade possível graças à luta dessa população que segue resistindo, apesar de tudo.

*“As citações, no meu trabalho, são como ladrões à beira da estrada,
que irrompem armados e arrebatam o consciente do ocioso viajante.”*

Walter Benjamin

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. **A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979)**. 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, a partir de um projeto de cooperação nipo-brasileira denominado PRODECER (1979-2001). Para tanto, analisaremos o rearranjo dos direitos de propriedade privada da terra durante a primeira década da ditadura militar brasileira (1964-1985), bem como a atuação da EMBRAPA no bioma do Cerrado, visando a difusão e implementação de um modelo de modernização da produção agrícola advindo do pós-Segunda Guerra Mundial, pensado como Revolução Verde. Em seguida, a política externa nipo-americana será objeto de análise deste trabalho, observando o contexto de crise mundial gerado pela Crise Petrolífera de 1973 e a aproximação da diplomacia japonesa ao Brasil após o embargo na exportação de grãos imposto pelos EUA, a mudança de paradigma no seio da política externa brasileira ocorrida entre os governos de Castelo Branco e de Geisel, bem como o discurso de complementariedade criado entre os dois governos para justificar, do ponto de vista político, o estabelecimento de uma cooperação agrícola entre ambos países. Por último, prescreveremos a implementação da 1ª fase do PRODECER no Noroeste do estado de Minas Gerais, onde analisaremos os elementos territoriais e socioeconômicos do mesmo, a resistência empreendida pela CPT juntamente com trabalhadores rurais da área ao projeto, para finalmente observar o reordenamento territorial concretizado em uma área dos Cerrados brasileiros, possibilitado a partir da mobilização de trabalhadores rurais advindos da região Sul do país. Trocando em miúdos, esta dissertação visa lançar luz a aspectos específicos do processo de modernização conservadora da agricultura no Brasil, durante a ditadura militar, a partir das noções de propriedade privada da terra, desenvolvimento, ocupação territorial e alteração de padrão agrícola.

Palavras-chave: ditadura militar brasileira; PRODECER; Cerrados; Japão.

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. **The saga of Japanese-Brazilian soybean: military dictatorship and the implementation of PRODECER in the Brazilian Cerrados (1964-1979)**. 125 f. Dissertation (Master in Social History) - Postgraduate Program in History, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This work aims to examine the process of conservative modernisation of Brazilian agriculture, based on a Japanese-Brazilian cooperation project called PRODECER (1979-2001). To this end, we will analyse the rearrangement of private land property rights during the first decade of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), as well as EMBRAPA's activities in the Cerrado biome, aimed at disseminating and implementing a post-World War II agricultural production modernisation model, known as the Green Revolution. Next, Japanese-American foreign policy will be the object of this work's analysis, observing the context of global crisis generated by the 1973 Oil Crisis and the Japanese diplomatic approach to Brazil after the US embargo on grain exports, the paradigm shift within Brazilian foreign policy that occurred between the governments of Castelo Branco and Geisel, as well as the discourse of complementarity created between the two governments to justify, from a political standpoint, the establishment of agricultural cooperation between both countries. Finally, we will prescribe the implementation of the first phase of PRODECER in the north-west of the state of Minas Gerais, where we will analyse the territorial and socioeconomic elements of the project, the resistance undertaken by the CPT together with rural workers in the area, and finally observe the territorial reorganisation achieved in an area of the Brazilian Cerrados, made possible by the mobilisation of rural workers from the south of the country. In short, this dissertation aims to shed light on specific aspects of the process of conservative modernization of agriculture in Brazil during the military dictatorship, based on notions of private land ownership, development, territorial occupation and change in the agricultural pattern.

Keywords: Brazilian military dictatorship; PRODECER; Cerrados; Japan.

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. **La saga de la soja nipo-brasileña: dictadura militar y la implementación del PRODECER en los Cerrados brasileños (1964-1979)**. 125 h. Disertación (Maestría en Historia Social) - Programa de Posgrado en Historia, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2022.

RESUMEN

Este trabajo pretende analizar el proceso de modernización conservadora de la agricultura brasileña, a partir de un proyecto de cooperación nipo-brasileño denominado PRODECER (1979-2001). Para ello, analizaremos el reordenamiento de los derechos de propiedad privada de la tierra durante la primera década de la dictadura militar brasileña (1964-1985), así como las actividades de la EMBRAPA en el bioma del Cerrado, destinadas a difundir e implementar un modelo de modernización de la producción agrícola posterior a la Segunda Guerra Mundial, conocido como la Revolución Verde. A continuación, la política exterior nipo-estadounidense será el objeto de análisis de este trabajo, observando el contexto de crisis global generado por la Crisis del Petróleo de 1973 y el acercamiento diplomático japonés a Brasil tras el embargo a las exportaciones de grano impuesto por EEUU, el cambio de paradigma dentro de la política exterior brasileña que se produjo entre los gobiernos de Castelo Branco y Geisel, así como el discurso de complementariedad creado entre ambos gobiernos para justificar, desde un punto de vista político, el establecimiento de la cooperación agrícola entre ellos. Finalmente, prescribiremos la implementación de la primera fase del PRODECER en el noroeste del estado de Minas Gerais, donde analizaremos sus elementos territoriales y socioeconómicos, la resistencia emprendida por la CPT junto con los trabajadores rurales de la zona al proyecto, y finalmente observaremos la reorganización territorial lograda en una zona de los Cerrados brasileños, posibilitada por la movilización de los trabajadores rurales del sur del país. En definitiva, esta disertación pretende arrojar luz sobre aspectos sencillos del proceso de modernización conservadora de la agricultura en Brasil durante la dictadura militar, a partir de las nociones de propiedad privada de la tierra, desarrollo, ocupación territorial y cambio del patrón agrícola.

Palabras-clave: dictadura militar brasileña; PRODECER; Cerrados; Japón.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÔNIMOS E SIGLAS

AEAGO	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás
AI	Ato Institucional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRASAGRO	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAI	Complexo Agro Industrial
CAMPO	Companhia de Promoção Agrícola
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
CPA	Companhia de Promoção Agrícola
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IIAA	Institute of Inter-American Affairs
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
JADECO	Japan Brazil Agricultural Development Corporation

JICA	Japan International Cooperation Agency
JOCV	Japanese Overseas Cooperation Volunteer
MAFF	Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOFA	Ministry of Foreign Affairs
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NNW	Net National Welfare
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	Official Development Assistance
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAEP	Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo
OPEC	Organization of the Petroleum Exporting Countries
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODIAT	Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia - Tocantins
PROFIR	Programa de Financiamento de Irrigação

PROTERRA	Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial
PROVÁRZEAS	Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RI	Relações Internacionais
SNI	Sistema Nacional de Informação
STM	Superior Tribunal Militar
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UCG	Universidade Católica de Goiás
UDR	União Democrática Ruralista
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	U.S. Agency for International Development

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro I	Uso de tratores no Brasil (1950-1985)	44
Quadro II	Tributação sobre envio de lucros e dividendos ao exterior	70
Figura I	Localização das áreas pesquisadas	37
Figura II	Áreas de atuação do PRODECER I	91
Figura III	Charge sobre o PRODECER	98
Tabela I	Fases da Política Externa Japonesa	59
Tabela II	Investimentos Diretos Japoneses no Brasil (1971-1980)	81
Tabela III	Número de produtores participantes do Prodecer e daqueles que se instalaram por conta própria	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA	28
1.1 DA INSALUBRIDADE À PRODUTIVIDADE: A ATUAÇÃO DA EMBRAPA NO CERRADO	29
1.2 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA: O ESTATUTO DA TERRA DE 1964	41
1.3 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO NOVE - AI-9 (1969)	47
1.4 O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - PND (1974)	52
2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS À GUIA DO SÉCULO XX: ESTADOS UNIDOS, BRASIL E JAPÃO	56
2.1 O SISTEMA MUNDIAL NA DÉCADA DE 1970 E AS RELAÇÕES NIPO-AMERICANAS	58
2.2 DIPLOMACIA DITATORIAL: DO ALINHAMENTO AUTOMÁTICO AO “PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL”	66
2.3 OS INTERESSES NIPÔNICOS E O DISCURSO DA COMPLEMENTARIEDADE	77
3 O PRODECER COMO PROJETO DE ESTADO: POLÍTICA INSTITUCIONAL E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO	88
3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PILOTO EM MINAS GERAIS	89
3.2 A ATUAÇÃO DA CPT NA RESISTÊNCIA AO PRODECER	95
3.3 REORDENAMENTO TERRITORIAL E ESTÍMULO MIGRATÓRIO: O NOVO MODELO PRODUTIVO EM AÇÃO	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
LISTA DE FONTES	111
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

A investigação ora esquadrinhada busca localizar, por meio da análise de um projeto de cooperação firmado entre a ditadura brasileira o governo japonês dos anos 1970, o processo de transformação do padrão agrícola brasileiro, no bojo de um processo maior, conhecido como Revolução Verde, e amparado no espectro do desenvolvimentismo¹. Associando tal discussão ao tempo e espaço com os quais iremos trabalhar, a saber, o Brasil desde o início do governo do gal. Ernesto Geisel em 1974 ao início da distensão do regime ditatorial, em 1979, iremos compor o contexto de nossa proposição, para melhor evidenciar nossos objetivos.

O golpe de Estado perpetrado em 31 de março de 1964 por militares e civis – sobretudo do setor empresarial² – deu início a uma ditadura que percorreria 21 anos da história recente do Brasil. Censura, cassação de direitos políticos, perseguição à movimentos sociais, partidos políticos e intelectuais, redesenho da política externa, engendramento do neoliberalismo enquanto política econômica etc. Essas características marcaram, em maior ou menor medida, esse período de tão conturbada vida política no qual as gerações dos anos 1940-50 viveram em maior intensidade.

Em termos historiográficos, alguns elementos são consensuais, como o caráter cívico-militar do golpe de Estado de 1964, ou a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, como o início da fase mais dura do regime ditatorial, que se estendera a 1978, findando-se no processo de abertura política “lenta, gradual e segura”³. Ora, essa dimensão da abertura política nos interessa, na medida em que balizou algumas das políticas econômicas mais expressivas do período, reestruturando as relações do Estado brasileiro com

¹ Conceito este que compreendemos a partir da obra: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

² Sobre o caráter classista do golpe civil-militar de 1964, cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ Sobre o caráter institucional e jurídico do regime, e suas tentativas de abertura política e de redemocratização, cf. FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

alguns setores da classe dominante, como as empreiteiras⁴, os bancos⁵ e a agroindústria⁶. Neste sentido, no presente trabalho, focalizaremos nossa atenção aos aspectos políticos e econômicos de dito empreendimento no plano geopolítico brasileiro, a partir da análise da concepção, planejamento e implementação de um projeto de cooperação estratégico entre o Brasil e o Japão durante os anos de 1974 e 1979.

Dito projeto, denominado Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), foi firmado com o intuito de dinamizar o território brasileiro a partir da produção agrícola de grãos, com ênfase na cultura da soja e do milho, de alterar o padrão agrícola brasileiro e de fortalecer os laços econômicos com um país em pleno desenvolvimento durante o período, o Japão, que igualmente buscava se dinamizar e sobretudo adquirir mais autonomia face à política externa estadunidense. O projeto teve início durante o ano de 1979 e durou até 2001, estabelecendo uma forte relação de cooperação entre ambos países e a consolidação política e econômica do setor agroindustrial brasileiro nas esferas decisórias dos poderes constitucionais.

Antes uma história social da agricultura, a produção para a qual apontamos é bastante atenta aos elementos estruturais do fenômeno tratado, a Revolução Verde, bem como as suas peculiaridades na realidade sócio-histórica brasileira e latino-americana durante a cronologia postulada. Faz-se necessário, pois, conceituar e historicizar⁷ o que aqui se compreende por Revolução Verde. Após uma época conhecida na América Latina como a Era das Exportações⁸, a Terceira Revolução Agrícola, ocorrida entre 1930 e 1980, teve como fundamento o imperativo de se produzir mais alimentos para os mercados internos e para um mundo em crise alimentar; mundo esse atravessado por duas grandes guerras e constantes descontinuidades econômicas, políticas e culturais.

⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2014; CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Empresários, Estado ampliado e política externa: as empreiteiras e as relações internacionais brasileiras no período da ditadura civil-militar*. In: MENDONÇA, Sonia Regina de; LAMOSA, Rodrigo (org.). *Gramsci na Pesquisa Histórica*. Curitiba: Appris, 2018, p. 93-112.

⁵ SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁶ MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011; PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. *Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)*. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 73-111, 1º sem. 2014.

⁷ Tal qual postulava Reinhart Koselleck. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2003.

⁸ CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (orgs.). *La era de las exportaciones latinoamericanas. De fines del siglo XIX a principios del XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

A transferência de tecnologias, técnicas e saberes, assim, ocupou o cerne de um processo maior, de ordem geopolítica, no qual os Estados Unidos tinham por objetivo ocupar uma posição geoestratégica em uma nova ordem política mundial. Nesse processo, a questão alimentícia emerge e, com ela, a chamada Revolução Verde. Sobre o surgimento deste conceito, nos fundamentamos em Wilson Picado:

Existe certo consenso em se afirmar que a primeira menção pública do termo Revolução Verde foi feita em 1968 por William S. Gaud, Administrador da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID). O rótulo era parte do título da comunicação que Gaud apresentou em março desse ano em Washington D.C ante a Sociedade para o Desenvolvimento Internacional: *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions*⁹. Gaud era Administrador da USAID desde 1966 e tinha uma curta mas significativa carreira na agência. No período de 1964 a 1966, teve um cargo próximo à Administração principal e durante os primeiros anos da década de 1960 havia sido nomeado Administrador Assistente para o Oriente Próximo e o Sudeste Asiático¹⁰.

Inúmeras publicações seguiriam à apresentação de Gaud, de modo que rapidamente o termo Revolução Verde adquiriu uso corrente. Destaque deve ser dado ao artigo de Norman Borlaug, um dos diretores do Programa de Investigação Agrícola da Fundação Rockefeller no México, publicado em setembro de 1969 na Revista *Columbia Journal of World Business*, em que este sai em defesa do processo de revolução agrícola. O mesmo Borlaug tornaria consensual o uso do termo, finalmente, ao intitular sua conferência de recebimento do Prêmio Nobel da Paz, em 11 de dezembro de 1970, de *The Green Revolution, Peace and Humanity*¹¹. Menos de dois anos após a primeira aparição pública desse termo seriam, então, suficientes para que ‘Revolução Verde’ penetrasse no léxico intelectual corrente sobre o agro e a produção alimentar global, fundamentando políticas nacionais em torno da demanda global por alimentos. Outro evento, também no seio da Guerra Fria, balizou o uso do termo, afastando quaisquer ambivalências ideológicas em torno de sua alcunha de revolução:

⁹ SPITZ, Pierre. The Green Revolution Re-examined in India. In: GLAESER, Bernhard (org.). *The Green Revolution Revisited*, Londres: Allen & Unwin, 1987, p. 56.

¹⁰ PICADO, Wilson. Breve historia semántica de la Revolución Verde. In: TÁBOAS, Daniel; FREIRE, Dulce (orgs.). *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011, p. 26. A tradução é nossa. Os grifos são do autor.

¹¹ Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1970/borlaug/lecture/>. Acesso em 20 jun. 2019.

Revolução era o termo ideal para determinar de maneira inquestionável a radicalidade da mudança, assim como para ressaltar a superioridade da nova tecnologia para “fazer produzir a terra” em comparação com os recursos técnicos existentes. A cor verde, aparentemente trivial e óbvia, sublinhava o conteúdo agrário do processo e o destacava dos conteúdos políticos e sociais dos movimentos vinculados com a expansão do comunismo no Sudeste asiático (uma potencial Revolução Vermelha)¹².

Assim, o conceito de revolução foi sendo paulatinamente apropriado como objeto de disputa geopolítica no âmbito da agricultura - qual revolução que se aviltava? A da hegemonia do capitalismo em todas as esferas da vida social. Implementada primeiramente no México, após um contexto de intensa reforma agrária ocorrida entre 1920 e 1940, seguida à Revolução Mexicana, as diretrizes posteriormente racionalizadas sob o conceito de Revolução Verde “supôs uma completa realocação e redistribuição dos recursos agrários no campo mexicano”¹³. Nesse país, assim como ulteriormente nos demais do continente americano, tal processo foi impulsionado por acordos de cooperação entre esses Estados e a Fundação Rockefeller, instituição fundada em 1913 nos Estados Unidos e com profunda inserção política e econômica no continente.

No entanto, importante dizer, essa política cooperacionista entre os Estados Unidos e a América Latina precede a Guerra Fria global. Seja no âmbito educacional, religioso ou cultural, têm-se registros de uma atuação dos Estados Unidos na América Latina desde o século XIX, mas não tão engajada como a partir da Primeira Guerra Mundial. Sonia Regina de Mendonça, por exemplo, aponta que

[...] o estudo das relações entre Estados Unidos e América Latina, até 1930, demonstra ter sido esta uma história quase exclusivamente no âmbito da iniciativa privada¹⁴, quer em sua inspiração, quer em sua execução. Missionários protestantes norte-americanos fundaram escolas elementares e secundárias em vários países latinos, desde 1830, muitas vezes causando mais atritos do que “amizade”, em países onde preponderava o catolicismo. Metodistas e presbiterianos foram os mais exitosos, merecendo destaque duas instituições – respectivamente no Brasil e no Chile – por sua

¹² PICADO, *op. cit.*, p. 25. A tradução é nossa.

¹³ NÚÑEZ, Netzahualcōyotl Luis Gutiérrez. *Cambio agrario y revolución verde. Dilemas científicos, políticos y agrarios en la agricultura mexicana del maíz, 1920-1970*. 579 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, Cidade do México, 2017, p. 15. A tradução é nossa.

¹⁴ Já que no caso estadunidense, a política externa privada precede à pública.

longevidade no tempo: o Colégio de Meninas, em Santiago (1880) e o Colégio MacKenzie, em São Paulo (1890)¹⁵.

Outro exemplo, mais conhecido, é o do Corolário de Roosevelt, empreendido pelo Departamento de Estado dos EUA durante o governo Roosevelt (1901-1909) em adição à Doutrina Monroe (1823), “mediante o qual racionalizou[-se] o direito de intervir em outros Estados latino-americanos, sobretudo na América Central e no Caribe, em casos de “*wrong-doing or impotence*” [delito ou impotência] dos seus governos”, como aponta Moniz Bandeira¹⁶. Essa é uma política importante, pois descortinou ideologicamente o ímpeto imperialista estadunidense no continente, ainda que seja anterior à Revolução Russa de 1917 e à escalada anticomunista ocorrida durante o Pós-guerra. Ainda segundo este autor:

Esta doutrina, sintetizada no lema “a América para os americanos”, passara a funcionar, a partir do final do século XIX, como cobertura ideológica para objetivo estratégico dos Estados Unidos, que consistia em manter sua hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistar e assegurar as fontes de matéria prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, alijando do subcontinente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa¹⁷.

No caso brasileiro, destaca-se a política de cooperação empreendida durante a Segunda Guerra Mundial e aprofundada durante a Guerra Fria pelo *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA). Este, lastreado pelo Departamento de Estado dos EUA, implementou o Programa de Produção de Alimentos na América Latina e no Brasil, tornando-se, assim, “uma matriz tanto para a política de ajuda externa dos Estados Unidos, a partir do governo Truman, quanto para as políticas de “educação” rural implementadas pelo Estado brasileiro na década de 1940”¹⁸, como indica Mendonça. A autora sinaliza ainda:

Foi também o IIAA que organizou o primeiro programa de assistência técnica destino a “aperfeiçoar” as condições de saúde, educação e agricultura

¹⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 81-82.

¹⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e Política Exterior. Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 47.

¹⁷ Idem, *ibidem*, loc. cit.

¹⁸ MENDONÇA, op. cit., 2010, p. 85.

na Latinoamérica. Tudo isso se dava com Rockefeller simultaneamente na condição de diretor do escritório governamental para a América Latina, o qual, mais do que uma simples extensão dos programas de cooperação calcados no espírito do pan-americanismo, consistia numa superagência coordenadora dos esforços do governo estadunidense ligados à segurança nacional¹⁹.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as agências internacionais aumentaram suas zonas de influência na América Latina, e, no caso brasileiro, associaram-se aos setores ligados à imprensa, infraestrutura, educação superior, entre outros. Doravante, as corporações multinacionais, entidades de caráter privado e com fins lucrativos, associaram seu capital a investimentos em território nacional, como aqueles implementados pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), mantendo, anos 1960 adentro, intenso fluxo de capital na economia brasileira.

Em 1962, ocorreu um vigoroso debate acerca da Lei de Remessa de Lucros, sugerindo um importante fator para a desestabilização do governo Goulart, e o golpe por ele sofrido, tal qual nos recorda Thomas Skidmore²⁰. Nesse ínterim, o movimento supranacional de acumulação e expansão do capital acordado pelo empresariado transnacional encontrou nas ditaduras no Cone Sul, adesão política e econômica para implementar o programa proto-neoliberal²¹. Seja pela operacionalização das normas legais, seja pela via militar, na coerção operada pelo Estado ditatorial, ou mesmo pelas duas vias, como apontam alguns analistas²², o neoliberalismo foi tomando forma, de modo paulatino, pautado na radicalização dos direitos de propriedade, na abertura de bens públicos ao capital privado e, finalmente, na recusa do embate ao autoritarismo de Estado. Nesse sentido, demonstra Ramírez²³, o neoliberalismo necessitou dos mecanismos repressivos das ditaduras conesurenhas, sem os quais, no entanto, não haveria condições objetivas para que o mesmo implementasse o seu programa.

Ademais, as décadas de 1960 e 1970 são permeadas da noção de que o Brasil somente “avançaria”, isto é, se desenvolveria no capitalismo mundial, caso o dualismo campo/cidade

¹⁹ Idem, *ibidem*, loc. cit.

²⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²¹ RAMÍREZ, Hernán (org.). *O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. Em especial seu último capítulo: “El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo”, p. 311-348.

²² ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23; HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

²³ RAMÍREZ, op. cit., 2013.

fosse superado²⁴. Tal tese era reproduzida tanto nos círculos internos do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁵, como na produção dos economistas do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)²⁶. E a saída dessa encruzilhada seria, segundo os dois espectros ideológicos, distintas formas de desenvolvimentismo. Essa teoria atravessou as décadas que se seguiriam, fundamentando grandes projetos do Estado brasileiro, já durante a ditadura, como a Itaipu Binacional (Foz do Iguaçu-PR), a ponte Rio-Niterói (RJ) e o Polo Petroquímico de Camaçari (BA).

O espaço rural, igualmente, passou a ser operado pelo Estado por meio do espectro desenvolvimentista: a modernização das forças produtivas agrárias foi tida como projeto desenvolvimentista por excelência pelos governos militares, a despeito da tentativa de uma tímida reforma agrária durante o governo João Goulart (Reformas de Base)²⁷. Isso se traduziu, no campo jurídico, por meio de dois elementos controversos, mas que se convergem em termos de interesses de classe.

A promulgação da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), durante o governo Castello Branco, regulamentando as desapropriações de *imóveis rurais não produtores*²⁸, e a legislação que regula a venda de terras a estrangeiros, Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, implementada durante o governo Médici. Essas duas legislações convergiram no sentido de reestruturar o acesso e a manutenção da propriedade da terra (como propriedade familiar, minifúndio, latifúndio, complexo agroindustrial etc.) a diversos agentes, como pequenos produtores, empresas (nacionais, estrangeiras e transnacionais) e o próprio Estado brasileiro, apontando para uma função social da propriedade da terra. Essa ‘função’, vale destacar, é distinta daquela operacionalizada pela Constituição Federal de 1988 - recorrentemente lançada mão pelos movimentos sociais do campo como fundamento

²⁴ Para a crítica a tal perspectiva, ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

²⁵ Os principais autores/obras dessa discussão são: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962; PRADO JR., Caio Prado. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

²⁶ RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea*. Carapachay: Lenguaje Claro, 2011.

²⁷ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. 168 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.

²⁸ Os quais serão descritos e problematizados, haja vista que a noção de produtividade é distinta daquela prevista pelas Reformas de Base do governo Goulart.

jurídico para a luta pela terra -, de maneira a demonstrar quais interesses encontravam-se resguardados por dita legislação.

Assim sendo, trataremos de discutir em que medida as políticas estatais gestadas pela ditadura militar brasileira (1964-1985) operaram um processo de reconfiguração dos direitos de propriedade da terra com vistas a se efetivarem no avanço do capitalismo sobre o campo (também conhecido como desenvolvimento agrícola), possibilitado, via de regra, pela abertura da economia nacional ao capital estrangeiro e pelo reordenamento territorial do espaço agrário (neste caso, o do bioma Cerrado). Compreenderemos esse processo como um atravessamento da Revolução Verde na América Latina - atravessamento pois ocorreu no continente, de modo desigual e combinado²⁹ -, de maneira que faremos dialogar duas correntes teóricas distintas: a primeira vinculada à História Rural, campo que se pauta na historicização dos direitos de propriedade³⁰; e a segunda, associada às Relações Internacionais, fornecendo chaves analíticas para um olhar histórico da política externa nipo-brasileira, à luz da Guerra Fria global.

Com vistas a pormenorizar esses campos de investigação, a História Rural acompanha o debate internacional em torno da segunda geração da escola institucionalista estadunidense³¹ e da História Social da Propriedade³². A principal agenda por este aportada é a da desnaturalização da noção de que há uma “propriedade perfeita” e acabada, qual seja, a privada, e de que, portanto, as demais formas de propriedade, como a comunitária e a

²⁹ Por exemplo, sobre a **Costa Rica**, cf. PICADO, Wilson. *Conexiones de la Revolución Verde. Estado y cambio tecnológico en la agricultura de Costa Rica durante el período 1940-1980*. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Historia Contemporánea e de América, Facultad de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2012. Sobre a **Argentina**, cf. ROMERO, Fernando. *El capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano (1976-2008)*. 669 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

³⁰ CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*. (Coleção Crítica del mundo moderno). Barcelona: Crítica, 2007.

³¹ Suas principais referências são os economistas Ronald H. Coase e Douglass North, os quais travaram um longo embate contra o emprego de categorias analíticas na Economia sem que, no entanto, essas tenham sido confrontadas empiricamente. Ver: COASE, Ronald H. *The Problem of Social Cost*. *Journal of Law and Economics*, n. 3, p. 1-44, 1960; COASE, Ronald H.; NORTH, Douglass. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973; NORTH, Douglass C. *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018; NORTH, Douglass C. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2005.

³² Sendo sua principal referência a historiadora catalã Rosa Congost. Esse campo, também conhecido como história rural, desdobrou suas problemáticas das obras de Marc Bloch, Pierre Vilar, Karl Polanyi, Witold Kula e, mais recentemente, Elinor Ostrom. Ver: CONGOST, op. cit.; BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: EDUSC, 2001; VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa: Presença, 1982; POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000; KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1974; OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

indivisa, seriam deformações não-producentes de uma condição pré-capitalista. Essa noção se faz presente nas políticas fundiárias de inúmeros países, sobretudo nos de capitalismo periférico e que não passaram por reformas agrárias, sendo muitas vezes travestida da noção de modernização das relações de produção no campo; tal debate é correntemente posto em diálogo por meio do trabalho de Barrington Morre Jr.³³.

Desse modo, ao nos inserirmos no campo científico da História Social da Agricultura, este trabalho colocará em discussão algumas dimensões históricas do regime ditatorial brasileiro (1964-1985), a saber: a mudança estrutural da dinâmica fundiária por ela promovida, as legislações promulgadas entre os anos de 1964 e 1979 que reconfiguraram os direitos de acesso à propriedade da terra, e o modo pelo qual a questão fundiária concatenou-se com a política externa empreendida pelo governo Geisel, de modo a dar subsídios para compreendermos o processo de gestação do PRODECER. Tal projeto, segundo seus analistas - sobretudo, geógrafos e sociólogos -, “se moveu e se estruturou como a mais importante fronteira agrícola do século XX constituída no Brasil”, de maneira que “seus fundamentos ainda se reproduzem no século XXI, na constituição de novas fronteiras agrícolas³⁴ e nas relações internacionais do país”³⁵.

A importância do projeto vai muito além do montante investido. Pensado desde um sentido geopolítico pelos militares, a cooperação nipo-brasileira possibilitaria o desenvolvimento do capitalismo no campo; desde o espectro do desenvolvimentismo, o “avanço das forças produtivas”; e durante a política externa “ecumênica e responsável” (1974-1979), a diversificação das cooperações bi e multilaterais com países não necessariamente alinhados aos Estados Unidos - ainda que o Japão o tenha sido. Digamos, na medida em que o Itamaraty buscou, sob a tutela do general Ernesto Geisel, reunir os esforços para ampliar seu raio de influência no âmbito internacional, o Japão operou no sentido de amenizar as amarras econômicas impostas pelos Estados Unidos, sobretudo no setor alimentício, aproveitando-se do desgaste decorrente da Crise do Petróleo de 1973 para se

³³ MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Edições 70, 2010.

³⁴ Como o MATOPIBA: acrônimo dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia; que representa a principal zona de produção sojeira no Brasil desde os anos 2000, com destacada relevância no PIB brasileiro, forte sustentação política no Congresso Nacional e acesso privilegiado a créditos e subsídios estatais.

³⁵ SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 409, 2016.

estabelecer em novos territórios. Mas ainda falta. Isto é, quais seriam as motivações do Japão em cooperar especificamente com o governo brasileiro em dito contexto?

Que o governo japonês não se sentia acanhado (ou tampouco implicado) em negociar e investir em um país sob um regime ditatorial, já sabemos, como bem evidencia o caso chileno, no qual fora o primeiro Estado a reconhecer o governo de Pinochet, no imediato pós-golpe de 1973³⁶. A questão aqui talvez seja observar em que medida a condição política dos países em ditadura no Cone Sul contemplaram ou não os interesses nipônicos, sobretudo no âmbito econômico.

Nesse sentido, por quais motivos o Brasil foi privilegiado como aquele que geraria estabilidade à cadeia produtiva japonesa de soja, tendo em vista que, naquele contexto, não dispunha dos instrumentos necessários para uma agricultura de tipo moderno? Ou seja, no decurso da Revolução Verde na América Latina, outros países já haviam empreendido um avanço significativo do capital sobre o espaço rural, além de terem potencial produtivo e territorial para abarcar tal projeto, como a Argentina e o México. O que teria, então, motivado tal reaproximação do Japão com a política externa brasileira? Reaproximação porque houve, especialmente nos anos 1950, um alto investimento de capital japonês no Brasil, incentivado pelas políticas econômicas do governo Juscelino Kubitschek; seguido de um retração nos anos 1960, diante da instabilidade política dos governos Jânio Quadros e João Goulart, e do golpe civil-militar que se seguiu. Finalmente, para além do argumento da complementaridade das dinâmicas econômicas do Brasil e do Japão, as conexões históricas entre os dois países (da imigração japonesa ocorrida entre os séculos XIX e XX) teriam sido mobilizadas, no intuito de produzir e/ou fortalecer um consenso em torno da potencialidade bilateral de dita cooperação?

Para responder a tais questões, a divisão capitular deste trabalho apresenta-se em três seções. No primeiro capítulo, intitulado **Diretrizes geopolíticas da modernização conservadora da agricultura brasileira**, buscaremos analisar as ideias em torno da expansão da fronteira agrícola no Brasil e do papel da EMBRAPA nesse processo, de tornar salubre e produtivo um bioma até então inapropriado para o cultivo agrícola em larga escala: o Cerrado. Apresentaremos e analisaremos as legislações fundiárias promulgadas entre 1964 e 1974, período capital no processo de redefinição dos direitos de propriedade, bem como na tentativa

³⁶ ROSS, César. Chile y Japón: el impacto del quiebre de la democracia, 1973. *Atenea*, n. 492, p. 121-134, 2005.

de resolução dos conflitos por terra (embora a ditadura tenha provocado justamente a escalada desses conflitos), no câmbio do modelo produtivo de latifúndio a complexo agroindustrial, e no ajuste das indenizações decorrentes das desapropriações de terras. Para tanto, destacaremos três legislações, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, o Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1959, e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de fins de 1974. Ditas políticas fundiárias marcaram profundamente as duas décadas, sobretudo no tocante aos conflitos por terra e aos processos de desapropriação de imóveis rurais, visando à implementação de projetos econômicos pelo Estado ditatorial brasileiro e o avanço do capitalismo sobre o campo.

O segundo capítulo, **Relações Internacionais à guisa do século XX: Estados Unidos, Brasil e Japão**, tratará de analisar a política externa brasileira entre 1964 e 1979 a partir de dois paradigmas: o do “alinhamento automático” com os EUA, promovido pelo governo de Castelo Branco (1964-1967) e em declínio durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974); e o do “pragmatismo ecumênico e responsável”, lançado mão durante o governo Geisel (1974-1979). A partir de sua compreensão, prescreveremos as relações nipo-brasileiras durante o último governo, observando-as sob a égide do sistema mundial e da quebra do Acordo de *Bretton Woods*. Essas questões trarão ainda como plano de fundo o esforço político e diplomático nipônico em torno de uma maior autonomia face aos EUA e seu raio de influência na América Latina. Algumas questões serão perseguidas, como: em que medida a Crise do Petróleo de 1973 interferiu nas relações externas entre EUA e Japão? Quais interesses mobilizaram o Japão em torno da possibilidade de investimento no Brasil? Como o Brasil se posicionou, geopoliticamente, ao negociar com o Japão?

No terceiro e último capítulo, **O PRODECER como projeto de Estado: política institucional e relações sociais no campo**, trataremos mais propriamente do PRODECER em seu processo de implementação entre os anos de 1978 e 1979, e da resistência a dito projeto no espaço rural, através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) frente aos trabalhadores rurais em Minas Gerais (primeiro estado a ser incorporado). Dito isso, situaremos os agentes envolvidos e perseguiremos os dados relativos à mobilização de trabalhadores do Sul do Brasil para a área do projeto, além daqueles que moveram-se de maneira independente. Tentaremos demonstrar que o contexto de reordenamento territorial e de modernização conservadora da agricultura ultrapassou o próprio projeto, em termos

materiais e de “mentalidade empreendedora”, subjacente a ditos indivíduos.

Para tanto, nos apoiaremos na literatura sobre o tema, produzida majoritariamente no âmbito das Ciências Sociais, Geografia e Relações Internacionais, bem como na historiografia; além de fontes históricas coletadas em diversos acervos e fundos, como o site do Arquivo Nacional, da Japanese International Cooperation Agency (JICA), da Câmara dos Deputados, da CPT e diversos periódicos nacionais. Importante salientar que a pesquisa foi quase inteiramente realizada durante um contexto pandêmico e que, portanto, tivemos que nos adaptar no que diz respeito à coleta e análise das fontes, assim como aos impactos sociais por ela gerados. O leitor atento observará que as fontes foram coletadas majoritariamente em arquivos e acervos digitais (com acesso livre), e que a bibliografia se encerra cronologicamente no ano de 2019, salvo algumas exceções; afinal, a produção científica global foi profundamente impactada pelo contexto pandêmico, e este trabalho igualmente reflete os esforços empreendidos durante esse processo.

Ao final deste trabalho, pretendemos compor um quadro analítico em torno do seguinte expediente: em que medida a ditadura militar brasileira rearranjou a dinâmica espacial do campo em torno da ideia de que a propriedade por excelência é a privada e de que, portanto, o Brasil não necessitaria ser submetido a um processo de reforma agrária, tal qual os países de capitalismo central? Nossa hipótese central é a de que foi primordial, para a conformação de dita agenda política, um complexo processo de rearranjo territorial da espacialidade agrária brasileira, de modo que o Cerrado foi compreendido como território geopoliticamente estratégico para a consagração da agroindústria como modelo produtivo agrícola, possibilitando, desse modo, a colonização de centenas de famílias em ditos “espaços vazios” e a conformação legal em torno da tríade propriedade privada x capital transnacional x modernização conservadora.

1 DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA NO BRASIL

Neste capítulo, analisaremos o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira a partir de duas perspectivas: primeiramente, abordando o bioma Cerrado, que cobre quase $\frac{1}{4}$ do território brasileiro (204 milhões de hectares), discutindo de que maneira o Estado brasileiro, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)³⁷, tornou possível uma agricultura de tipo moderno nesse bioma que até fins da década de 1980 era altamente insalubre e inadequado para a produção monocultura de grãos; em seguida discutiremos as principais legislações agrárias implementadas durante a ditadura militar, especificamente entre 1964 e 1974, as quais tiveram como programa político a regulação e reconfiguração do direito de propriedade da terra no Brasil.

Gestadas em um contexto de difusão do espectro do desenvolvimentismo, mas também em profícua relação com o anticomunismo, ditas legislações promoveram uma maior abertura econômica ao capital transnacional e com ela uma reforma agrária de tipo capitalista - pensada na literatura a partir da chave da modernização conservadora -, ao tornarem possível a alteração do padrão agrícola de tipo latifundista ao agroindustrial. Tais elementos serão compreendidos com base na historicidade do processo de transformação capitalista do espaço rural brasileiro que, apesar da resistência empreendida pelos movimentos sociais do campo em sua história recente, todavia não cessa de oprimi-los, seja no plano político, coercitivo ou legal.

Nesse sentido, analisaremos tais questões a partir de diferentes tipologias de fontes históricas, as quais detalharemos com o objetivo de elucidar a abordagem aqui compreendida. Na primeira seção, trabalharemos com base em um relatório produzido no âmbito do PRODECER a partir da pesquisa agrícola empreendida pela EMBRAPA entre fevereiro de 1978 e setembro de 1980, os quais demonstram: o potencial produtivo agrícola do bioma Cerrado e as possíveis estratégias para lograr a regulação de sua acidez (pH), o controle de

³⁷ Foi criada em 26 de abril de 1973 pelo gal. Emílio Garrastazu Médici, mantendo-se até os dias atuais vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

pragas nas culturas, e assim possibilitar a produção agrícola em larga escala. A insalubridade desse bioma é tida como uma barreira a ser ultrapassada dentro do espectro da modernização conservadora, de modo que esforços e capital foram investidos com o intuito de se alterar a dinâmica agrária desse importante bioma brasileiro.

Da segunda à quarta seção, nossa principal tipologia de fonte é a legislação, a partir da qual trataremos um debate ancorado nos aspectos jurídico-políticos da alteração dos direitos de propriedade de terra no Brasil, no processo de desapropriação com vistas à implementação de um padrão agrícola distinto daquele vigente (o latifúndio), da entrada de capital transnacional na economia brasileira e, finalmente, da possibilidade de uma reforma agrária de tipo capitalista, amparada nas recomendações das agências internacionais de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, lançaremos mão igualmente de periódicos, com o intuito de observar de que modo a sociedade civil se movimentou durante o período ditatorial, ainda que tenhamos a imprensa como principal setor de produção de informação.

Ao final deste capítulo, pretendemos demonstrar uma continuidade histórica em torno da pauta da reterritorialização do bioma Cerrado, espaço considerado como geopoliticamente estratégico para a ditadura militar, e, ainda que tenham havido inúmeras disputas internas em torno de projetos políticos distintos, a chamada “questão agrária” não deixou de ser considerada prioritária no bojo do programa político ditatorial de refundação do Estado brasileiro. Este projeto militar de refundação do Estado já encontra eco na historiografia brasileira sobre a ditadura, como demonstram Hernán Ramírez, Carlos Fico, entre outros.

1.1 DA INSALUBRIDADE À PRODUTIVIDADE: A ATUAÇÃO DA EMBRAPA NO CERRADO BRASILEIRO

A questão da capacidade de produção alimentar global ocupou o cerne das políticas cooperacionistas durante o Pós-guerra e a Guerra Fria global nas Américas, as quais lançaram mão do conceito de Revolução Verde como pressuposto ideológico para a implementação de políticas ancoradas em um modelo de produção agrícola mecanizada e tecnicizada, fundada nos conceitos de produtividade e lucro, e que finalmente atendessem aos interesses das classes

dominantes. Esses conceitos foram criados pelo economista político David Ricardo e que segundo o historiador econômico Paul Bairoch (1989) apresentam inúmeros problemas ao serem utilizados incorretamente. Segundo Bairoch,

[...] a confusão não incumbe-se a Ricardo, mas ao emprego da expressão “*diminishing returns*”, que foi traduzido como “rendimentos decrescentes” (algumas vezes como “rendimentos não proporcionais”), mas que na verdade significa “produtividade decrescente”; uma vez que o princípio da lei dos rendimentos é que “se aumenta-se a produção intensificando a cultura sobre as terras já ocupadas, qualquer crescimento da produção exigirá um crescimento mais que proporcional do trabalho empregado” [Romeuf, 1958]. Além disso, a confusão também é gerada pelo fato que fala-se, justificadamente, da produtividade da terra a propósito dos rendimentos. Enfim, uma última fonte de confusão provém de definições frequentemente utilizadas para o termo “rendimentos”, que colocam no mesmo plano rendimentos agrícolas e produtividade propriamente dita.³⁸

A historiadora Carolina da Cunha Rocha³⁹, nesse sentido, identifica o período de 1930 a 1955 como edificante do “surgimento no Brasil de uma burocracia técnica especializada nos problemas do campo, no desenho de projetos dirigidos à modernização agrária, assim como no controle e reforma da sociedade e da economia nacional”⁴⁰. Segundo a autora, o Ministério da Agricultura surgiu justamente com o sentido de se elaborar e implementar políticas públicas para o setor rural, ancorada em uma mentalidade que possibilitasse o estabelecimento de diretrizes modernizadoras para o campo, e baseadas em um estrito acompanhamento técnico e intervenções científicas de agrônomos e tecnocratas do mundo rural.

No entanto, tem-se registros do surgimento de tais ideias modernizadoras do campo no Brasil desde o século XIX, como bem nos demonstra os historiadores João Fragoso⁴¹ sobre

³⁸ Tradução livre. In: BAIROCH, Paul. Les trois révolutions agricoles du monde développé : rendements et productivité de 1800 à 1985. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, ano 44, n. 2, p. 317-353, 1989, p. 317. Cf. cap. “Rendements décroissants” In: ROMEUF, Jean (org.). *Dictionnaire des sciences économiques*. Paris, 1958.

³⁹ ROCHA, Carolina da Cunha. *Cultivando el Estado, sembrando el progreso: el Ministerio de Agricultura y la formación de la tecnocracia agraria de Brasil (1930-1955)*. 573 f. Tese de Doutorado (Doctorado en Historia) - Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, Ciudad de México, 2021.

⁴⁰ ROCHA, *ibidem*, p. 16. Tradução livre.

⁴¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense no século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.

o caso fluminense, Francivaldo Nunes⁴² sobre o caso da Amazônia brasileira, e Marcio Both⁴³ sobre o caso imperial. Tais trabalhos nos levam ao seguinte problema: em que medida a modernização da agricultura implementada durante a ditadura militar brasileira diferiu daquela em curso desde o século XIX? O plano de fundo para responder à dita questão se estrutura em torno da atuação de algumas instituições já existentes durante o período, como o Ministério da Agricultura e a EMBRAPA, mas também à partir de uma chave interpretativa de fundamental importância para esse processo: o conceito de “modernização conservadora”.

Conceito cunhado pelo cientista social estadunidense Barrington Moore Jr. em 1966⁴⁴, modernização conservadora segundo o autor é uma chave interpretativa para se compreender as revoluções burguesas que ocorreram na Alemanha e Japão durante seus processos de transição de economias pré-industriais a economias capitalistas e industriais. No entanto, e daí o caráter “conservador” de dita modernização, seu principal eixo de análise gira em torno do *modus operandi* a partir do qual as elites dominantes desses países teceram um pacto político, condicionando seus desenvolvimentos capitalistas e, finalmente, desencadeando regimes autocráticos e totalitários durante esse processo.

Nesse sentido, ditos processos de revolução burguesa não teriam acompanhado os casos clássicos (Inglaterra, França e EUA), tendo sido assim “[...] revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime”, e como resultado desse processo, conclui-se que “[...] o pacto político orquestrado no interior do Estado nacional alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania”⁴⁵.

⁴² NUNES, Francivaldo Alves. De imigrante a lavrador: acesso à terra nas colônias agrícolas na Amazônia do século XIX. In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Monica (orgs.). *O domínio de outrem: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)*. Volume II. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017, p. 33-49.

⁴³ SILVA, Marcio Both da. O agrário, o moderno e o império: legislação agrária e modernização da agricultura no Brasil do século XIX (1850-1889). In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Monica (orgs.). *O domínio de outrem: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)*. Volume II. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017, p. 103-129.

⁴⁴ MOORE JR., Robert. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.

⁴⁵ PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul.-set. 2009, p. 412.

Esse conceito foi transposto para a realidade brasileira à partir dos escritos de Alberto Passos Guimarães⁴⁶, entre outros autores, que levou em consideração sobretudo sua dimensão econômica, uma vez que este caracterizou dito processo como “a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional”⁴⁷, lacuna que foi posteriormente desenvolvida e aprofundada por autores como Fernando Azevêdo⁴⁸, Ignácio Rangel⁴⁹ e Bernardo Sorj⁵⁰. Considerando o contexto de recepção desse debate no campo político brasileiro, em plena ditadura militar, essa insuficiência explicativa do ponto de vista histórico apontada por Pires e Ramos em relação aos escritos de A. P. Guimarães, muito embora sofisticados em termos de teoria política para a época, não destoa do quadro geral, amparado nas compreensões tecidas nos quadros burocráticos das Internacionais Comunistas e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É importante apontar que a generalização dessas teses nas interpretações dos historiadores e cientistas sociais vinculados ao PCB gerou tamanho mal estar na historiografia profissional em vias de institucionalização no Brasil, que entre fins dos anos 1980 e início dos 1990 uma querela historiográfica⁵¹ surgiu em torno do debate que associava Direito, agenciamento (conceito histórico *agency*) e história da escravidão.

Assim, no que diz respeito à modernização conservadora da agricultura, tal conceito manteve-se operante nas interpretações históricas e sociológicas sobre o mundo rural brasileiro desde então, em certa medida mais diretamente associado ao processo ocorrido durante a ditadura militar que em relação aos anos 1930-1950, período inicialmente analisado pelos autores supracitados e que apresentava um contexto histórico *a priori* “melhor explicável” a partir do esquema argumentativo proposto por Moore Jr. Desde a redemocratização do Brasil, no entanto, inúmeros analistas vêm lançando mão desse conceito para compreender o processo de modernização da agricultura ocorrido entre 1964 e 1985 no

⁴⁶ GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

⁴⁷ PIRES; RAMOS, op. cit., p. 416.

⁴⁸ AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴⁹ Rangel, Ignácio. *Obras reunidas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

⁵⁰ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

⁵¹ Para uma compreensão crítica de dito debate, que envolveu a historiadora Sílvia Lara e o também historiador e intelectual comunista Jacob Gorender, cf.: MOTTA, Márcia. História e Direito: armadilhas conceituais. In: MOTTA, Márcia; MARTINS, Mônica (Orgs.). *História e Parceria*. Seropédica: Edur, 2018, p. 191-219.

Brasil, avançando cronologicamente o marco de compreensão do fenômeno a partir dele, e em diálogo com a historiografia produzida desde então.

O economista Guilherme Costa Delgado⁵², por exemplo, em seu trabalho clássico sobre o capital financeiro na agricultura, pensa o período de 1965-1985 como sendo aquele que “constitui com muito maior clareza a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo”⁵³. Para o autor, ainda, “a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária”⁵⁴.

Delgado nos apresenta elementos históricos bastante relevantes para pensarmos em que medida tal conceito mantém-se criticamente operante para a realidade brasileira pós-anos 1960. A consolidação de relações econômicas de âmbito transnacional proporcionada pela entrada e associação de capital estrangeiro a setores econômicos estratégicos do Estado brasileiro, como o da agricultura, da energia e do crédito, além do que ele considera como a derrocada do movimento pela reforma agrária - que podemos situar entre a atuação das Ligas Camponesas a fins de 1954 e o golpe civil-militar de 1964, que pôs fim ao projeto das Reformas de Base e levou à inação das mobilizações populares em curso - podem ser considerados, finalmente, como elementos constitutivos do estabelecimento de uma modernização da agricultura de tipo conservadora no Brasil.

Para além destes, avancemos, a alteração do padrão agrícola brasileiro para o de tipo agroindustrial não teria sido possível sem o estabelecimento de cooperações econômicas de caráter transnacional, pois estas injetaram capital estrangeiro na economia brasileira e em setores estratégicos, favorecendo o desenvolvimento de pesquisas sobre o bioma do Cerrado, além da implementação e generalização de técnicas e maquinário especializado para um desenvolvimento agrícola monocultor e tecnicizado. Sociedades de capital estrangeiro, como a Cargill (fundada em 1965) e a *Cotia Trading* (1976), atuaram nesse processo, internacionalizando técnicas e saberes em torno da noção de uma “agricultura moderna”, oposta àquela “rudimentar” e praticada comunalmente, sem eficiência, lucro e produtividade possíveis, segundo ditos atores.

⁵² DELGADO, Guilherme Costa. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.

⁵³ DELGADO, *ibidem*, p. 13.

⁵⁴ DELGADO, *ibidem*, loc. cit.

Foi nesse contexto que a EMBRAPA atuou com o intuito de lançar as bases para um conhecimento técnico aprofundado sobre o bioma do Cerrado, historicamente desfavorável para o plantio de culturas em larga escala. Seja por seu pH elevado, ou ainda em função do modo de ocupação histórico-territorial do Brasil, a partir da costa Atlântica, os Cerrados brasileiros foram durante décadas considerados como impróprios para uma agricultura de tipo moderno. Seria necessário, nesse sentido, uma ampla mobilização dos setores econômicos dominantes em torno do ímpeto de se produzir de “forma moderna”, lançando mão de tecnologia seja para regular o nível pH e nutrientes do solo, na produção de sementes resistentes a pragas e variantes, ou ainda no próprio processo de cultivo, produção e colheita da cultura.

Entre 1978 e 1980, no âmbito do PRODECER, foi realizado um estudo científico⁵⁵ acerca das condições ambientais e geomorfológicas do bioma Cerrado para o desenvolvimento de uma cultura intensiva de soja. A equipe desse estudo, formada por 25 pesquisadores⁵⁶ e um coordenador administrativo, contava com treze doutores, oito mestres e quatro baixareis, de áreas como Fitopatologia, Entomologia, Fitotecnia, Solos, Agrometeorologia, Virologia, Erodibilidade, Química de Solos e Máquinas Agrícolas, sendo um empregado pela JICA, dez pelo Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries (MAFF) do Japão, dois pela Universidade de Brasília (UnB) e doze pelo Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC).

Essa equipe atuou entre fevereiro de 1978 e setembro de 1980 em diferentes zonas do bioma Cerrado, com foco naquelas similares às da 1ª fase do PRODECER (Noroeste do estado de Minas Gerais), estudando temas como as técnicas de controle de pragas na cultura

⁵⁵ EMBRAPA. JICA. *Relatório parcial do projeto da cooperação em pesquisa agrícola nos Cerrados do Brasil 1978-1980*. 1980, 231 p. In: Página web da EMBRAPA. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁵⁶ **Pesquisadores japoneses do convênio Brasil-Japão:** Yoshiro Sakurai (PhD), Fitopatologia e Chefe da Equipe Japonesa (JICA); Masayasu Nemoto (PhD), Fitopatologia (MAFF); Kenichi Kishino (PhD), Entomologia (MAFF); Yoichi Izumiyama (PhD), Fitotecnia (MAFF); Fumio Iwata (PhD), Fitotecnia (MAFF); Hirochi Kawasaki (PhD), Solos (MAFF); Takehiko Yoshida (PhD), Solos (MAFF); Hiroyuki Yamamoto (B.S.), Fitotecnia (MAFF); Junji Ishizuka (PhD), Solos (MAFF); Isao Tomari (PhD), Agrometeorologia (MAFF); Tetsuo Shioya (B.S.), Fitotecnia (MAFF). **Coordenadoria administrativa:** Masato Kobayashi, Coordenador (JICA). **Pesquisadores brasileiros com participação direta:** Maria José d'Ávila Charchar (M.S.), Fitopatologia (CPAC); Elliot W. Kitajima (PhD), Virologia (UnB); M. T. Lin (PhD), Virologia (UnB); Márcio Antonio Naves (PhD), Entomologia (CPAC); Gilson Westin Cosenza (PhD), Entomologia (CPAC); Carlos Roberto Spehar (M.S.), Fitotecnia (CPAC); Lourival Vilela (B.S.), Fitotecnia (CPAC); Gottfried Urben Filho (M.S.), Fitotecnia (CPAC); Renato Antonio Dedecek (M.S.), Erodibilidade (CPAC); Manoel V. de Mesquita Filho (M.S.), Química de Solos (CPAC); José Eurípedes da Silva (M.S.), Fisiologia (CPAC); Ariovaldo Luchiari Júnior (M.S.), Agrometeorologia (CPAC); Dimas Vital Siqueira Resk (M.S.), Física de Solos (CPAC); Sérgio Mauro Folle (B.S.), Máquinas Agrícolas (CPAC).

da soja, os mecanismos de melhoramento do grão, ou ainda a compactação do solo nos campos dos Cerrados. O seguinte estudo inicialmente demonstra que:

Em solo sob cerrado, há deficiência de vários nutrientes, acompanhada por elevada acidez, o que não permite um bom desenvolvimento do sistema radicular nas plantas. Há necessidade de fazer uma mistura, a uma camada mais profunda do solo, desses elementos mais importantes, que são cálcio e fósforo, e que têm pequena movimentação no solo.⁵⁷

Assim, visando a corrigir a acidez do solo dos Cerrados, a equipe desenvolveu o estudo baseando-se nas modificações da acidez e fertilidade dos solos do Projeto de Assentamento Dirigido de São Gotardo (MG) entre 1972 e 1978. Na seguinte citação, AP_1 = *camada superficial normalmente arada todo ano*; enquanto que AP_2 = *camada situada abaixo do AP_1 , ocasionalmente arada*. Segundo os autores, o resultado do estudo foi o seguinte:

Com exceção do primeiro e do quarto ano de cultivo, o índice de pH foi sempre maior de 5,0 até a uma profundidade de 30 cm. A acidez foi corrigida na abertura da área e até onde foi possível, nos anos subsequentes. Na camada cultivável, os teores de Ca^{++} [cálcio] + Mg^{++} [magnésio] é elevada, e a saturação com alumínio ativo, baixa. Quando as arações atingiram as camadas mais profundas AP_2 , os índices de cálcio e magnésio também se mostraram um pouco elevados. O teor de fósforo se comportou semelhantemente ao de Ca^{++} + Mg^{++} , sendo elevado na primeira camada, e com pequena elevação na camada inferior AP_2 porém ocorrendo grande diferença entre as duas camadas. Fazendo-se uma comparação entre o primeiro e o segundo ano, verifica-se um teor muito elevado em relação ao dos demais anos; foi o quinto ano que apresentou menor índice. Os teores de potássio e matéria orgânica na camada AP_1 foram pouco elevados, sem grande diferença entre as outras camadas. O teor de matéria orgânica diminuiu gradativamente do primeiro para o segundo ano, mostrando certa recuperação nos anos subsequentes.⁵⁸

A citação demonstra o comportamento do solo em relação aos índices de fósforo, cálcio e magnésio administrados durante os seis anos do experimento. O que fica patente aí

⁵⁷ KAWASAKI; IWATA; MESQUITA FILHO. Desenvolvimento do sistema radicular de soja em solos de cerrados. In: EMBRAPA; JICA, 1980, *op. cit.*, p. 158.

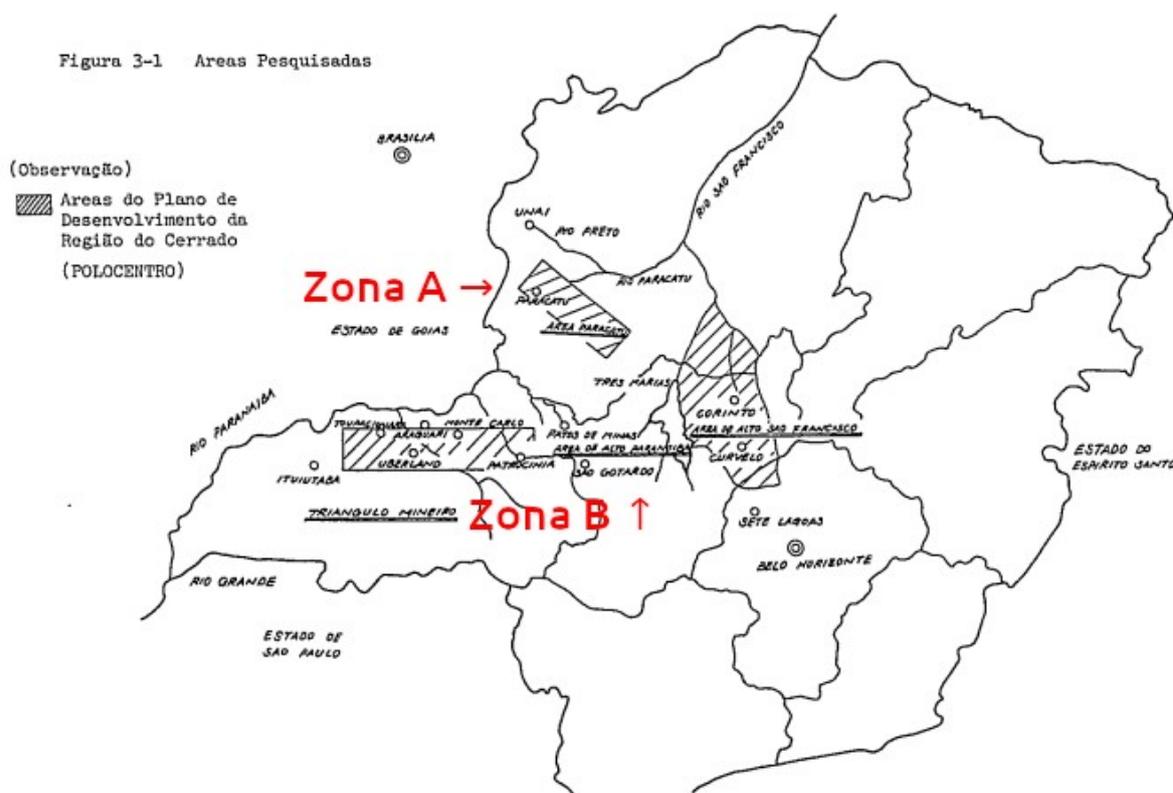
⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 161-162.

são as diferentes respostas do solo, algo talvez evidente para a Engenharia Agrícola, mas sob o ponto de vista histórico, é produto de um extenso processo de demanda e de produção alimentar gerado pela crise alimentícia do pós-Segunda Guerra Mundial⁵⁹, com especial atenção ao hemisfério Norte. A regulação do solo passou a ser possível, a partir de pesquisas em química dos solos e do desenvolvimento de maquinário especializado, de maneira que intervenções até então futurísticas na capacidade de produção e distribuição alimentar tornaram-se correntes, impulsionadas por projetos transnacionais, como os da Fundação Rockefeller nas Américas.

De retorno ao estudo acima, a localização do projeto de assentamento, no Oeste do estado de Minas Gerais, a 300 km da zona escolhida para a primeira etapa do PRODECER (cf. Imagem 1), evidencia por um lado a necessidade de se realizar tal experimento em terras com características similares àquelas trabalhadas no âmbito do projeto; e por outro, o caráter científico deste, uma vez que a partir desses experimentos, calculou-se quais seriam as ações necessárias para tornar produtiva toda uma zona até então irregular para o plantio, e de alto risco, sob o ponto de vista econômico. Em seguida, os procedimentos já sistematizados e com resultados satisfatórios foram reproduzidos e generalizados às demais zonas do PRODECER, possibilitando o cultivo extensivo nas terras dos cerrados brasileiros.

⁵⁹ Cf. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

Figura I - Localização das áreas pesquisadas⁶⁰



Na imagem, a zona A corresponde à área da 1ª etapa do PRODECER, enquanto que a zona B à localização do Assentamento Dirigido de São Gotardo. Nota-se que esta faz menção ao Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que foi realizado entre 1975 e 1979 e precedeu o PRODECER, na medida em que compôs as pesquisas e investimentos em torno do novo modelo produtivo nos cerrados em Minas Gerais e no Centro-Oeste. Segundo Clóvis Caribé:

Durante a implantação e desenvolvimento do POLOCENTRO (1975/1979) e devido aos seus acertos internacionais para o momento econômico e político do país, o governo brasileiro reiniciou as conversações que já vinham ocorrendo desde o ano de 1974 com agentes do governo japonês que duraram até 1977, quando foram amadurecidos os acordos do projeto. Em

⁶⁰ JICA. PRODECER. *Relatório Pesquisa Básica Empreendimento de Cooperação do Desenvolvimento Agrícola Brasil - Japão*. 129 p., Jun. 1975, p. 33. Imagem editada pelo autor (em vermelho).

1978 deram início concreto às atividades no cerrado. Foram essas negociações que possibilitaram a criação do PRODECER. Em 1979, o POLOCENTRO foi desativado e os espaços com cerrados dos Estados de Minas Gerais e Goiás passaram a sofrer as ações do PRODECER⁶¹.

Esse foi um dos inúmeros projetos que tiveram por objetivo a dinamização e implementação de projetos agroindustriais no espaço dos Cerrados, muito embora não tenha tido a longevidade e o capital investido do PRODECER. Além desse, houve outros projetos, como o Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA), Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa Nacional do Alcool (PRÓ-ÁLCOOL), Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas (PROVÁRZEAS), Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia – Tocantins (PRODIAT)⁶².

De retorno, o que esta fonte histórica (da pesquisa da EMBRAPA) não evidencia são os aspectos sociais do empreendimento neste assentamento experimental, uma vez que certamente foi mobilizada força de trabalho para se levar a cabo os processos de plantação, colheita, experimentos e armazenamento da produção. Quem eram esses sujeitos que aí viviam? Havia famílias ou tratava-se de homens solteiros? De onde vieram? Por ora, não dispomos de elementos para responder a tais questões.

Tais sujeitos, bem como a agricultura baseada na tecnologia moderna, sugerem Cunha *et al.*, “nasceram modernos”⁶³. Os autores pontuam aspectos relevantes no que diz respeito à construção de uma agricultura moderna nos cerrados brasileiros. Para eles, devido ao caráter empresarial e migratório de dito empreendimento, não teria havido uma “transição” ou mesmo “modernização” da agricultura nessas zonas, pois desde o início desse processo a tecnologia de tipo moderno encontrava eco na mentalidade empreendedora e já habituada à

⁶¹ SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 24, n. 2, p. 384-416, out. 2016, p. 391-392.

⁶² Cf. SANTOS, *ibid.*, p. 391-392.

⁶³ CUNHA, Aécio S.; MUELLER, Charles Curt; ALVES, Eliseu Roberto de Andrade; SILVA, José Eurípedes da. Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos Cerrados. *Estudos de Política Agrícola*, n. 2, p. 35-52, dez. 1993.

agricultura moderna dos migrantes, em sua maioria sulistas, que se moveram a essas zonas em vias de produtividade. Segundo eles:

A agricultura dos cerrados brasileiros é um produto da tecnologia moderna. Ela não se modernizou; nasceu moderna. Os solos ácidos e pobres em nutrientes da região eram imprestáveis à agricultura e tiveram, virtualmente, de ser “construídos”. Sistemas de limpeza e preparo do terreno foram desenvolvidos e criaram-se formas de correção da acidez assim como fórmulas de fertilização. De recurso natural, herdado, os solos dos cerrados transformaram-se em *capital* artificialmente produzido.⁶⁴

E completam:

Assim como a agricultura, os agricultores do cerrado também “nasceram modernos”. Grande parte daqueles que participaram do processo de abertura da região são imigrantes de zonas de agricultura mais avançada do Sul e Sudeste – os “gaúchos”. O arraigado tradicionalismo, sempre um entrave à modernização tecnológica da agricultura, nos cerrados, não teve expressão. A população local ficou à margem do processo ou vendeu a terra aos que se dispuseram a aventurar-se na no agricultura.⁶⁵

Os três primeiros autores, de formação economista, e o último, agrônoma, apresentam uma visão heterodoxa do processo de modernização da agricultura nos cerrados brasileiros. Para eles, portanto, a chave da mobilidade espacial teve importância capital na definição de uma agricultura de tipo moderno no espaço dos cerrados. Ora, se por um lado, o que se compreende como *processo de modernização na agricultura* poderia ser melhor definido como *implementação de instrumentos e técnicas modernas na agricultura*, ou ainda como *alteração de padrão agrícola através de novos meios, técnicas e produtos*, não se pode afirmar, no entanto, a existência de uma “agricultura dos cerrados” ou mesmo de “agricultores do cerrado”.

Os autores referem-se, com o uso desses termos, à agricultura monocultora e de uso intensivo e aos agricultores que lançam mão das técnicas que fundamentam essa agricultura. Afinal, a agricultura de tipo moderno praticada no bioma do Cerrado se caracteriza,

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 38. Os grifos são dos autores.

⁶⁵ Idem, ibidem, loc. cit.

finalmente - e desde a segunda metade do século XX -, pela entrada do capital em todas as esferas da produção, circulação e consumo, isto é, no **circuito econômico**; além, evidentemente, de pessoas envolvidas por uma “mentalidade empreendedora”⁶⁶ face aos recursos naturais e pelas técnicas, saberes e práticas específicas desse tipo de cultivo. Características essas que não são exclusivas do bioma do Cerrado, sendo partilhadas em maior ou em menor medida com a produção agrícola estadunidense de grãos, por exemplo.

Assim, se articularmos a ideia acima postulada ao estudo científico empreendido pela EMBRAPA em fins da década de 1970, observa-se que em realidade a equipe nipo-brasileira se encontrava em uma das pontas do circuito de implementação da agricultura de tipo moderno nos cerrados brasileiros, estando na outra ponta os agricultores, em família ou isolados, que imigraram da região Sul do Brasil para “fazer a vida” na zona de produção sojeira, os *Sertões* de outrora, consumando, entre 1979 e 2001, o êxito científico e produtivo do PRODECER. Para tanto, como foi dito, essa força de trabalho essencial foi mobilizada, através de sua mobilidade espacial em função da zona empreendida pela cooperação, processo este que por razões de fôlego, não será analisado neste trabalho.

Seguidamente, no que diz respeito ao melhoramento cultural da soja, os autores que produziram a fonte supracitada apresentam de maneira bastante crítica o lugar ocupado pelos Cerrados na dinâmica agrícola brasileira, bem como dos impactos gerados por um projeto como este, seja na erosibilidade do solo, ou ainda em sua toxicidade, tendo em vista o uso e melhoramento de herbicidas no controle de pragas. Há uma visão que poderíamos facilmente articular com o espectro do desenvolvimentismo, inicialmente citado⁶⁷, ainda que nos escritos dos pesquisadores japoneses haja uma maior atenção ao que seria considerado, a partir da década de 1980, como pertencente à pauta ambiental. Em alguns casos, chegam mesmo a relativizar a eficácia do controle químico de pragas em detrimento do controle mecânico, como no trecho a seguir:

Nos experimentos efetuados em dois anos seguidos [1978-1980], é importante assinalar que o controle mecânico de invasoras tem efeito muito

⁶⁶ Um autor que igualmente fundamenta inúmeros trabalhos históricos e sociológicos sobre o sujeito agricultor no Brasil dos séculos XX e XXI é o sociólogo alemão Max Weber, a partir do qual analisa-se o desenvolvimento histórico dessa mentalidade associada à ética, ao trabalho e ao capital. No entanto, não lançaremos mão de suas ideias, pois esse é um aspecto não desenvolvido neste trabalho.

⁶⁷ BIELSCHOWSKY, op. cit., 2000.

bom, superando a expectativa. O controle químico, com seleção adequada de herbicida, aplicado no período certo e com método adequado, pode resultar em controle eficiente, mas, em geral, o efeito tende a mudar facilmente com as condições do solo e do clima. Comparativamente, o controle mecânico tem efeito mais estável como se pode verificar pelos resultados de dois anos. Infere-se, assim, que o controle de invasoras na cultura de soja deverá ser por método mecânico, e de acordo com a necessidade.⁶⁸

Importante salientar que o controle mecânico, apesar de diagnosticado como mais eficaz no caso da cultura de soja, foi orientado, nas décadas seguintes, como secundário em relação aos agroquímicos, como bem demonstra o relatório do Greenpeace publicado em 2018⁶⁹. A cultura da soja, finalmente estruturada em torno de uma produção de tipo monocultura, altamente mecanizada, que faz uso de controle genético, e com uso intensivo de herbicida, tornou-se o *modus operandi* da agroindústria brasileira, a qual será abordada na seção que se segue a partir de seus aspectos jurídicos e legais, tomando como ponto de partida o golpe civil-militar de 1964. Com isso, pretendemos demonstrar a articulação política e econômica do Estado ditatorial brasileiro com dito projeto de reestruturação da dinâmica agrícola e fundiária durante a segunda metade do século XX no Brasil.

1.2 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA: O ESTATUTO DA TERRA DE 1964

Com o intuito de evidenciar um sentido político no projeto agrícola empreendido pela ditadura militar brasileira a partir da assinatura da cooperação em 1974, demonstraremos, por meio da legislação implementada entre 1964 e 1974, de que modo este se preparou

⁶⁸ IZUMIYAMA, Yoichi. Estudo para o melhoramento do sistema cultural da soja no Cerrado. In: EMBRAPA; JICA, 1980, *op. cit.*, p. 134.

⁶⁹ GREENPEACE. *Segure a Linha. A expansão do agronegócio e a disputa pelo cerrado*. São Paulo: Greenpeace, 2018.

juridicamente para uma abertura da economia rural brasileira ao capital transnacional. Dito isso, mobilizaremos três legislações que lançaram mão de elementos reestruturadores das relações de direito, posse e propriedade da terra, quais sejam: o Estatuto da Terra (1964), o Ato Institucional nº 9 (1969), e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974).

Ora, no ano de 1961, seguidamente à renúncia de Jânio Quadros, presidente eleito no ano de 1960 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), seu vice-presidente João Goulart, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁷⁰, iniciou um programa de amplas reformas em setores estratégicos, dentre eles o agrário. Para isso, as chamadas *Reformas de Base* implementariam um processo de expropriação de terras não-produtivas para o Estado, muito embora, contrários a esse projeto, os setores dominantes tenham mobilizado seus Aparelhos Privados de Hegemonia⁷¹. A imprensa, nesse sentido, exerceu oposição às reformas, como demonstrado pelo periódico *O Globo*:

A Balela das Reformas de Base – Eugênio Gudín. Recorrendo mais uma vez à morfina, apelam os partidos políticos que apoiam o Sr. Tancredo Neves (ou o Sr. Goulart?) para o “slogan” das REFORMAS DE BASE, a saber, especialmente a reforma agrária. [...] É preciso ser integralmente (não parcialmente) imbecil para acreditar que “essas reformas”, quase tôdas desaconselháveis, aliás, possam ter qualquer influência sôbre o progresso econômico ou social do país. [...] O povo não votou em 3 de outubro de 1960 por reforma agrária sem saúde, sem instrução, sem técnica, sem crédito⁷².

Depois de intensos embates no Congresso Nacional e a não aprovação das *Reformas de Base*, em 31 de março de 1964, num turbulento contexto de crise política - com forte atuação do IPES na desestabilização do governo⁷³ -, deflagrou-se um golpe de Estado de caráter civil-militar, tomando-se o poder do Estado e mobilizando profundamente seu aparato repressivo (coerção extraeconômica). Algumas medidas foram mais rapidamente postas em vigor, como o Ato Institucional nº 1 (AI-1), no dia 9 de abril, que suspendeu por dez anos os

⁷⁰ Que ocupara o mesmo cargo durante o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960).

⁷¹ São os “organismos e instâncias que não fazem parte diretamente do aparelho governativo, [...] e que representam os mecanismos através dos quais a classe ou fração de classe hegemônica exerce sua direção/domínio sobre a sociedade, ou em outras palavras, através dos quais se reproduz sua atividade hegemônica”, como a mídia, as associações, organizações, corporações etc. In: ANDRADE, Flávio Anício. Fábrica como aparelho privado de hegemonia: voluntariado corporativo e a gestão capitalista do trabalho e da sociedade. *Anais Eletrônicos do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels*, Unicamp, 2004, p. 4.

⁷² O GLOBO (Periódico), Rio de Janeiro, 18 out. 1962, p. 2.

⁷³ DREIFUSS, op. cit., 2011; RAMÍREZ, op. cit., 2011.

direitos políticos de civis e militares vistos como opositores ao regime recém-instalado e, ainda, determinando por eleições indiretas para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

Se durante o governo João Goulart (1961-1964), a proposta de expropriação de terras não-produtivas foi uma solução encontrada para as demandas políticas dos movimentos sociais do campo e da chamada questão agrária (paradigmaticamente), com o golpe de 1964, os militares tomaram a mesma questão como prioritária, mas atuando em prol das classes dominantes. Ainda que estruturalmente essa medida não tenha representado uma alteração profunda na dinâmica fundiária brasileira - tal reestruturação ocorrera somente em 1974, com o II PND -, a mesma rearranjou as relações de poder entre Estado e sociedade civil, pois inseriu um novo elemento na ingerência daquele sobre a propriedade privada da terra.

O Estatuto da Terra de 1964 (Lei 4.604, de 30 de novembro de 1964) foi, assim, o instrumento jurídico que possibilitou a expropriação de terras por meio da chamada *função social da propriedade da terra*⁷⁴. Segundo essa lei, a função social (operada pelo Estado ditatorial) seria assegurada caso a unidade produtiva (imóvel rural) descumprisse algum dos seguintes pontos:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém *níveis satisfatórios de produtividade*;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem⁷⁵.

O item sublinhado indica a questão primordial neste estudo. Os “níveis satisfatórios de produtividade” seriam assegurados, nesse contexto, por meio de uma reforma agrária parcial nos complexos agrícolas, injetando capital estrangeiro e convertendo-os em complexos agroindustriais, pois muitos desses se estruturavam historicamente como latifúndios⁷⁶. Esse câmbio nos complexos agrícolas, que agora se convertem em complexos agroindustriais, pode

⁷⁴ Essa mesma “função social” foi imputada à Constituição Federal de 1988, durante o processo de redemocratização do Brasil (1979-1988), contando, nesse caso, com um sentido “alargado” (e de certo modo, propositalmente ambíguo), sendo, desde então, amplamente apropriado pelos movimentos sociais do campo, em suas lutas por reforma agrária.

⁷⁵ § 1º do artigo 1º da Lei n. 4.504 de 30/11/1964. Os grifos são nossos. In: BRASIL. *Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Brasília, 1964a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 3 ago. 2019.

ser operacionalizado a partir da categoria de “caificação do padrão agrícola”, elaborada por George Martine⁷⁷, sobre a qual trataremos mais adiante.

O objetivo seria, então, a instalação de complexos agroindustriais em algumas regiões do Brasil, iniciando-se pelo Sul⁷⁸, de modo que se poderia implementar um novo tipo de agricultura, altamente tecnicizada e com a utilização de agroquímicos. Nesse sentido, “enquanto política voltada para ‘reformular’ práticas de uso de terras agrícolas, a reforma agrária também serviu para facilitar a estrangeirização de terras”⁷⁹, uma vez que facilitou a entrada de capital transnacional na economia brasileira. No que toca o processo de tecnicização, por exemplo, o número de tratores agrícolas no Brasil teve um elevado crescimento anual entre os anos de 1950-60 (632%), 1960-70 (170%) e 1970-80 (218%), como demonstrado no seguinte quadro:

Quadro I – Uso de tratores no Brasil (1950-1985)⁸⁰

Anos	N.º de tratores
1950	8.372
1960	61.338
1970	165.870
1975	323.113
1980	527.906
1985	665.280

⁷⁶ Para saber mais sobre a inserção do latifúndio na questão fundiária brasileira, assim como sobre esse debate no âmbito historiográfico, ver: GUIMARÃES, op. cit., 1968 (em especial os capítulos X e XI); SILVA, *ibidem*, 2017, p. 103-129.

⁷⁷ MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. *Lua Nova*, n. 23, p. 8, mar. 1991.

⁷⁸ TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, v. 2, ano 2, p. 21-42, 2005.

⁷⁹ WELCH, Clifford. Resistindo à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria e a era da globalização. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, p. 286, 2016.

⁸⁰ FONTE: FIBGE - Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960; Censos Agropecuários no Brasil de 1970, 1975, 1980 e 1985. In: TEIXEIRA, 2005, p. 25.

A maior taxa de crescimento, no entanto, diz respeito ao tempo conjuntural, pois se observarmos os números entre as décadas de 1950 e 1970, por exemplo, fica patente que o conceito de Revolução Verde realmente pode ser aplicado para o caso brasileiro. Essa interpretação encontra eco na produção sociológica e geográfica acerca da utilização da tecnicização da agricultura, a partir da utilização de agroquímicos e de maquinaria especializada. Além desses elementos, Sobre o plano macroeconômico, o Estado brasileiro lançou mão de numerosas legislações e medidas com o objetivo de por em prática as recomendações do Banco Mundial para seu desenvolvimento no sistema capitalista⁸¹. Uma dessas recomendações era uma maior abertura de sua economia para o capital internacional, medida que gerou impacto socioeconômico nas relações no campo. Welch, que analisou a resistência à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria, aponta:

formuladores de políticas públicas e acadêmicos desenvolveram estratégias de reforma agrária destinadas a dismantelar antigas propriedades improdutivas e “liberar” suas terras para o mercado, incluindo investidores estrangeiros, e escreveram regulamentos para facilitar a modernização sob a forma de mecanização, insumos químicos e outras inovações tecnológicas⁸².

No entanto, muitos foram os impactos sociais de tais medidas, como a intensificação dos conflitos entre camponeses e terratenentes. Estes, agora amparados juridicamente pela *função social da propriedade da terra* do Estatuto da Terra, atuaram vigorosamente no âmbito regional e local, por meio da grilagem de terras, espoliando numerosas comunidades camponesas. Comumente, a acumulação por espoliação⁸³ se efetivava por meio de expulsões e assassinatos ou desaparecimentos de camponeses, como aponta o Relatório do Projeto *Direito à Memória e à Verdade*, que contabilizou um total de 1.196 casos, entre 1961 e 1988⁸⁴. O

⁸¹ PEREIRA, João Márcio Mendes. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados*. 280 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; SAUER; PEREIRA, op. cit., 2006.

⁸² WELCH, op. cit., loc. cit.

⁸³ Conceito forjado pelo geógrafo britânico David Harvey, que o apresenta da seguinte maneira: “Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas de Estado a ‘expropriação das terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população e geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles”. In: HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 130-131.

⁸⁴ Anexo I – Lista dos 1.196 casos estudados de camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos, durante o período de 1961 e 1988, In: VIANA, Gilney Amorim (org.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013, p. 116-

desenvolvimento econômico tinha um preço: a despossessão e espoliação de milhares de camponeses, agricultores familiares, posseiros etc.

Ainda que fora a ditadura que estruturou tais medidas, isto é, efetivou a alteração estrutural do padrão agrícola brasileiro, implementando a tecnologia e uso de agroquímicos na lavoura, e convertendo os complexos agrícolas em complexos agroindustriais, essas políticas não surgiram tão somente das demandas econômicas estrangeiras, tampouco se manifestaram, em terras tupiniquins, a partir de uma demanda imediata. Elas foram gestadas. Por exemplo, Marcio Both⁸⁵ demonstra-nos que, já no século XIX, houve uma série de embates e projetos políticos pautando a seguinte demanda: produzir mais, gastando menos.

Nos anos 1950, igualmente, no estado da Bahia⁸⁶, houve operações nesse influxo de tecnicização do campo. Em extrato de uma publicação de Antonio Bittencourt Mariani (empresário agrícola baiano), datada de 1966, sobre sua atuação em dita região (nos anos 1950), pode-se observar que aí já se encontravam os pressupostos econômicos da Revolução Verde:

A Colônia Agropecuária do Formoso – Realizações de um Órgão Regional. No ano de 1951, um trio de modestos engenheiros, do qual fazíamos parte, percorria o Vale do Rio Corrente, afluente esquerdo do trecho Médio São Francisco, com a missão específica de escolher uma área de terrenos em condições de receber uma *colonização utilitária e eficiente*, se possível na base da irrigação, que demonstrasse a *produtividade* de superfícies agrícolas até então somente exploradas por *processos sumários* pelos habitantes da região⁸⁷.

A modéstia do engenheiro, muito embora grafada, não se verifica⁸⁸. Demonstra-se que se por um lado a ditadura implementou várias das medidas econômicas da Revolução Verde

123.

⁸⁵ SILVA, op. cit., 2017.

⁸⁶ Na mesorregião da Bacia do rio Corrente - mesma zona na qual intensas disputas territoriais em função do controle sobre o uso da água recentemente se desenrolaram. Em tal embate, a população e os movimentos socioterritoriais de Correntina/BA ocuparam, em 2 nov. 2017, “parte do território do agronegócio do oeste baiano que compõe a região do MATOPIBA”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Disputas territoriais em Correntina - BA: Territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate paradigmático. *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA*, Presidente Prudente, n. 118, p. 2-9, out. 2017.

⁸⁷ JORNAL DO COMMERCIÓ, Rio de Janeiro, 30-31 mai. 1966, p. 2. Os grifos são nossos

⁸⁸ Antonio Bittencourt Mariani foi casado com Laura Lavenère-Wanderley Mariani, nasceu em 1898 e faleceu em 1980 (JORNAL DO BRASIL, 27 ago. 1980, p. 22). Sobre sua atuação política na região do Médio São Francisco, cf. o caso do incêndio na comunidade de Retiro da Picada em OLIVEIRA, Júlio Ernesto. Conflitos agrários no Médio São Francisco: a comunidade Retiro da Picada no rastro da memória (1975-1989). In: ALVES, Davidson Hugo Rocha; MESQUITA, Thiago Broni de (Orgs.). *As crises da República e o ensino de História: a democracia brasileira em questão*. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 1017-1029.

na agricultura brasileira, não fora ela que primeiro pautou tais demandas. Os empresários exerceram, desde a fundação da República, grande influência política nas questões concernentes à agricultura, chegando ao ponto de, no processo de redemocratização do Brasil (1979-1988), se organizarem organicamente em torno de um partido político, a saber, a União Democrática Ruralista (UDR)⁸⁹.

Regressando à nossa cronologia, importante pontuar que o Estatuto da Terra de 1964 não foi o único instrumento jurídico mobilizado pela ditadura militar no que toca à questão da propriedade privada da terra, de modo que trataremos de dois outros também relevantes para o sujeito desta investigação, a saber: o Ato Institucional nº. 9, de 25/04/1969, do qual muito pouco se fala na historiografia, uma vez que há mais atenção aos AIs que portaram sobre a restrição de direitos e a perseguição política dos opositores da ditadura; e o II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974, que tampouco é recordado como sendo uma política fundiária, uma vez que se referiu ao planejamento econômico do Brasil durante todo um período, abordando inúmeros setores de sua economia.

1.3 ATO INSTITUCIONAL NÚMERO NOVE - AI-9 (1969)

O Ato Institucional Número Nove (AI-9), de 25 de abril de 1969, operou na regulamentação do acesso de estrangeiros à propriedade privada da terra em território nacional, num contexto de intensificação da repressão, logo após o AI-5 ser baixado pelo governo militar em dezembro de 1968. A par em passo que os opositores do regime iam sendo “limpados” do território nacional, seja por meio de desaparecimentos, torturas, assassinatos ou exílios, a abertura da economia ao capital estrangeiro, pautada desde o início dos anos 1960, retorna à tônica dos governos ditatoriais, ora permeada de um léxico desenvolvimentista. Processo traduzido por meio da Doutrina de Segurança Nacional:

Vinculando segurança externa a segurança interna, os formuladores da Doutrina no Brasil criam no imaginário dos estagiários (é como são chamados, ainda hoje, os alunos da Escola [Superior de Guerra]) a concepção de que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade

⁸⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

brasileira, agindo organizadamente para tomar o poder e, assim, transformar o Brasil numa República totalitária. O inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos *ideais revolucionários*, seduzido por *ideologias estranhas* e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social.⁹⁰

O AI-9 aperfeiçoou então alguns dos instrumentos jurídicos presentes no Estatuto da Terra de 1964 e na Constituição Federal de 1967, como a questão das expropriações e das indenizações aos grandes proprietários de terra - neste ponto a modifica -, por meio de concessões de títulos da dívida pública, com prazo de resgate em vinte anos. Os três primeiros artigos de dita norma nos informam:

Art. 1º – O § 1º do artigo 157 da Constituição Federal [de 1967] passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157 - § 1º – Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, *mediante pagamento de justa indenização*, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo⁹¹, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas”.

Art. 2º – É substituído o § 5º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte: “§ 5º – O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por *interêsse social*, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias”.

Art. 3º – Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal⁹².

O art. 2 do AI-9 alterou um ponto sensível da legislação vigente sobre a propriedade privada da terra no Brasil. Se a Constituição de 1967 exigia que a desapropriação fosse efetivada tão somente *mediante pagamento de justa indenização*, o AI-9 possibilitou a ingerência direta do Poder Executivo nos processos de desapropriação de terras, de maneira

⁹⁰ In: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Livro 4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 36-37. Os grifos são do autor.

⁹¹ Pois constava, na Emenda Constitucional n.º 10, de 9 nov. 1964, a exigência de pagamento prévio das indenizações aos proprietários que tiverem suas terras expropriadas. In: BRASIL. *Emenda Constitucional n.º 10, de 1964*. Brasília, 1964b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 4 ago. 2019.

⁹² BRASIL. *Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969*. Brasília, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-09-69.htm. Acesso em 3 ago. 2019. Os grifos são nossos.

que o “interesse social”, termo mobilizado pela legislação agrária desde o Estatuto da Terra de 1964, ampararia legalmente a justificativa real da desapropriação, segundo os interesses do governo ditatorial e dos grupos dominantes.

O § 11 do artigo 157 da Constituição Federal de 1967⁹³ diz respeito, por sua vez, a uma limitação de participação de pessoas físicas em mais de uma empresa e delas entre si (*joint venture*). Ou seja, com sua revogação, a uma só pessoa permitiu-se compor várias empresas e a uma empresa compor outras, possibilitando a criação e o desdobramento de mais e mais empresas agroindustriais e da associação do “capital nacional” com o estrangeiro (capital associado).

Além desses pontos, o AI-9 representou em si, e em certa medida, um ataque à classe dos latifundiários no Brasil, pois permitiu ao governo ditatorial implementar algumas das medidas consideradas estruturais para uma reforma agrária sob um regime ditatorial e proto-neoliberal⁹⁴, convertendo os latifúndios em complexos agroindustriais. O próprio texto do AI-9 afirma “que a Reforma Agrária, para sua execução, reclama instrumentos hábeis que implicam alterações de ordem institucional”⁹⁵. No entanto, essa norma jurídica novamente não logrou uma transformação estrutural do campo, pois no plano de fundo da reestruturação da estrutura fundiária brasileira, o combate aos movimentos guerrilheiros de esquerda (foquistas) tomou a atenção do regime, como aponta Bernardo Sorj:

A luta contra o movimento guerrilheiro levava ao fortalecimento do imobilismo político, eliminado à participação social mínima necessária para a realização de uma reforma agrária, ao mesmo tempo que a expansão econômica dará os novos temas ideológicos de sustentação do regime. Assim, o controle do Estado pela tecnocracia faz com que os problemas sociais se reduzam a problemas técnicos, onde a concentração de recursos financeiros em torno de projetos-impacto se transforma em sucedâneo de transformação social⁹⁶.

⁹³ “§ 11 A produção de bens supérfluos será limitada por empresa, proibida a participação de pessoa física em mais de uma empresa ou de uma em outra, nos termos da lei”. In: BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 3 ago. 2019.

⁹⁴ RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 132-159, nov. 2015.

⁹⁵ BRASIL. *Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969*. Brasília, 1969.

⁹⁶ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 56.

Os movimentos de guerrilha rural atuaram durante um curto período no Brasil, visto que a resistência à ditadura articulou-se sobretudo a partir das grandes cidades - ainda que cada vez mais tenhamos uma historiografia que demonstra a atuação de movimentos sociais na resistência à ditadura militar em cidades de pequeno e médio porte⁹⁷. Tendo como episódio simbólico a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), a guerrilha rural no Brasil se inspirou na cubana (1953-1959), que culminou por sua vez com a destituição do ditador Fulgêncio Batista em 1º de janeiro de 1959 em Cuba. Metrôpoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre foram palco de inúmeras manifestações, sequestros de políticos e funcionários da diplomacia internacional, além da resistência cotidiana empreendida por sujeitos não afiliados a movimentos políticos, e é claro, de periódicos clandestinos que teceram redes de comunicação e informação no seio da sociedade civil.

No que concerne a resistência empreendida pelos movimentos sociais contra a repressão ditatorial, há um desdobramento interpretativo na historiografia brasileira sobre o papel destes na duração do regime. Ocorre que no âmago de uma literatura revisionista, como apontam Calil *et al.*⁹⁸, difunde-se a ideia mitificada de que os movimentos de esquerda armada (rural e urbana) “obstaculizaram” a distensão do regime ditatorial, o que revela um pressuposto escamoteador das ações da esquerda armada como reação, enfrentamento, ou mesmo resistência à ditadura em curso.

Segundo essa literatura, como os movimentos da esquerda armada não propunham quaisquer projetos ancorados em “bases democráticas” - como se houvesse um sentido histórico que determinasse pelo estabelecimento de um regime democrático *de tipo liberal* -, mais serviram para dilatar o período ditatorial do que, necessariamente, propiciar a descontinuidade do regime. Tal análise, ancorada na memória histórica dos que a produzem, em certa medida lastreia discursos que apoiam a ingerência dos militares na vida política brasileira, ou mesmo políticas de cunho autoritário contra os movimentos sociais, por meio da

⁹⁷ Cf. LIMA, Thiago Machado de. *Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015; MOTA, Cristiane Lopes da. *Interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano: estratégias, adesões e oposições (1962-1968)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022; OLIVEIRA, Hebert Santos. *Frente Nacionalista e Grupo dos Onze: nacionalismo de esquerda, política e repressão em Jacobina/BA (1963-1966)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

⁹⁸ CALIL, Gilberto Grassi; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de (orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

seguinte noção: o regime se recrudescera *em resposta* aos movimentos de extrema-esquerda, e não o contrário, desmantelando assim qualquer noção de resistência, sobretudo no pós AI-5.

Retomando ao ponto de análise, havia um imperativo, tal como sugerem Mendonça e Fontes, de se “recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo [desde 1955], só que de modo desordenado e caótico”⁹⁹. Isto se daria por meio de instrumentos jurídicos, econômicos e políticos apropriados, de acordo com o espectro político-ideológico ao qual o grupo dominante se vinculava. Para tanto, “dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo” - lembremos que no Estatuto da Terra de 1964 já estavam previstas medidas de favorecimento ao grande capital e, no AI-9, de estrangeirização de terras -, “o arrocho salarial, sua estratégia”, e “o combate à inflação, sua justificativa legitimadora”¹⁰⁰.

Dito isso, é necessário refletirmos acerca do contexto econômico do Brasil durante o período, uma vez que, abrindo mais e mais sua economia ao capital estrangeiro, por um lado aumentou-se o afluxo de investimento transnacional, favorecendo o desenvolvimento de projetos em setores estratégicos da economia, mas por outro, fortaleceram-se as relações de dependência e de subdesenvolvimento no âmbito internacional. O II PND tomou forma, nesse sentido, a partir dos interesses do governo ditatorial e das classes dominantes em estabelecerem cooperações transnacionais em formato de *joint venture*, isto é, com a associação de capital entre empresas não necessariamente atuantes nos mesmos setores, mas que partilhavam do interesse em investir e lucrar.

No âmbito do PRODECER, isso se manifestou através da abertura de capital pessoas físicas e empresas nacionais, como bancos de investimento, mas também a empresas japonesas ligadas aos setores de crédito, alimento, tecnologia, automóveis, entre outros¹⁰¹ (cf. Anexos). A partir disso, demonstraremos de que modo o II PND produziu ressonâncias no

⁹⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1992, p. 21.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, loc. cit.

¹⁰¹ Como a *Mitsubishi Corporation, Toshiba, Yakult, Aoki Construction* etc. In: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PRC 159/1980. *Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas que levaram o governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de hectares de cerrados em Goiás e Minas Gerais, no Brasil*. Fls. 8-13. Apresentado em 28 ago. 1980. Brasília, 1980. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=236749>. Acesso em 3 jan. 2020.

arranjo da cooperação nipo-brasileira, ainda que não tenha sido uma política propriamente fundiária.

1.4 O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - PND (1974)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, pensado pelo governo militar durante o ano de 1974, produziu-se como resposta à Crise Petrolífera de 1973 e à crise econômica mundial em curso. Teve por objetivo o planejamento macroeconômico, com forte interesse político, do Brasil para os anos que se seguiriam, de 1975 a 1979, dentro de um projeto militar de transição política e de estruturação ideológica do pensamento neoliberal. Já na abertura do II PND, com o pronunciamento do Gral. Ernesto Geisel, observa-se a priorização do reordenamento territorial em curso no Brasil para o regime ditatorial:

Contudo, não haverá tarefa mais fascinante, no próximo quinquênio, que a de prosseguir com os novos rumos abertos pela Revolução de 64, *para a redescoberta da hinterlândia brasileira* e para a construção de uma sociedade, bem mais rica e mais justa. *Caminhos físicos, na trama de uma infra-estrutura ampliada e vitalizada, já se abrem para o sertão nordestino, a hiléia amazônica e a vastidão do planalto central.* Mecanismos de conquista econômica dessas regiões vêm sendo preparados há alguns anos, nos roteiros da Revolução.¹⁰²

Chama-nos a atenção o uso do termo ‘hinterlândia brasileira’. Advindo da geografia e em seguida apropriado pela geopolítica, “a hinterlândia pode ser colocada primeiramente como sertão: um espaço para a expansão, incorporação aos fluxos econômicos ou a uma esfera de poder que ainda lhe escapa”¹⁰³. No contexto da ditadura durante os anos 1970, a apropriação conceitual veio, no entanto, da produção intelectual do Gral. Carlos de Meira Mattos, segundo o qual:

¹⁰² BRASIL. Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General ERNESTO GEISEL, na reunião ministerial de 10 de setembro de 1974. In: *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. 1974, p. 8.

¹⁰³ LIMA, Débora Assumpção e. O mundo da hinterlândia e os avanços da fronteira no espaço tocantinense. *TEXTOS&DEBATES*, Boa Vista, n. 26, p. 99-112, 2015, p. 100.

[...] os governos militares deveriam, a todo custo, realizar a tão necessária “continentalização da hinterlândia sul-americana”. Esse plano daria um “sopro de despertar” na “América do Sul continental”. Para tanto, determinadas tecnologias e estratégias, como as formuladas na ESG [Escola Superior de Guerra], eram indispensáveis no sentido de ocupar populacional e economicamente duas áreas em especial: a Bacia Amazônica (Região Norte do Brasil) e o Centro do Continente (Região Centro-Oeste).¹⁰⁴

Amparado nas noções de segurança e desenvolvimento, os conceitos geopolíticos mobilizados pelos militares durante a ditadura ampararam ideologicamente as políticas fundiárias implementadas no período, normatizando o que poderíamos pensar como um ideário militar sobre o território, as fronteiras e as relações de poder. Esse pensamento gerou ecos no II PND, que somado ao contexto de abertura econômica ao capital transnacional, gerado pela crise em curso, e à repressão política no plano doméstico, viu no empresário estrangeiro uma fonte de parcerias e associações de capital, e no trabalhador rural politicamente organizado um potencial guerrilheiro a ser combatido. Sendo assim, já havia no II PND uma previsão de continuidade de projetos estratégicos, como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA).

As principais diretrizes já haviam sido traçadas, em torno das noções de produtividade, desenvolvimento agrícola, distribuição estratégica de títulos de terras e modernização do setor agropecuário. O POLOCENTRO, e em seguida o PRODECER, que seriam a resposta do governo no ano seguinte ao problema da ocupação territorial e da produtividade agrícola dos cerrados, ainda não haviam sido nominados no II PND, muito embora suas bases técnicas e científicas estivessem devidamente lançadas. Isto é, observa-se uma continuidade em relação à pauta da posse e propriedade da terra, um problema observado desde o contexto pré-golpe civil-militar de 1964 e que norteou as políticas estabelecidas pelo Estatuto da Terra de 1964 e pelo AI-9. No texto do II PND, destacamos algumas das áreas de atuação estabelecidas para a estratégia agropecuária quinquenal:

¹⁰⁴ SILVA, Jussaramar da; MORO, Nataniél Dal. Geopolítica e fronteira Oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. *Revista Geográfica de América Central*, n. 58, p. 125-150, jan.-jun. 2017, p. 138, citando MATTOS, Carlos de Meira. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977, p. 110-111.

I – Política de uso da terra para fins agropecuários [...] Nas áreas novas, a preocupação maior será como solucionar, no mais breve prazo, os assuntos de regularização fundiária, a fim de definir a propriedade das terras disponíveis, para expansão agropecuária e colonização.

II – Esforço de modernizar e de dotar de bases empresariais o setor agropecuário, principalmente no Centro-Sul. O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande –, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulo de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos.

III – Execução da Reforma Agrária e de Programas de Redistribuição de Terras, nas áreas em que as distorções no sistema de propriedade fundiária sejam obstáculo ao desenvolvimento agropecuário, nos aspectos de produção e de bem-estar do trabalhador.

IV – Estratégia de ocupação de novas terras, principalmente no Centro-Oeste, Amazônia e vales úmidos do Nordeste.¹⁰⁵

Esses quatro apontamentos atuaram como diretrizes geopolíticas para a modernização conservadora da agricultura durante esse período. Há um elemento, no entanto, que demonstra o caráter normativo proto-neoliberal do regime, logo no item 3. Quando fala-se em “distorções no sistema de propriedade fundiária”, há duas formas, distintas e complementares, de se interpretar o que seriam essas distorções. A primeira, trata de pensar na transformação dos Latifúndios em Complexos Agroindustriais (CAIs), processo que George Martine denominou “caificação” do padrão agrícola¹⁰⁶. Neste caso, o regime de propriedade latifundista atuaria como um entrave ao pleno desenvolvimento capitalista da terra, sendo necessária a alteração econômica desse padrão, nos moldes da modernização conservadora formulada por Moore Jr.¹⁰⁷ Para tanto, a transnacionalização da propriedade da terra daria o tom modernizante de dito processo, em nome da modernização das relações de produção na agricultura, de maneira que o sistema latifundista fosse enxergado pelas elites brasileiras como ultrapassado e antimoderno.

¹⁰⁵ BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. 1974, p. 41-44.

¹⁰⁶ MARTINE, op. cit., 1991.

¹⁰⁷ MOORE JR., op. cit., 1966.

A segunda forma diz respeito aos modos não-capitalistas de ocupação e produção agrícola, como a comunitária, a indivisa ou mesmo a enfiteuse. Essas formas não-capitalistas de posse e propriedade da terra manifestam-se geralmente em comunidades rurais distanciadas do universo urbano e das economias culturais de consumo e propriedade privada. Sendo assim, a ambiguidade textual da medida ampara tanto ações de intervenção política em latifúndios que não satisfizessem aos níveis de produtividade exigidos pelo regime, assim como ações de desorganização socioeconômica e intervenções do aparelho coercitivo nas comunidades de trabalhadores rurais mobilizados politicamente e/ou que não partilhavam da noção de propriedade privada da terra, como explica a historiadora Rosa Congost¹⁰⁸.

Assim, o II PND sistematizou e normatizou algumas das diretrizes políticas e econômicas que já estavam em curso desde o início da ditadura, em matéria fundiária, matizando elementos produzidos tanto pelo pensamento geopolítico brasileiro, como pelo proto-neoliberal, que tocava diretamente as noções de propriedade, produtividade, crédito e consumo. Se houve uma continuidade direta entre as políticas fundiárias anteriores e o II PND, não sabe-se se foi deliberada e concatenada em torno de um mesmo projeto político. À vista disso, torna-se demonstrável que alguns dos elementos econômicos mais importantes imprimiram-se nessas legislações e diretrizes, de maneira que, não obstante os diferentes espectros políticos dos três primeiros presidentes militares em relação ao Gral. Geisel, há uma noção de continuidade implícita à questão da ruralidade durante a primeira década da ditadura militar brasileira.

¹⁰⁸ CONGOST, op. cit., 2007.

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS À GUIA DO SÉCULO XX: ESTADOS UNIDOS, BRASIL E JAPÃO

Neste capítulo, nossa análise repousará sobre a política externa nipo-brasileira no pós-guerra, com ênfase nas décadas de 1960 e 1970, a partir de reflexões sobre a Crise Petrolífera de 1973 e de como essa conjuntura levou o país asiático a buscar novas zonas de investimento para suprir seu mercado interno de consumo de soja, sobretudo, frente ao embargo econômico imposto pelos EUA. Para tanto, buscaremos tratar primeiramente da política externa nipo-americana, demonstrando a historicidade de suas relações no âmbito da cooperação internacional bilateral, e em seguida em correlação com o contexto de crise e com a autonomização empreendida pelo país asiático frente às pressões estadunidenses.

Por conseguinte, analisaremos a política externa brasileira durante a ditadura militar e a mudança de paradigma efetivada entre o governo de Castelo Branco e o de Geisel, para finalmente observar a aproximação do governo brasileiro ao Japão, possibilitada após inúmeras viagens do governo brasileiro ao país asiático. Dentre elas, destacaremos a viagem do Presidente militar Ernesto Geisel à Tóquio em setembro de 1976, a qual marcou as negociações em torno da implementação do PRODECER, reunindo além dos respectivos corpos diplomáticos, o Imperador Hiroito e a Imperatriz Nagako.

Do lado brasileiro, criou-se um discurso de complementariedade entre as duas economias, o qual possibilitou, no curso desse processo, que os setores econômicos brasileiros vissem que um projeto de cooperação com um país de capitalismo avançado estava sendo pensado e implementado. A partir deste, cimentou-se a possibilidade de não só explorarem um bioma até então inadequado para a cultura de grãos, mas também de se estruturarem economicamente em torno de um setor que prometia alta produtividade e lucratividade, simulando o modelo produtivo agrícola estadunidense.

Muito embora bastante promissor, o setor agroindustrial brasileiro neste período não sobrepujava o da construção civil¹⁰⁹, por exemplo, que detinha grande atenção do regime

¹⁰⁹ Cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2014.

ditatorial e maior capital invertido, de maneira que setores específicos da sociedade civil tiveram de ser mobilizados no intuito de legitimar, em termos de política econômica, o projeto ditatorial. Se por um lado o projeto de transnacionalização da economia brasileira já se encontrava em curso, muito a partir da abertura brasileira ao capital estrangeiro empreendida desde o início da ditadura, por outro o fator de atratividade internacional para investir em projetos no solo brasileiro ainda carecia de esforços. Foi nesse sentido que o Gral. Geisel se envolveu pessoalmente no estabelecimento de uma cooperação importante com o Japão, país este em pleno desenvolvimento e com um alto potencial de investimento na produção alimentícia, sobretudo após o embargo estadunidense provocado pela crise dos anos 1970.

Do lado japonês, como veremos, a cooperação com o Brasil não só permitiu que o país asiático suprisse a longo prazo sua demanda alimentícia por grãos, mas também que ampliasse o seu leque diplomático a uma região geopoliticamente estratégica para os Estados Unidos, bem como evitasse um maior desgaste no Leste Asiático, uma vez que a relação deste com os demais países da região foi historicamente deteriorada por sua política imperialista empreendida durante a primeira metade do século XX. Nesse sentido, o discurso de complementariedade entre Brasil e Japão encontrou terreno para se projetar em solo japonês, ficando aí um relevante elemento desse processo para futura verificação por meio da pesquisa histórica.

No intuito de justificar historicamente nosso postulado, lançaremos mão de fontes jornalísticas, legislação brasileira e documentação diplomática produzida pelo Itamaraty. Ao final deste capítulo, demonstraremos em que medida a cooperação internacional nipo-brasileira atendeu a interesses de grupos sociais e setores econômicos específicos, pois, ao operacionalizarem a ideia de complementariedade entre as duas economias, tais grupos beneficiaram-se do aparelho estatal com o objetivo de se estruturar como setor produtivo agrícola dominante, haja vista que o projeto de alteração do padrão agrícola brasileiro já se encontrava em curso e os esforços diplomáticos por parte da ditadura possibilitaria o estabelecimento do PRODECER.

2.1 O SISTEMA MUNDIAL NA DÉCADA DE 1970 E AS RELAÇÕES NIPO-AMERICANAS

A década de 1970 marcou um período de profunda transformação econômica e social no Ocidente, com o fim dos Trinta Gloriosos¹¹⁰, a desaceleração do crescimento econômico mundial, o início da Crise Petrolífera e as primeiras experiências neoliberais sob regimes não-democráticos, notadamente no Chile de Pinochet e, em seguida, na Inglaterra de Thatcher¹¹¹. A Guerra Fria Global igualmente marcou a mudança de paradigma no âmbito das relações internacionais, alterando a forma com que os Estados passaram a aplicar empiricamente as teorias geopolíticas em suas políticas interna e externa.

Assim, no que diz respeito ao Japão, partiremos do postulado de Shiro Saito (1990) em torno de sua política diplomática, de que a mesma pode ser pensada em quatro momentos distintos, do pós-guerra à década de 1980. Igualmente, Alexandre Uehara (2003) pondera que pode-se acrescentar uma quinta fase, a que corresponde de final dos anos 1980 a meados da década de 1990, de maneira que nos atentaremos ao esquema proposto pelo primeiro, mas com a contribuição do último. Para Uehara (2003, p. 78), a projeção internacional do Japão deve ser observada desde as mudanças do contexto internacional ocorridas no pós-guerra, e não a partir dos anos 1980.

Foi durante a Guerra Fria, neste fito, que o país asiático passou por profundos câmbios em suas políticas econômicas e diplomáticas, de modo a se apresentar, nos idos dos anos 1980, como o país que possivelmente obteria a hegemonia internacional na virada do século, segundo previsões do período. Dito isso, observemos a proposição de Saito (Tabela I, a seguir):

¹¹⁰ Termo inicialmente operacionalizado em: FOURASTIÉ, Jean. *Les Trente Glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Éditions Fayard, 1979.

¹¹¹ ANDERSON, op. cit., 1995.

Tabela I – Fases da política externa japonesa¹¹²

Período	Japão	Mundo
1. Início dos anos 1950 até meados dos anos 1960	<i>Alinhamento com o Ocidente e alternativas limitadas na Ásia</i>	Guerra Fria na Europa e Ásia
2. Meados dos anos 1960 até início dos anos 1970	<i>Emergência como potência econômica mundial</i>	Intervenção dos EUA na Guerra do Vietnã
3. Início até final dos anos 1970	<i>Multilateralismo como postura diplomática do Japão</i>	Détente entre Oeste-Leste, reaproximação sino-americana, crise do petróleo.
4. Início até [final dos anos] 1980	<i>Maturidade política nos encontros de liderança</i>	Nova Guerra Fria, relativo declínio das superpotências.
5. Final dos anos 1980 até o presente	<i>Deterioração da posição internacional do Japão. Indecisão e falta de liderança na política externa.</i>	Fim da Guerra Fria, a presença dos EUA como única superpotência. Discussão de um novo ordenamento, recessão econômica.

Há um motivo para crer-se que o Japão substituiria os Estados Unidos como potência mundial. O país nipônico apresentara, desde o pós-guerra, uma taxa de crescimento anual de 10%, praticamente o dobro daqueles de capitalismo avançado. “Em consequência, o Produto Nacional Bruto (PNB) real passou de 58 900 milhões de dólares americanos, em 1963, a 300 bilhões, em 1972, chegando a ser o terceiro maior do mundo, superado somente pelo dos EUA e Rússia”¹¹³. A renda per capita, igualmente, apresentava taxas elevadas: em 1973, foi de US\$3.090, correspondendo a 61% da renda nacional estadunidense e ao 12º lugar entre a

¹¹² Fonte: UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?*. São Paulo: Annablume; Fundação Japão, 2003, p. 79. Adaptado desde SAITO, Shiro. *Japan at the Summit: Its Role in the Western Alliance and in Asian Pacific Co-operation*. Nova Iorque: Routledge, 1990, p. 44.

¹¹³ MIZUNO, Hajime. A economia japonesa após a Crise do Petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, n. 15, v. 5, p. 41, set./out. 1975.

dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com exceção a da Inglaterra¹¹⁴.

Os EUA, diante de tal cenário, e frente a uma desvalorização do dólar como consequência imediata da crise em curso, lançou medidas de protecionismo econômico através do chamado “choque Nixon” (*Nixon Shock*), em 1971, induzindo um profundo reajustamento do sistema monetário internacional. A política econômica do governo Nixon consumou, assim, a quebra do Acordo de Bretton Woods, ao deixá-lo inoperante, um vez que tais medidas extinguiram o sistema de conversão padrão dólar-ouro e fundaram o regime de câmbio flutuante, ainda vigente. Sobre esse processo, Anderson avalia:

A resposta de Nixon [às pressões alemã e japonesa] foi draconiana. Os princípios do livre-comércio, o livre mercado e a solidariedade do mundo livre não poderiam ficar no caminho do interesse nacional. Sem perder tempo com consultas diplomáticas, em um discurso na televisão de quatro minutos para um público doméstico, ele descartou o sistema de Bretton Woods, cortando a ligação do dólar com o ouro, impôs um adicional tarifário a todas as importações e decretou um congelamento de preços e salários. No curto prazo, a desvalorização restaurou o impacto competitivo dos exportadores norte-americanos e, no longo prazo, a desvinculação do dólar do ouro deu ao Estado norte-americano mais liberdade de manobra econômica do que jamais havia tido¹¹⁵.

A questão que tocava o Japão era mais diretamente a da política econômica da Doutrina Yoshida, em curso desde o pós-guerra. Tal doutrina apregoava o não envolvimento do país em questões de ordem política e militar, internacionalmente, convertendo todo seu capital ao plano econômico. Para tanto, o Japão se alinhou aos EUA, cedendo bases militares, com uma contrapartida de que o último garantisse sua segurança territorial¹¹⁶. A Doutrina Yoshida seria então racionalizada a partir de quatro elementos: economicismo, minimalismo, bilateralismo dominante, e multilateralismo¹¹⁷.

¹¹⁴ Idem, op. cit.

¹¹⁵ ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 86.

¹¹⁶ WATANABE, Paulo Daniel. Quem tem medo do Japão? *Data Venia*, São Paulo, ano VI, n. 26/27, jan./mar. 2010. Disponível em: http://www.belasartes.br/data_venia/data_venia_26-27.html#conteudo_3. Acesso em 10 fev. 2020.

¹¹⁷ UEHARA, op. cit., 2003, p. 109.

O princípio do economicismo tratou do objetivo de se promover o desenvolvimento econômico do país, entendido como o bem estar da população. Esse é um aspecto que Mizuno¹¹⁸ aprofunda: de que o Japão implementara, entre 1973 e 1977, medidas econômicas visando aumentar seu indicador NNW (*Net National Welfare*), ou Bem Estar Nacional Líquido, investindo-se mais em direitos trabalhistas, previdenciários, de saúde e ambientais. Tal indicador media-se em comparação com outro indicador, o Produto Nacional Bruto (PNB), estimando-se que, em 1970, o NNW encontrava-se em 44 bilhões ienes (\approx US\$ 122 bi) em relação ao PNB, que estava na casa dos 48 bilhões ienes (\approx US\$133 bi). Assim, segundo o autor, os indicadores sociais indicavam que “o nível de bem-estar do Japão aumentou em 34,4% durante o período de 1960-70, o que significa a taxa anual de crescimento de somente 3%, que é bastante inferior ao PNB de 11% durante o mesmo período”¹¹⁹. Isso demonstra que a política econômica empreendida pelo Japão até o início de 1970 centrava-se na acumulação de capital, a despeito das baixas condições socioeconômicas e de bem-estar da população japonesa, que se alteraram somente nos idos dessa década.

O segundo aspecto, o minimalismo, referia-se à abdicação do Japão em participar ativamente de questões políticas e estratégicas mundiais, minimizando-as e voltando sua atenção ao seu desenvolvimento econômico, aproximando-se, nesse sentido, do economicismo¹²⁰. O terceiro, o bilateralismo, toca o alinhamento do Japão com os EUA em relação aos assuntos globais. Mais do que isso, o bilateralismo é presente nas relações entre os dois países desde o pós-guerra, quando, em 1952, assinaram o *Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão* e, em 1960, renegociaram tal tratado, sob o título de *Tratado de Mútua Cooperação e Segurança entre os Estados Unidos e o Japão*, acrescentando alguns artigos que obrigavam os EUA a informarem antecipadamente o Japão sobre quaisquer mobilizações de seu exército em território japonês; além da possibilidade de intervenção estadunidense em assuntos domésticos do Japão e da cessão de bases em território japonês aos EUA, presentes desde o primeiro tratado.

Essa questão, das bases militares, foi ponto de disputa entre os dois países, uma vez que no tratado de 1952 o Japão se encontrava numa forte relação de dependência com os EUA, para o qual o primeiro devia exclusividade na concessão de bases militares; e o país

¹¹⁸ MIZUNO, op. cit., 1975, p. 42-43.

¹¹⁹ MIZUNO, ibidem, p. 43.

¹²⁰ UEHARA, op. cit., 2003, p. 110.

asiático só poderia fornecê-las a outros países mediante o consentimento de Washington. Nesse ínterim, Watanabe acrescenta: “o que gerou muitas desordens internas foi o fato de que os EUA teriam o direito de intervir internamente em qualquer momento,” completando, “e ainda teriam o direito de utilizar seu poder militar a partir das bases em território nipônico contra qualquer Estado sem consultar o governo japonês”¹²¹. Isto é, por força das circunstâncias, enquanto os EUA se ocupavam da segurança do Japão, este invertia seu capital não em assuntos políticos ou militares, mas econômicos.

Por fim, o quarto aspecto, o multilateralismo, empenhava-se em projetar o país aos espaços de participação multilateral, como a Organização das Nações Unidas (ONU), ao qual o primeiro não logrou ser plenamente incorporado, pois, malgrada a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da China, sua vinculação “foi eclipsada pela relação bilateral [que o mesmo mantinha] com Washington”¹²². É evidente, o bilateralismo nipo-americano em tempo que projetava o Japão, economicamente, retirava dele seu papel de liderança política na esfera internacional, o que contribuiu para inviabilizar seu acesso a uma cadeira permanente no âmbito da ONU. Sobre o seu alto crescimento econômico, ainda no início de 1970, “emergiram atritos econômicos com seus principais parceiros comerciais, particularmente com os EUA”, chegando a surgirem “acusações de que o Japão estava se aproveitando, como um carona, das instituições econômicas multilaterais, as quais os EUA tinham sofrido para criar e administrar desde o final da Segunda Guerra”¹²³.

Retomando o ano de 1973, houve então vários processos se entrecruzando. O imperativo japonês de se autonomizar em relação aos EUA, que o tinham submetido a fortes relações de dependência nos âmbitos político e alimentício; a quebra do Acordo de Bretton Woods, que possibilitou a manutenção da hegemonia econômica estadunidense, por meio da obliteração do lastro no ouro, do sistema de flutuação cambial e do capital financeiro; e a Crise Petrolífera de 1973, que elevou sobremaneira o preço do barril de petróleo, afetando profundamente o continente europeu e o Japão, altamente dependentes do “ouro negro”, e distanciando ainda mais os países de “Primeiro” daqueles de “Terceiro Mundo”.

¹²¹ WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial. *3º Encontro Nacional ABRI*, USP, São Paulo, 20 a 22 de julho de 2011. Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores, USP, São Paulo, 2011, p. 9.

¹²² UEHARA, op. cit., 2003, p. 112.

¹²³ Idem, ibidem, p. 86.

Para abordar a crise de 1973, no entanto, é necessário observá-la desde os anos 1950, no início desse processo. Pensada em termo de “choques de alta”, a crise petrolífera que percorreu a segunda metade do século XX pode ser observada a partir de quatro momentos: o ano de 1956, quando o presidente do Egito, Gamal Nasser, nacionalizou o Canal de Suez, ora propriedade de uma empresa anglo-francesa; em 1973, quando, em retaliação ao apoio ocidental a Israel – no contexto da Guerra Árabo-Israelense –, os países que compunham a *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEC) aumentaram o preço do barril de petróleo em mais de 400% (de US\$2,90 a US\$11,65), boicotando o controle energético das chamadas “sete irmãs”¹²⁴; o terceiro, em 1979, com a crise do Irã e a deposição de Xá Rezã Pahlevi, último monarca iraniano antes do país ser declarado uma república islâmica; e em 1991, com a Guerra do Golfo, primeira grande crise política e militar no mundo pós Guerra Fria.

Trocando em miúdos, não é razoável racionalizar a crise petrolífera como estritamente atrelada ao ano de 1973, pois ela se compôs em vários momentos, com conjunturas e relações de força distintas. O que selecionaremos aqui é somente um trecho de dito processo, aquele que figurou-se em princípio dos anos 1970, e que impactou mais profundamente a economia mundial, as relações nipo-americanas, em um primeiro momento, e a nipo-brasileira por conseguinte.

Uma questão subjacente às relações nipo-americanas nesse período foi a da segurança alimentar, pois sendo os EUA os maiores exportadores mundiais de soja e principais abastecedores do mercado alimentar japonês, “o embargo provisório das exportações de grãos e farelos de soja, decretado pelo então presidente norte-americano Richard Nixon em junho de 1973, comprometeu as cadeias produtivas de alimentos no Japão”, de modo que “o resultado foi o pânico e a constatação de que novas fontes de suprimentos alimentícios deveriam ser prospectadas”¹²⁵. O país asiático, frente a esse contexto e carente de autonomia no cenário internacional, começou a buscar possibilidades de cooperações com outros países, uma vez que, em seu rol diplomático, Washington não mais figuraria como parceiro prioritário para alguns setores estratégicos, como o alimentar.

¹²⁴ Termo para designar as sete empresas de detinham o monopólio sobre a produção e exportação petrolífera na região do Oriente Médio e da África do Norte, em cerca de 90% e 80%, respectivamente. As empresas eram as seguintes: *Standard Oil of New Jersey (Esso/Exxo)*, *Standard Oil of California*, *Gulf Oil*, *Mobil Oil* e *Texaco* (estadunidenses), *British Petroleum* (britânica) e a *Royal Dutch Shell* (anglo-holandesa).

¹²⁵ ARAGUSUKU, op. cit. 2010, p. 108.

A criação da *Japan International Cooperation Agency* (JICA), em 1974, cumpre exatamente essa função¹²⁶. Sucessora da *Japanese Overseas Cooperation Volunteer* (JOCV), a JICA adquiriu a função de gerir a aplicação das ODA (*Official Development Assistance*) aprovadas pelo gabinete japonês, mantendo-se subordinada ao Ministério das Relações Exteriores do Japão¹²⁷. No entanto, antes de pensarmos propriamente a atuação da JICA, abordaremos a questão da autonomia japonesa, fortemente desejada, no início dos anos 1970.

Se houve uma tomada de decisão em torno de uma maior participação japonesa na dinâmica internacional, essa certamente foi influenciada por um fato que marcou a autoconfiança japonesa no pós-guerra: o retorno da Ilha de Okinawa ao domínio japonês, em 1972, ocupada pelos EUA desde a Segunda Guerra Mundial. Sob a gestão do primeiro-ministro Satô Eisako (1964-1972), tal feito encerra um período de “introspecção política” do Japão desde o pós-guerra, de sorte que, a partir daí, algumas importantes medidas foram tomadas no plano político internacional.

Orientando-se principalmente em direção ao Leste Asiático e Pacífico, o Japão inicia a década de 1970 ponderando uma possível expansão de seus interesses a outras zonas. A América Latina surge como uma zona de interesse, na medida em que abrange todo um conjunto de biomas propícios à produção agrícola de grãos em larga escala (como o Cerrado e os Pampas), baixo regimes ditatoriais que priorizavam as cooperações de âmbito econômico. Uehara, nesse sentido, observa que

[...] naquele momento, anos 1970, o Japão necessitava de *novos fornecedores de recursos naturais* e novos mercados para a continuidade de seu desenvolvimento econômico. Isso foi um fator importante para a expansão da atenção japonesa para outras regiões. A diversificação no número de países com os quais o Japão passa a se relacionar em nenhum momento aparece como uma atitude japonesa de confrontação aos EUA. A necessidade e a procura do Japão pela obtenção de *novas fontes de recursos naturais* não contrariavam, pelo menos não diretamente, os interesses de Washington. Nem mesmo na América Latina, e mesmo assim, quando havia uma possibilidade de desagradar o governo norte-americano, o governo de Tóquio adotava uma aproximação mais modesta e cautelosa. Autores que

¹²⁶ Para saber sobre a função política de integração regional da JICA, cf. CHIARELLI, João Rodrigues. *Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: mecanismos de integração regional*. 73 f. Monografia de Graduação (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

¹²⁷ Ministry of Foreign Affairs (MOFA).

estudam o relacionamento da América Latina com o Japão, como Horisaka Kotaro¹²⁸, têm apontado que havia uma limitação a uma maior aproximação japonesa em relação aos países latino-americanos por causa do temor de estar interferindo em uma área de influência estritamente dos EUA¹²⁹.

Esse extrato apresenta um pouco dos anseios nipônicos durante o período. Muito cautelosamente, o Japão avançou em direção à América Latina, mesmo estando historicamente conectado ao Brasil e Peru, pois duas grandes colônias *nikkeis* aí se encontram. Observando o contexto já aportado, fica-nos então uma questão acerca dos interesses do Japão em se expandir, e de como seu passado imperialista na China e no Sudeste Asiático exerceu força de rejeição a seu projeto político de diversificação da cadeia produtiva de grãos. Segundo tal assertiva,

Yokota¹³⁰ observa o importante fato de que, antes de decidir implementar um projeto para produção agrícola no Brasil, existiram tentativas de implantar projetos semelhantes na Ásia. Porém, havia um grande problema político que dificultava as atividades na região. Declarações proferidas por políticos e burocratas japoneses que “afirmavam que o Japão estava à procura de países que serviriam de ‘base’ para a produção de alimentos”¹³¹ faziam pairar no ar os fantasmas do passado imperialista japonês. Esse tipo de declaração gerou um grande mal-estar, inviabilizando projetos do tipo na região¹³².

Esse é um dado muito relevante, pois evidencia uma dimensão ainda pouco estudada pela historiografia das relações nipo-brasileiras: as motivações japonesas em mover-se economicamente em direção ao Brasil, apesar do contexto global de polarização política e das constantes denúncias de violação dos direitos humanos, regionalmente, no âmbito de órgãos internacionais¹³³. Investir tal soma no Brasil, por meio do PRODECER (US\$553 milhões) e de outros projetos que foram viabilizados com capital japonês desde a ditadura militar

¹²⁸ HORISAKA, Kotaro. Japan's Economic Relations with Latin America. In: STALLINGS, B.; SZÉKELY, G. (orgs.). *Japan, the United States, and Latin America*. Londres: St. Antony's/Macmillan Series, 1993.

¹²⁹ UEHARA, op. cit., 2003, p. 88-89. Os grifos são nossos.

¹³⁰ YOKOTA, Paulo. *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1997.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 152.

¹³² ARAGUSUKU, op. cit., 2010, p. 108.

¹³³ REZENDE, Maria José de. Regimes ditatoriais, belicosidades, controles autoritários e os seus reflexos negativos na construção de políticas de desenvolvimento humano. *Cuadernos de Marte*, Buenos Aires, n. 18, p. 317-352, ago. 2020.

brasileira (1964-1985), como as construções da Companhia Siderúrgica de Tubarão em 1976, do complexo de produção de alumínio no Pará (Albras-Alunorte) em 1978, entre outros.¹³⁴ Para nos aproximarmos um pouco mais dessa questão, as duas próximas seções analisarão justamente o câmbio da política externa brasileira, entre 1964 e 1979, e as relações nipo-brasileiras em si, tomando como ponto de inflexão os interesses japoneses em cooperar com o Brasil e a política externa estadunidense como força mediadora entre esses dois países.

2.2 DIPLOMACIA DITATORIAL: DO ALINHAMENTO AUTOMÁTICO AO “PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL”

Afora a forte coerção, ou os chamados fatores extraeconômicos¹³⁵, durante esses “anos dourados” da política econômica ditatorial (1968-1973), há alguns elementos que exploraremos mais atentamente nesta seção, os quais se concatenam com o processo de mundialização do capital que vem ocorrendo globalmente desde os anos 1970¹³⁶. Traçaremos também um panorama da diplomacia brasileira entre o golpe de 1964 e o dito período (anos 1970), questionando-nos sobre o quão pragmática de fato foi a política externa de Geisel, à luz de trabalhos recentes. Observaremos, finalmente, a Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), firmada durante o governo Ernesto Geisel no Brasil, e do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka no Japão, por intermédio da JICA.

Tendo-se em conta o processo de modernização conservadora da agricultura em curso no Brasil desde 1964¹³⁷, analisaremos as relações nipo-brasileiras a contrapelo da política externa estadunidense em dito período, e da noção em voga de que o desenvolvimento do Brasil só se efetuará, em termos geopolíticos, por meio do rígido controle estatal das

¹³⁴ Cf. BRASIL. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Comunicado Conjunto Brasil-Japão*. Brasília: Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1976.

¹³⁵ WOOD, op. cit., 2014. (cap. I)

¹³⁶ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

¹³⁷ Processo aqui pensado como Revolução Verde, ou Terceira Revolução Agrícola, de surgimento no pós Segunda Guerra Mundial e de contundente operacionalização pelas agências internacionais estadunidenses. Cf. MAZOYER; ROUDART, op. cit., 2010.

fronteiras¹³⁸ e da ocupação e territorialização dos cerrados, considerados como “espaços vazios”¹³⁹.

Concatenando elementos de ordem ideológica com sua política externa, o governo militar que assumiu o Estado brasileiro após o golpe civil-militar de 1964, procedeu, de imediato, uma descontinuidade no modelo de diplomacia empreendido desde 1961, no governo Jânio Quadros, denominado Política Externa Independente (PEI). A constante ingerência da ideologia anticomunista deu a tônica ao período, de maneira que o governo Castello Branco (1964-1967) promoveu políticas de alinhamento automático aos interesses estadunidenses, como evidenciado largamente pela historiografia¹⁴⁰.

Alguns autores pensam o governo castelista desde diferentes alcunhas, “um passo fora da cadência”¹⁴¹, dotado de uma “política externa interdependente”¹⁴², ou mesmo vinculado ao “paradigma *americanista*”¹⁴³. De todo modo, é patente que o período entre 1964 e 1967 foi marcado por políticas que promoveram o “desenvolvimento dependente e associado”¹⁴⁴ do Brasil em relação aos EUA, além da adoção do anticomunismo como política de Estado e da progressiva suspensão de direitos civis e políticos. No plano regional, as produções de

¹³⁸ Aspecto aqui não explorado.

¹³⁹ SILVA, op. cit., 1967; Idem, op. cit., 1969; MATTOS, op. cit., 1975; Idem, op. cit., 1979.

¹⁴⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1998; FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁴¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 332.

¹⁴² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21.

¹⁴³ PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 37. Sobre o americanismo: “Talvez o conceito tenha sido traduzido de forma mais feliz por um historiador do cinema americano. Robert Sklar, em um antigo estudo sobre a natureza do cinema na cultura americana, sugere uma possibilidade que pode ser muito útil para quem pensa em estudar os Estados Unidos – em especial por meio da sua chamada cultura de massas. Para ele, Walt Disney e Frank Capra, dois conhecidos cineastas, transformaram a cultura pequena burguesa em valores universais. Esta é a chave do americanismo: a recompensa pela estabilidade social identificada na valorização do sucesso, da conquista da riqueza ou da garota pelo seu herói, da amizade, de líderes confiáveis e a busca constante da ubíqua felicidade [SKLAR, Robert. *Movie-Made America. A Cultural History of American Movies*. Nova Iorque: Vintage books/Division of Randon House, 1976, p. 197-212]”. In: TOTA, Antonio Pedro. *América, Américas: modernização e paradigmas*. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 4, p. 149, mai. 2017.

¹⁴⁴ MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década de 1964/74. *Estudos CEBRAP*, n. 12, p. 57, 1975.

Golbery do Couto e Silva¹⁴⁵, Carlos de Meira Mattos¹⁴⁶ e Therezinha de Castro¹⁴⁷, inauguram a adoção, pelo Estado brasileiro, de teorias geopolíticas de segurança nacional no delineamento de suas políticas estatais.

A entrada de militares da Escola Superior de Guerra (ESG) no poder executivo promoveu, também, a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) à diplomacia brasileira, de modo que alguns preceitos apregoados por Washington foram tomados como prioritários. A DSN, em linhas gerais, “tinha como seu traço principal a oposição Leste-Oeste, percepção que embora francamente estimulada por Washington, possuía fortes raízes no ideário nacional”, bem como a noção de que “a posição geográfica do Brasil determinava sua aliança ao bloco ocidental”¹⁴⁸.

Essa função determinista para o espaço geográfico, herdada da obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel¹⁴⁹ (1844-1904), é presente na produção supracitada, de Silva, assim como em Mattos e Castro. O Brasil teria, segundo esses autores, uma “missão geopolítica” a cumprir regionalmente, pelas vias econômica e política, por meio do estabelecimento de zonas de influência na América do Sul¹⁵⁰. Teorizaram, inclusive, sobre a possibilidade de o Brasil assumir territorialmente um setor antártico denominado *Quadrante Antártico Sul-americano*, segundo a projeção das costas brasileiras¹⁵¹, noção amplamente rechaçada por intelectuais do Cone Sul.

Ditas teorizações geopolíticas de segurança nacional encontraram-se intimamente associadas à ideologia desenvolvimentista, de sorte que “a relação entre desenvolvimento e segurança levava a que, por um lado, a segurança fosse determinada pelo grau de desenvolvimento econômico”, assim como “à crença de que o desenvolvimento econômico não poderia ser alcançado sem um mínimo de segurança”¹⁵². Importante frisar, os anos 1960 comportaram desenvolvimentismos de tipos distintos, a saber: o nacional-desenvolvimentismo, mais associado à soberania nacional, controle estatal sobre o fluxo de

¹⁴⁵ SILVA, op. cit., 1967; Idem, op. cit., 1969.

¹⁴⁶ MATTOS, op. cit., 1975; Idem, op. cit., 1977.

¹⁴⁷ CASTRO, Therezinha. *Rumo à Antártida*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

¹⁴⁸ PINHEIRO, op. cit., 2004, p. 37.

¹⁴⁹ RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Lausana/Genebra: Éditions régionales européennes, 1988.

¹⁵⁰ SILVA, op. cit., 1967; Idem, op. cit., 1969; MATTOS, op. cit., 1975; Idem, op. cit., 1977.

¹⁵¹ CASTRO, op. cit., 1976.

¹⁵² PINHEIRO, op. cit., 2004, loc. cit.

capital e investimento infraestrutural a partir do PIB nacional; e o desenvolvimentismo associado, que se aproximava do neoliberalismo, presente só no plano teórico – pois, como bem pontua Claudia Wasserman, “enquanto o neoliberalismo no Brasil, ao menos até 1964, ficava apenas no plano das formulações teóricas, o pensamento desenvolvimentista emanava diretamente das políticas públicas”¹⁵³. Esse segundo tipo, mais articulado ao capital internacional, era considerado pelos partidos e movimentos sociais de esquerda como de tipo “entreguista”¹⁵⁴.

A política econômica castelista se vinculava a esse segundo grupo. Não são poucos os exemplos de reformas que dito governo empreendeu, objetivando a abertura da economia brasileira ao capital internacional. A Lei de Remessa de Lucros (Lei n.º 4.131, de 3 set. 1962), aprovada ainda durante o governo Goulart, exemplifica bem esse processo. Aprovada à revelia do empresariado transnacional, que se viu pressionado a minimizar seus lucros diante da limitação de remessas em até 10% do capital anual registrado da empresa junto à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – beneficiando o empresariado nacionalista, maiormente alocado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)¹⁵⁵ –, evidencia-se, pois, um importante fator para a desestabilização do governo Goulart, e o golpe por ele sofrido, tal qual nos recorda Thomas Skidmore¹⁵⁶. O governo Castello Branco operou, ainda em 1964, uma revisão dessa lei, retirando a limitação de 10% anual, mas definindo como 12% o limite anual de remessa de lucros e dividendos ao exterior sem que haja tributação, e possibilitando às empresas transnacionais o envio sem limitação, mediante a seguinte percentagem:

¹⁵³ WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 43.

¹⁵⁴ FGV – Fundação Getúlio Vargas. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Verbetes Temáticos 'Entreguismo'*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/entreguismo>. Acesso em 18 fev. 2020.

¹⁵⁵ LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 155-177, 2016.

¹⁵⁶ SKIDMORE, op. cit. 2010.

Quadro II – Tributação sobre envio de lucros e dividendos ao exterior¹⁵⁷

entre 12% e 15% de lucros sôbre o capital e reinvestimentos	- 40% (quarenta por cento);
entre 15% e 25% de lucros	- 50% (cinquenta por cento);
acima de 25% de lucros	- 60% (sessenta por cento).

Quais interesses essa alteração tributária contemplou é evidente, os do capital transnacional, que doravante poderiam retirar seu capital investido no Brasil ao sinal de qualquer indício de crise e de perda de lucro. Só para nos atermos a um setor produtivo, o da agricultura, foi durante o governo castelista que o processo de “caificação” do padrão agrícola¹⁵⁸, isto é, da transformação dos latifúndios em Complexos Agroindustriais (CAIs), foi implementado em suas bases. A promulgação do Estatuto da Terra¹⁵⁹, ainda no mesmo ano do golpe que deu início à ditadura, demonstra em que medida a pauta da reforma agrária ocupara a discussão política do período. Dita legislação alterou o padrão de acesso à propriedade da terra, inserindo a chamada *função social da propriedade*, ou seja, a possibilidade de ingerência direta pelo Estado nas unidades produtivas (imóveis rurais), de modo que, se não demonstrados “os níveis satisfatórios de produtividade” previstos na legislação, o Estado ditatorial poderia desapropriar a mesma e incorporá-la à outra unidade produtiva.

Lançavam-se, assim, as bases neoliberais sobre o campo brasileiro, estabelecendo o que alguns autores denominam “contrarreforma agrária”¹⁶⁰ ou “reforma agrária de mercado”¹⁶¹. Essas medidas seguiram as recomendações do Banco Mundial em relação à propriedade da terra, de modo que, paulatinamente, todo o sistema de acesso à terra, concessão de crédito agrícola e acompanhamento técnico rural foi reformado (não pelo governo castelista, mas pelo regime ditatorial), reformando, a par em passo, a estrutura fundiária brasileira¹⁶².

¹⁵⁷ BRASIL. *Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964*. Brasília, 1964c, Art. 1º, art. 43, § 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4390.htm. Acesso em 20 fev. 2020.

¹⁵⁸ Isto é, a substituição dos Latifúndios por Complexos Agroindustriais (CAIs), um processo que George Martine denominou “caificação” do padrão agrícola”. In: MARTINE, op. cit., 1991.

¹⁵⁹ BRASIL, op. cit., 1964a.

¹⁶⁰ WELCH, op. cit., 2016.

¹⁶¹ PEREIRA, op. cit., 2004.

¹⁶² Idem, ibidem.

Retomando a questão da política externa, o binômio segurança-desenvolvimento passou a dar a tônica às políticas interna e externa, com maior ênfase na primeira. Segundo Pinheiro, “essa política externa se definia pela imagem dos círculos concêntricos e das fronteiras ideológicas”, ou seja, “enquanto a primeira ilustrava as prioridades da agenda diplomática nacional – América Latina, hemisfério ocidental, comunidade ocidental; a segunda indicava os limites a separar os países capitalistas dos países socialistas”¹⁶³.

Associado ao capital internacional, o governo Castello Branco (1964-1967) implementou medidas liberalizantes na economia, retomando a pauta ideológica anticomunista como política de Estado (haja vista que Getúlio Vargas também o fez), e projetando a diplomacia brasileira em torno da DSN, rompendo relações diplomáticas e econômicas com países não alinhadas ao ocidente, e operando, militar ou institucionalmente, nos demais países do Cone Sul, por meio da Operação Condor¹⁶⁴. Dessa maneira, “a associação ao capital estrangeiro, principalmente norte-americano, se sobrepôs às teses nacional-desenvolvimentistas e passou a ser vista como a melhor opção”¹⁶⁵. Por fim, um aspecto bastante relevante é colocado por Pinheiro, no que toca à participação do Itamaraty no delineamento ideológico da política externa brasileira durante a ditadura, a saber:

Como se viu, o peso relativo da corporação diplomática na definição do conteúdo da política externa brasileira aumentara concomitantemente ao aprofundamento da sua profissionalização e à institucionalização do próprio Itamaraty. Paralelamente, formara-se no interior dessa agência um pensamento diplomático que parecia subordinar a ideologia ao pragmatismo dos interesses. Por isso mesmo, e tendo em vista a forte conotação ideológica do novo regime – que tinha no alinhamento aos Estados Unidos antes um fim da política externa que um meio –, o afastamento do Itamaraty do centro de formulação da política externa seria uma decorrência quase imediata. Para Zairo Cheibub¹⁶⁶, foi o momento em que a instituição teve de negociar sua dignidade por sua integridade, no sentido de,

¹⁶³ PINHEIRO, op. cit., 2004, p. 38.

¹⁶⁴ A qual o Brasil não assinou, mas colaborou, como apontam os seguintes autores: MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003; PALMAR, Aluizio. Documentos revelan la participación de Itaipu en el Plan Condor. *El Correo de la diáspora latinoamericana*. Publicado em 16 jan. 2005. Disponível em: <http://www.elcorreo.eu.org/Documentos-revelan-la-participacion-de-Itaipu-en-el-Plan-Condor-Documentos-revelan-participacao-de-Itaipu-na-Operacao-Condor?lang=fr>. Acesso em 19 fev. 2020.

¹⁶⁵ PINHEIRO, op. cit., 2004, p. 39.

¹⁶⁶ CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção internacional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

momentaneamente, haver deixado de lado suas teses mais progressistas a fim de evitar a caça às bruxas que se implantava em outras agências¹⁶⁷.

Seria, então, uma contração da autonomia política do Itamaraty frente ao engendramento ideológico da cúpula militar? De qualquer maneira, esse elemento pode ser questionado em maior ou menor medida para todo o período ditatorial: o pragmatismo diplomático dos anos 1970 foi uma característica *per se* do governo Geisel ou se deu a partir do distensionamento ideológico do Itamaraty em relação ao poder executivo? É evidente, as influências não são unidirecionais e, para além da autonomia relativa do Itamaraty entre os governos Castello Branco e Médici, período de maior controle e repressão, o contexto internacional de Crise Petrolífera em 1973 certamente exerceu influência na mudança de rumos da política externa brasileira, ora mais pragmática, passando a negociar até com países alinhados à URSS.

O período referente ao governo Costa e Silva (1967-1969) apresenta uma mudança profunda na política externa, assim como no modelo desenvolvimentista apregoado, de um tipo entreguista ou associado ao nacional-desenvolvimentismo. Desse modo, com a mudança de governo, “a interdependência, as ‘fronteiras ideológicas’ e a ‘segurança coletiva’ (proposta pelos ‘círculos concêntricos’) foram abandonadas, restaurando o ‘interesse nacional como fundamento de uma política externa soberana’”¹⁶⁸. Ao abandonar a estratégia das ‘fronteiras ideológicas’, o governo Costa e Silva operou uma outra fase da política externa brasileira, superando assim a “tese de institucionalização dos mecanismos continentais de defesa coletiva contra a subversão, por não acrescentarem eficácia aos meios de controle disponíveis”¹⁶⁹.

No plano interno, todavia, a operação de controle civil pelo Estado tornou-se mais dura nesse período, inaugurada com o Ato Institucional nº. 5 (AI-5, de 13 dez. 1968), por meio do qual o presidente da República adquirira, indefinidamente, amplos poderes – diferia-se dos Atos Institucionais anteriores, que foram publicados com data de expiração. O AI-5 consagrara, nesse sentido, a vitória de uma fração sobre outra, a da “linha dura” sobre a dos

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 38-39.

¹⁶⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 238 apud FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*, Campinas, n. 18, p. 161, 2010.

¹⁶⁹ BANDEIRA, *ibidem*, p. 236 apud FERNANDES, *ibidem*, p. 162.

“moderados”, no interior da cúpula militar. A noção de “Brasil Potência” ocupara, igualmente, a política externa brasileira, respaldando, ideológico e geopoliticamente, ingerências políticas e militares em outros países da América Latina e Caribe, como a República Dominicana¹⁷⁰, o Uruguai¹⁷¹, entre outros.

Retomando o contexto institucional do Itamaraty frente aos governos ditatoriais, Pinheiro pondera:

[...] deve-se sublinhar que a paulatina retomada da relativa autonomia do Itamaraty na formulação da política externa brasileira foi um elemento crucial nesse processo, de vez que inúmeros diplomatas que então começavam a ocupar importantes postos na hierarquia da instituição partilhavam de uma forte visão pró-Terceiro Mundo. Essa retomada, por sua vez, pode ser explicada pela confiança crescente depositada pelos militares no Itamaraty em grande parte devido à semelhança existente entre os padrões de educação e socialização dos diplomatas e dos militares, a despeito da existência de diferenças políticas e ideológicas entre seus membros¹⁷².

Já no tocante à mudança de paradigma na política externa entre os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), a autora aponta que apesar do nacionalismo do primeiro, Médici manteve uma aproximação com os Estados Unidos, representando o bloco ocidental. Vê-se abaixo sua assertiva:

Embora as tendências apontassem para uma recuperação do *globalismo* como paradigma da política externa, o governo seguinte (Médici, 1969-74) iria retardar essa decisão. Assim, mantido o *americanismo* como eixo preferencial de definição dos interesses brasileiros e o modelo de ISI [Industrialização Substitutivo de Importações], supunha-se agora que nada precisava de fato ser mudado no sistema internacional, a não ser a posição que nele o Brasil ocupava¹⁷³.

¹⁷⁰ BOTEGA, Leonardo da Rocha; MORGENFELD, Leandro. Argentina, Brasil e o conflito de Santo Domingo. *OPSSIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 140-158, jan.-jun. 2014.

¹⁷¹ MARIANO, op. cit., 2003; FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 275 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

¹⁷² PINHEIRO, op. cit., 2004, p. 41-42.

¹⁷³ Idem, ibidem, p. 42.

O *americanismo* é mantido enquanto paradigma, pois, apesar de sua tendência de arrefecimento, o chamado “milagre brasileiro” ocorrido entre 1968 e 1973, com taxas de crescimento anual do PIB em torno de 11%, possibilitou ao governo Médici sua manutenção. Outrossim, conectando o Brasil de 1973 ao Japão e à Crise Petrolífera ocorrida no mesmo ano, já não seria possível deixar de cooperar economicamente com países não alinhados ao bloco ocidental. A quebra do Acordo de Bretton Woods e a flutuação cambial gerada por esse impuseram ao Brasil a necessidade de uma rápida tomada de decisão a respeito de sua política externa.

Ora, “algumas vezes, é preciso mudar para que seja possível manter-se igual”¹⁷⁴; tendo o *modus operandi* da política externa brasileira sido continuamente alternado desde 1964, o ano de 1974 e a composição do governo Geisel (1974-1979) projetam o Brasil a um pragmatismo já visto durante os anos 1950 e início de 1960, mas só agora retomado. O anticomunismo segue sendo operacionalizado pelos órgãos e agências de segurança e informação, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Sistema Nacional de Informação (SNI), mas a política externa do governo Geisel passa por um profundo reordenamento, de sorte que ficou conhecida como dotada de um “pragmatismo ecumênico e responsável”.

Em que medida essa alcunha corresponde a uma efetiva vontade política de Ernesto Geisel e de seu chanceler, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ou fora, muito mais, uma imposição conjuntural frente a crise de 1973? Essa questão, evidentemente, merece uma investigação de fôlego, transcendendo os limites deste trabalho, no entanto, apresentemos algumas interpretações sobre o tensionamento entre a conjuntura internacional e a institucionalidade da diplomacia brasileira durante o período.

Matias Spektor¹⁷⁵, em seu trabalho sobre as origens e direções do pragmatismo do governo Geisel, demonstra que há uma dualidade não evidente entre essa tendência (enquanto arquétipo de política externa) e a atuação diplomática brasileira em si; ou seja, argumenta-se que o pragmatismo diplomático se verificou não somente no caso brasileiro e que, portanto, carece-se de trabalhos comparativos para esse período.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 43.

¹⁷⁵ SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 47, v. 2, p. 191-222, 2004.

De forma geral, esse conjunto de obras talvez faça do pragmatismo um dos períodos mais estudados da história das relações internacionais do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esse também é um dos períodos menos mapeados da atuação internacional do Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial: faltam estudos historiográficos detalhados sobre as principais vertentes da atuação externa do país, sobre as causas do pragmatismo, sobre a sua base teórica e conceitual, sobre a posição do país na sociedade internacional dos anos 70 e sobre os paralelismos entre o pragmatismo brasileiro e o comportamento de outros países em desenvolvimento de porte médio que, naquele momento histórico, também ensaiaram políticas externas mais assertivas (por exemplo, África do Sul, Índia, Indonésia, Irã, México e Paquistão)¹⁷⁶.

No extrato acima o autor apresenta algumas lacunas de pesquisa no tema em questão. A noção de países de “porte médio” pode ser encontrada na literatura das RI como categoria de análise, qual seja, a de “potências médias”¹⁷⁷. Além disso, o pragmatismo enquanto tendência política constitui-se como uma característica do Estado moderno capitalista, amparado na noção de que o capital é anti-ideológico e de que portanto o lucro também o é, de modo que torna-se simplista aplicar uma alcunha a um governo por algo que compõe estruturalmente o “jogo político”. Alessandra Castilho aponta justamente o papel desempenhado pela diplomacia brasileira no plano internacional, questionando-se acerca da conivência/apoio da mesma ao sistema repressivo, nacional e regionalmente.

Pela defesa da multipolaridade, o discurso da DSN é abandonado e a diplomacia brasileira deixa de se pautar pela polaridade leste-oeste¹⁷⁸. O Pragmatismo Responsável leva o Brasil a retomar as relações com a China, condenar o *apartheid* sul-africano e apoiar a luta pela descolonização de Angola, dando suporte ao socialista MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola]. Seria o pragmatismo responsável o fim de uma diplomacia que, se não apoiou, foi no mínimo conivente com a repressão? Embora com um discurso pragmático e terceiro mundista, a política externa da repressão atinge sua maturidade com o presidente Geisel, principalmente no que tange a América Latina. [...] Nessa mesma época, com apoio deste mesmo governo “responsável e pragmático”, surge a Operação Condor, aparato de conexões repressivas no Cone Sul¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 194.

¹⁷⁷ CHAPNICK, Adam. The middle power. *Canadian Foreign Policy*, v. 7, n. 2, p. 73-82, 1999.

¹⁷⁸ SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa, política interna e estratégia de desenvolvimentismo: o projeto de Brasil potência emergente (1974-1979). *Sociedade em debate*, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 19-38, 1998.

¹⁷⁹ CASTILHO, Alessandra Beber. O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. *Revista NEIBA – Cadernos Argentina-Brasil*, v. 3, n. 1, p. 63, nov. 2014.

Essa é uma questão relevante, pois a autora chama a atenção a um aspecto pouco presente nos trabalhos que versam sobre o “pragmatismo ecumênico e responsável” do governo Geisel. Isto é, ainda que de fato a política externa brasileira dos anos 1970 tenha aberto o leque diplomático aos países não alinhados ao bloco ocidental anticomunista, a mesma não deixou de lançar mão do aparato repressivo nas esferas nacional e regional. A Operação Condor, como bem lembra a autora, evidencia tal aspecto. Somando-se à compreensão empreendida por Spektor¹⁸⁰, de fato torna-se historicamente pouco crível a noção de “pragmatismo ecumênico e responsável”, e mais plausível a de autonomia relativa do setor ideologicamente não polarizado no seio do executivo em torno da multilateralidade. Bernardo Kocher, nesse sentido, desvela a diplomacia econômica brasileira em dito período, atentando-se às disposições ideológicas em relação ao bloco comunista. Segundo o autor,

A posição brasileira procurou instrumentalizar o papel do bloco comunista nas negociações comerciais. A diplomacia se orientou pela nova possibilidade de trocas comerciais com os países do CAEM [Conselho para Assistência Econômica Mútua – COMECON], mas não a tem como prioritária. De qualquer forma o Brasil, informa o representante do Itamaraty, suplantou qualquer percepção estritamente ideológica dos comunistas, se colocando contra um ‘bilateralismo rígido’. Os representantes brasileiros, por motivos táticos, não aceitaram ‘qualquer tentativa de rotulação política de nossas posições derivada do simples fato de manifestarmos, com relação a este ou aquele assunto, pontos de vista coincidentes com os dos países socialistas’¹⁸¹.

Tal posicionamento coaduna-se com o exposto por Pinheiro, no que toca a persistência, por parte da “linha dura” do regime, de uma visão ainda alinhada da política externa do governo Geisel. Assim, de acordo com a autora,

Embora entre os partidários do governo [Geisel] houvesse um clima bastante favorável à implantação de mudanças até como forma de se manter no rumo do desenvolvimento via modelo de ISI [Industrialização por Substituição de Importações], também havia temores sobre até que ponto essas mudanças trariam consequências ameaçadoras para o perfil ocidental do regime. Em suma, de acordo com a ala mais conservadora do regime, a diversificação

¹⁸⁰ Op. cit.

¹⁸¹ KOCHER, Bernardo. O Brasil no Terceiro Mundo. Uma abordagem sobre a diplomacia econômica no regime militar. *3º Encontro Nacional ABRI*, USP, São Paulo, 20 a 22 de julho de 2011. Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores, USP, São Paulo, 2011, p. 16.

comercial, o abandono do alinhamento automático aos Estados Unidos e o relacionamento mais íntimo com o Terceiro Mundo poderia levar a um excessivo desengajamento ideológico, com efeitos danosos para a segurança do país¹⁸².

Tal resistência demonstra que a multilateralidade diplomática foi sim, implementada, não obstante a relutância de setores mais conservadores no interior do regime; além da pressão de setores econômicos associados ao capital internacional, que não mais tolerariam o cerceamento de seus lucros pelo viés ideológico ocidentalista – ainda mais num contexto de flutuação cambial. Nesse sentido, a cooperação firmada entre o Brasil e o Japão em 1974 possibilitaria a oxigenação das relações diplomáticas dentro do espectro pragmático, “agradando a gregos e troianos”. Ou seja, firmando-se uma cooperação de enorme potencial econômico e produtivo com um país alinhado ao bloco ocidental – e que buscava, igualmente, uma maior autonomia –, inseria-se o Brasil numa dinâmica produtiva de escala global, há muito demandado, e possibilitava-se uma saída concreta da crise econômica em curso desde 1973. Diante do exposto, abordaremos a dita cooperação, firmada em plena Guerra Fria.

2.3 OS INTERESSES NIPÔNICOS E O DISCURSO DA COMPLEMENTARIEDADE

O relacionamento bilateral entre Brasil e Japão, apesar de profícuo na história recente, apresenta nuances que superam a cooperação cultural e seu histórico migratório. Se o Tratado da Amizade, assinado em 1895, possibilitou a vinda de milhares de famílias japonesas ao Brasil, foi somente na década de 1970 que ditos países concretizaram a cooperação bilateral como política de Estado. Tanto é que durante a Segunda Guerra Mundial, os dois países se polarizaram, suas relações diplomáticas foram rompidas e com elas ocorreu o fechamento da Embaixada do Japão no Rio de Janeiro, voltado a funcionar somente em 1952¹⁸³.

Houve, nesse sentido, uma retomada das relações bilaterais durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), sustentado pelo progressivo montante de inversões de capital nas obras infraestruturais implementadas durante o seu governo, seguido de um

¹⁸² PINHEIRO, op. cit., 2004, p. 47.

¹⁸³ ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. Relações Brasil-Japão durante o governo Geisel (1974-1979). *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 48, p. 97-98, jul./dez. 2010.

arrefecimento diplomático durante o início da década de 1960, devido ao contexto de instabilidade política e às sucessivas rupturas na política institucional brasileira. É na virada das décadas de 1960-70 que as relações bilaterais nipo-brasileiras vão se sobrepôr ao período anterior, como indica Suzuki: “os anos 1960 e 1970 foram duas décadas consecutivas de cooperação altamente produtiva entre indústrias japonesas e brasileiras, e essa cooperação contava com apoio completo e forte encorajamento dos principais líderes dos dois países”¹⁸⁴.

Nesse período, alguns fatores se apresentam para o fortalecimento dessas relações, como o chamado “milagre brasileiro” (1968-1973)¹⁸⁵, que exerceu forte atração de capital transnacional em investimentos de modernização das relações de produção; a recessão econômica provocada pela Crise Petrolífera de 1973, que gerou uma crise na produção alimentícia mundial, levando inúmeros países a buscarem novas possibilidades de investimento naqueles de capitalismo periférico; e a política externa pragmática do governo Geisel (1974-1979), que abriu o leque diplomático do Itamaraty (em termos de cooperação econômica) a países não-alinhados ao projeto anticomunista ocidental.

Alguns projetos são emblemáticos desse período, pois justamente possibilitaram a implementação do discurso geopolítico no plano territorial. Assim, resultante do empreendimento do governo Geisel com a JICA - empresa estatal japonesa - o PRODECER é considerado como um dos principais projetos geopolíticos empreendidos pelo regime ditatorial. Surgido no bojo do II PND¹⁸⁶, tal projeto implementou várias das medidas ora atribuídas a uma agricultura de tipo moderno¹⁸⁷, dentre as quais: mecanização da produção, incentivos a produção de grãos, utilização de insumos agrícolas, liberação de créditos pelo Estado, ampliação da fronteira agrícola, entre outras.

¹⁸⁴ SUZUKI, Katsunari. Brasil, Japão e Ásia: passado, presente e futuro. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.). *Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias*. Brasília? NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003, p. 29.

¹⁸⁵ Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (especialmente o cap. III)

¹⁸⁶ BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

¹⁸⁷ Para saber mais sobre a crise da agricultura nos países de capitalismo periférico, e seu desdobramento em políticas de crédito agrícola, modernização da agricultura e produção voltada para a exportação, ver MAZOYER; ROUDART, op. cit., 2010 (especialmente o capítulo XI).

Ainda que não tenha sido o único programa do período em torno de dita agenda¹⁸⁸, apresentou-se como um dos mais relevantes, tendo em vista que contemplou pontos centrais do projeto geopolítico lançado mão nos escritos de Couto e Silva¹⁸⁹ e de Mattos¹⁹⁰, de se pensar o Brasil como uma potência sul-continental, tendo como missões: a defesa do Atlântico Sul, a consagração de uma hegemonia econômica na região, e a ocupação (compreendida como reordenamento) territorial dos cerrados brasileiros, considerados por eles como “espaços improdutivos e vazios” (não ocupados).

Diversos foram os elementos instrumentalizados em prol de tal cooperação. O Jornal Opinião (27 ago./3 set. 1973), por exemplo, publicou uma análise da palestra do economista japonês Saburo Okita¹⁹¹, ocorrida na Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1973. Nessa ocasião, Saburo Okita apresentou a comunicação *Brasil-Japão, Estudo Comparativo de Duas Economias*, acompanhado do banqueiro Roberto Campos (que fora ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco), do economista Ézio Távora dos Santos (FGV), da economista Maria da Conceição Tavares (UFRJ) e do técnico do IPEA, Luis Zottmann. Na mesma, o economista japonês expôs uma análise das duas economias, a partir da seguinte assertiva:

É evidente... que as duas economias são basicamente complementares. O Brasil é dotado de ricos recursos naturais e abundante força de trabalho, mas enfrenta limitações no que concerne ao capital e à tecnologia. Por sua vez, o Japão agora dispõe de uma grande reserva de comércio exterior e de um elevado nível tecnológico, enquanto carece de matérias-primas e produtos agrícolas¹⁹².

¹⁸⁸ Dentre os quais, podemos citar: Programa de Integração - PIN (1970), Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial - PROTERRA (1971), Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados - PCI (1972), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO (1975) e Programa Nacional do Alcool - PRÓ-ÁLCOOL (1975).

¹⁸⁹ SILVA, op. cit., 1967; Idem, op. cit., 1969.

¹⁹⁰ MATTOS, op. cit., 1975; Idem, op. cit., 1977.

¹⁹¹ “[...] Dr. Saburo Okita, economista japonés reconocido por su gran aportación a la reconstrucción económica del Japón en la posguerra y a su acelerado crecimiento posterior, especialmente sobre la base del Plan de duplicación del ingreso. El Dr. Okita también desempeñó el cargo de canciller del Japón.” In: CEPAL; JICA; NACIONES UNIDAS. *Estudio sobre el desarrollo inclusivo del Paraguay. Experiencias de una cooperación internacional*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2013, p. 42.

¹⁹² OPINIÃO (*Periódico*). Rio de Janeiro, 27 de agosto/3 de setembro de 1973.

Essa noção de complementariedade das duas economias deve ser compreendida para além do câmbio da política externa brasileira, como já apontado. O interesse do Japão em cooperar com o Brasil, país de capitalismo dependente, mas advindo de um período de alto crescimento econômico anual, deveu-se, no entanto, ao embargo provisório imposto pelos EUA ao Japão e à dinâmica política na região do Sudeste Asiático. Esse embargo, que afetou a exportação de soja ao Japão, desdobrou-se da Crise Petrolífera de 1973, que, por sua vez, foi acionada pelos países-membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), como resposta ao envolvimento dos EUA na Guerra Árabe-Israelense (afetando também o Canadá, o Japão, os Países Baixos e o Reino Unido).

Desse modo, enfrentando um duro embargo estadunidense, e atravessando uma crise petrolífera global, o Japão viu-se num imperativo de dinamizar sua economia, em forte crescimento desde o pós Segunda Guerra, e de diminuir suas relações de dependência com os EUA. Aragusuku corrobora com essa assertiva, afirmando:

O embargo provisório das exportações de soja decretado pelo governo norte-americano em junho de 1973 comprometeu o setor alimentício japonês. Buscando alternativas, trabalhou-se a possibilidade de um projeto para o desenvolvimento de produção agrícola no sudeste-asiático. Porém, declarações proferidas por políticos e burocratas japoneses nas quais estes “afirmavam que o Japão estava à procura de países que serviriam de ‘base’ para a produção de alimentos”¹⁹³ faziam pairar no ar as lembranças do passado imperialista japonês, inviabilizando projeto semelhante na região. A alternativa encontrada foi o Brasil, onde foi desenvolvido através da assistência japonesa o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que criou as condições necessárias para que o Brasil viesse a tornar-se um dos principais produtores mundiais de soja¹⁹⁴.

A presença mais efetiva do Japão no Cone Sul, no entanto, ocorrera durante os anos 1970, seguida a seu processo de reestruturação econômica no pós Segunda Guerra. Henrique Oliveira¹⁹⁵, nesse fluxo, localiza dois ciclos de investimentos japoneses no Brasil. O primeiro, durante os anos 1950, coincidiu com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, e o segundo

¹⁹³ YOKOTA, op. cit., 1997, p. 152.

¹⁹⁴ ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. *A assistência oficial para o desenvolvimento na política externa japonesa*. 139 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 87.

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Henrique Altermani de. O Brasil e o Japão nos anos 90. In: FONSECA JÚNIOR, Gelson; CASTRO, Sérgio Nabuco de. *Temas de política externa brasileira*. Brasília: FUNAG; São Paulo: Paz e Terra, 1994.

na década de 1970, durante o governo Geisel. Embora ainda não mensuremos com exatidão o capital japonês invertido na economia brasileira por setor produtivo durante os anos 1970, há alguns indícios nas fontes, os quais apresentaremos. Em relatório publicado em março de 1990¹⁹⁶, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima os seguintes montantes para a década de 1970:

Tabela II – Investimentos diretos japoneses no Brasil (1971-1980)¹⁹⁷

(US\$ milhões)

Ano	Investimento	Reinvestimento	Total
1971	26,0	6,2	32,2
1972	72,0	2,4	74,4
1973	263,0	3,6	266,6
1974	247,2	13,0	260,2
1975	181,6	20,5	202,1
1976	149,6	18,0	167,6
1977	155,8	20,9	176,7
1978	131,1	23,7	154,8
1979	137,3	20,3	157,6
1980	75,3	14,1	89,4
TOTAL	1 438,9	142,7	1.581,6

Obs.: - Inclui investimentos em bolsa (DL 1.401) e investimentos incentivados (Res.480, de 20.6.78).

- Moedas convertidas em US\$ às paridades vigentes em 31.12.80.

- Posição com base nos registros expedidos pelo Firce até 31.12.80.

- Os valores não puderam ser incluídos na Tabela 4.1 em função das diferentes datas de conversão em US\$.

Fonte: **Boletim Mensal** - Bacen, separata de abril, 1981.

¹⁹⁶ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Área de Planejamento, Departamento de Estudos – DEEST. *Investimento direto japonês no exterior: tendências globais e perspectivas para o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 1990. 110 p.

¹⁹⁷ Idem, ibidem, p. 63.

Observa-se que justamente em 1973, ano em que a Crise Petrolífera desponta, o investimento japonês atinge uma taxa de crescimento de 2,58% em relação ao ano anterior, equivalendo a um acréscimo na casa dos US\$ 192 milhões. Mas o quê explicaria um súbito crescimento de investimentos? Muniz Ferreira¹⁹⁸ aponta uma série de viagens de membros dos governos Costa e Silva e Geisel ao Japão, como a do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, que obteve um empréstimo no valor de US\$ 108 milhões para o programa brasileiro de construção naval, e a de Delfim Netto, ministro da Fazenda, em 1972, a fim de “apresentar aos empresários japoneses uma lista de setores que ofereceriam grandes oportunidades de investimento”¹⁹⁹. Logo no ano seguinte, então, ditos países aumentaram seu fluxo de capital e, com ele, estreitaram seus laços diplomáticos.

Uma viagem foi, no entanto, decisiva para a cooperação estabelecida entre os dois países. Entre 15 e 20 de setembro de 1976, o Gral. Geisel, juntamente com sua esposa e filha, uma comitiva do governo brasileiro e empresários convidados, estiveram no Japão para discutirem cooperações em curso e em vista, em diferentes setores²⁰⁰. Lá, se reuniram com os membros da Família Imperial, o Primeiro-Ministro em exercício Takeo Miki e o Imperador Hiroito com sua esposa a Imperatriz Nagako. Em seu discurso de abertura da Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão proferido em 16 de setembro de 1976, o futuro Primeiro

¹⁹⁸ FERREIRA, Muniz G. Investimentos Diretos Japoneses na Economia Brasileira (1951-85). *Contexto Internacional*, v. 15, n. 1, p. 135-153, jan./jun. 1993.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 140.

²⁰⁰ Estiveram presentes: sua esposa Lucy Geisel e sua filha Amália Lucy. Além delas, na comitiva do governo: o Ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores e esposa, o Ministro Severo Fagundes Gomes, da Indústria e do Comércio, o Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Gral. Hugo de Andrade Abreu, Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e esposa, o Senador Virgílio de Moraes Távora, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o Deputado Federal Joaquim Coutinho Correa de Oliveira, Presidente do órgão homólogo da Câmara dos Deputados, o Embaixador do Brasil em Tóquio, Hélio de Burgos-Cabal e esposa, o Embaixador Hélio Antônio Scarabótolo, Chefe do Cerimonial do Itamaraty, o Embaixador Ítalo Zappa, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, e o Ministro Jorge Carlos Ribeiro, Chefe do Cerimonial da Presidência da República. Como convidados, acompanharam os empresários: Marcus Pereira Vianna, Diretor-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Fernão Carlos Botelho Bracher, Diretor de Áreas Externas do Banco Central, Eduardo de Castro Neiva, Diretor da Carteira de Agências e Participações Internacionais do Bando do Brasil, e Erick de Carvalho, Diretor-Presidente da Varig. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. *Viagem do Presidente Geisel ao Japão*. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976>. Acesso em: 8 mai. 2020.

Ministro Takeo Fukuda levantou pontos importantes, convergindo com o governo brasileiro no que toca o discurso de complementariedade:

Distantes apenas geograficamente, o Japão e o Brasil são países que tendem à aproximação, principalmente devido a três pontos que faço questão de mencionar. Primeiro, o Japão e o Brasil adotam o mesmo sistema econômico de livre iniciativa e mantêm com todos os povos do mundo relações de cooperação, fatos esses que permitem o desenvolvimento de uma política de coexistência, de progresso e de respeito mútuo e elevam o nível de nossas relações ao prevalecente entre povos amigos. Em segundo lugar, existe no Brasil uma grande colônia japonesa, o que nos faz considerar o Brasil como um país-irmão. O terceiro ponto de aproximação a citar é o seguinte: o Brasil possui abundantes recursos naturais e o Japão, que não os possui, está dotado de uma indústria avançada, o que permite o estabelecimento do que se poderá denominar de relações complementares no campo da economia.²⁰¹

Sua fala demonstra, em maior ou menor medida, a afinação política dos governos em torno da cooperação agrícola. Há, no entanto, dois elementos que podemos identificar nas falas japonesas durante a visita brasileira: primeiramente, sua postura diplomática corrobora o postulado em torno da doutrina Yoshida, sobretudo em seus aspectos econômicos, de modo que ligações históricas até então não mobilizadas pelo governo japonês foram lançadas mão para fortalecer ímpeto cooperacionista; em seguida, não há quaisquer menções de caráter político em relação ao contexto asiático, latino-americano ou brasileiro do período. Esse último elemento difere das falas brasileiras, onde constam inúmeras menções à “Revolução Brasileira”, por exemplo.

Há de se considerar, nesse sentido, o caráter propagandista dessa fonte, produzida pela Presidência da República para difundir uma projeto político e econômico de cooperação internacional em vias de estruturação, e que possibilitaria uma saída da crise econômica em curso para o Brasil. Ainda nesta fonte, há uma menção direta ao PRODECER, em um comunicado anexo produzido pelos dois governos:

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 20-21.

Os dois lados [japonês e brasileiro] notaram com satisfação que o exame do Programa de Desenvolvimento da Agricultura na região de Cerrados no Brasil vem fazendo progressos concretos, como resultado da atividade cooperativa dos dois governos e dos cidadãos dos dois países, e que na presente ocasião representantes dos dois governos alcançaram um entendimento comum sobre o quadro de referência para o Projeto Piloto. Uma companhia de desenvolvimento agrícola, o órgão central de promoção do projeto, deverá ser implantada no Brasil em futuro próximo por duas companhias “holding” a serem criadas nos dois países, a fim de apoiar e promover as atividades de produção agrícola na região. Os dois lados também acolheram, com agrado, a perspectiva de que um Projeto de cooperação Nipo-Brasileiro de Pesquisa Agrícola no Cerrado seja firmado em futuro próximo. Os dois lados expressaram assim sua esperança de que a cooperação entre o Brasil e o Japão na região do Cerrado venha a ser ampliada nos próximos anos.²⁰²

As duas empresas sobre as quais há as menções, saberemos depois, foram a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO) e a Japan Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), criadas com capital misto, em formato *holding*, e com acionistas advindos tanto da sociedade civil, como do Estado japonês e brasileiro. Possibilitado pelo AI-9, essas duas empresas transnacionais formariam em seguida a Companhia de Promoção Agrícola (CPA/CAMPO), na proporção acionária de 51% e 49% para as partes brasileira e japonesa, respectivamente²⁰³.

Inúmeras empresas de setores outros que o alimentício investiram nessa cooperação, o que demonstra a amplitude do investimento político do governo ditatorial em angariar parceiros econômicos. Além disso, os elementos jurídicos necessários para a criação dessas empresas, bem como para a instalação e desenvolvimento do PRODECER, foram implementados pelo Estatuto da Terra de 1964, o AI-9 com sua alteração constitucional, assim como com o II PND. É possível identificar uma convergência entre as mudanças jurídicas implementadas desde o início da ditadura militar com o que foi necessário para que os investimentos fossem feitos em torno de dita cooperação, bem com a implementação e desenvolvimento do projeto, em termos territoriais.

²⁰² Idem, *ibidem*, p. 105-106.

²⁰³ SNI. Pedido de Busca nº 227/51/AC/84 (30/08/1984). Telex nº 149/510/AC/84 (03/10/1984). Informe nº 194/84/DSI/MA (05/10/1984). 8 fls. In: ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: GNC.AAA.84045265, 1984, 8 fls.

Nesse rumo, além dos investimentos no setor agrícola, o Japão injetou capital em outros setores econômicos, atendendo suas demandas por matéria-prima, como a produção de alumínio e alumina no estado do Pará, que resultou na criação do complexo Albras-Alunorte, entre os anos de 1976 e 1995. Para tanto, no tocante ao crescimento das relações comerciais entre os dois países: “Entre 1967 e 1979, houve um notável salto no comércio, passando de US\$106 milhões para US\$2 bilhões”²⁰⁴. Essa questão dos interesses japoneses é *mister*, pois há análises que sugerem que o Brasil cumpriu apenas uma função reativa em relação ao Japão. Oliveira e Amorim, nesse sentido, sinalizam:

Desde a década de 60, as relações econômicas entre Brasil e Japão passaram por um incremento significativo, à medida que o Japão assumia o papel de segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil. No entanto, o estado dessas relações aponta para o fato de que seu incremento se deveu, primordialmente, a iniciativas por parte do Japão. Na maior parte das vezes, o Brasil considerou a opção japonesa como residual, em segundo plano em relação aos países ocidentais²⁰⁵.

O pragmatismo foi por sua vez exercido pelo país nipônico. Importante salientar que este projeto foi pensado com o intuito de inicialmente atender às demandas alimentares do Japão, num contexto de boicote estadunidense e escassez produtiva de grãos, e segundo, para “fazer produzir a terra”, num sentido de operar pelo desenvolvimento capitalista no campo (nesse caso, no cerrado), de modo a, finalmente, possibilitar a mitigação das relações de dependência de ditos países com os EUA. Tendo em vista que tal empreendimento foi planejado e executado no bojo da Revolução Verde – assim como de um regime ditatorial –, faz-se necessário ter-se em conta que

[...] o feito agrícola brasileiro só foi possível graças ao uso intensivo da tecnologia agrícola, como o estudo do solo, novas técnicas e manejos, estudos climáticos, controle de doenças e reformulação genética de cultivares adaptando-as às condições geoclimáticas brasileiras. Nessa perspectiva, é conveniente afirmar que a mudança no perfil produtivo da

²⁰⁴ ARAGUSUKU, op. cit., 2010, p. 106.

²⁰⁵ OLIVEIRA, Henrique Altemani de; AMORIM, Wellington Dantas. O relacionamento Brasil-Japão. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa (1930-1990): o desafio geoestratégico*. Vol. 3. São Paulo: Annablume; NUPRI-USP, 2000, p. 485.

agricultura brasileira teve início com a adoção, por parte do governo brasileiro, do modelo tecnológico da Revolução Verde na década de 1960²⁰⁶.

Assim, os vários elementos já apontados se entrecruzaram, complementando-se, como o pragmatismo do governo Geisel, a Crise Petrolífera de 1973, os interesses do capital japonês em dinamizar e diversificar suas aplicações financeiras em países de capitalismo periférico e, sobretudo, o imperativo (bilateral) de mitigar suas relações de dependência com os EUA. Ambos países se aproveitaram, nesse contexto, da Crise do Petróleo e da consequente contração do poder econômico estadunidense, para impôr-se no cenário mundial de produção de grãos, de maneira que em 2000 o Brasil figurou como segundo maior produtor mundial de grãos (com 33 Mt anuais) e a Ásia como maior consumidor mundial, comprando 22 Mt das 159 Mt produzidas mundialmente durante esse ano²⁰⁷.

Do lado brasileiro, o II PND exerceria, igualmente, função primordial na redefinição de suas cadeias produtivas (frisa-se a industrialização) e de uma maior atuação estatal nas relações econômicas desiguais com os EUA. Sua aprovação em fins de 1974 coincide com o início das negociações nipo-brasileiras para o desenvolvimento dos cerrados, efetivando-se durante o governo Geisel, de maneira que rearranjou-se a dinâmica produtiva agrícola brasileira.

Nesse ínterim, o PRODECER foi operado pelo governo Geisel como um instrumento de autonomização das forças produtivas nacionais (nesse caso, a agroindústria) no plano mundial, com enfoque na produção de grãos. Compreendido como o principal projeto geopolítico de intervenção entre aqueles executados nos Cerrados brasileiros, nenhum outro teve a duração ou o montante investido (US\$553 milhões), de modo que podemos afirmar, baseando-nos na literatura e nas fontes, que foi o PRODECER que normatizou a exploração capitalista de maneira sistemática no bioma do Cerrado.

Apesar de ter se encerrado somente em 2001, o período aqui observado contempla somente as mudanças ocorridas no Brasil entre 1974 e 1979, assim como a dinâmica japonesa

²⁰⁶ ALVES, Clovis Tadeu. *A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)*. 174 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013, p. 10.

²⁰⁷ DABAT, Marie-Hélène; LI, Xiande; LANCON, Frédéric; CA-CALIM, Cirad. *Marché international du soja : des flux en profondeur recomposition. Oléagineux, Corps Gras, Lipides*. Vol. 8, n. 3, p. 191-198, mai.-jun. 2001, p. 192-193.

em torno de dito processo. Os EUA, ao figurarem-se no plano de fundo da cooperação nipo-brasileira, estabeleceram correspondências para o seu desenvolvimento, uma vez que sua produção agrícola é contínua e operante até a atualidade.

Em termos de conexões com os EUA, o PRODECER implementou algumas das medidas da Revolução Verde que, nos anos 1940, por exemplo, foram incorporados à dinâmica produtiva mexicana, por intermédio da Fundação Rockefeller²⁰⁸, sendo estas desde então difundidas pelas agências internacionais e organizações estadunidenses²⁰⁹. Dessa maneira, o programa contemplou as demandas supracitadas do Banco Mundial em torno de uma reforma agrária de mercado²¹⁰, possibilitando a reestruturação produtiva do campo no Brasil e a entrada do capital transnacional no setor agroindustrial brasileiro.

A cooperação foi então estabelecida, dando continuidade a uma série de programas agropecuários e de crédito em curso desde o início do regime ditatorial, em 1964, de maneira que um consenso foi gerado entre os governos e investidores privados, nacionais e internacionais, malgrado os conflitos gerados em vista de sua implementação, no âmbito da sociedade civil. Podemos afirmar, seguindo o argumento de complementariedade mobilizado por ambos países, que de fato havia interesses complementares, mas não mais que de ordem econômica.

Ao observarmos tais interesses, esse preceito de complementariedade torna-se um argumento mobilizável por qualquer país em via de desenvolvimento para viabilizar o estabelecimento de uma cooperação com outro industrializado. Não é possível verificar, finalmente, uma especificidade nipo-brasileira intrínseca a esse processo histórico, mas sim interesses econômicos em comum, conexões históricas que foram também mobilizadas (a imigração japonesa ao Brasil), e um discurso produzido a partir de um fundo político, no caso brasileiro, por um Estado ditatorial.

²⁰⁸ NÚÑEZ, op. cit., 2017.

²⁰⁹ PRUTSCH, Ursula. Nelson Rockefeller Office of Inter-American Affairs in Brazil. In: CRAMER, Gisella; PRUTSCH, Ursula (orgs.). *Americas Unidas! Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946)*. Madri: Iberoamericana, 2012, p. 249-282; GLICK, Thomas F. The Rockefeller Foundation and the Emergence of Genetics in Brazil (1943-1960). In: CUETO, Marcos (org.). *Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation of Latin America*. Bloomington; Indianopolis, Indiana: Indiana University Press, 1994, p. 149-163; TOTA, op. cit., 2014.

²¹⁰ PEREIRA, op. cit., 2004.

3 O PRODECER COMO PROJETO DE ESTADO: POLÍTICA INSTITUCIONAL E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO

No decurso da implementação da Fase I do PRODECER no Noroeste do estado de Minas Gerais, o governo militar não logrou gerar consenso frente a sociedade civil. Apesar do apoio empresarial ao projeto, efetivado a partir da abertura do capital aos investidores nacionais (ver Anexos), surgiram, paulatinamente, focos de resistência à sua criação, implementação e ampliação. Isto pode ser observado na documentação, na medida em que movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) opuseram-se, seja na política institucional, por meio da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ou ainda no espaço rural, disputando-o politicamente através da ação coletiva.

A atuação da CPT foi central durante essa primeira fase de implementação do PRODECER, uma vez que a tradução do léxico empresarial e diplomático para a realidade dos movimentos sociais do campo possibilitou uma organização política que questionasse aspectos chave da cooperação, como a divisão acionária, o estatuto jurídico da propriedade da terra e as funções das instituições envolvidas em cada etapa do projeto. Por outro lado, o regime ditatorial igualmente aparelhou-se de instrumentos políticos e repressivos, para que seu projeto não pudesse ser descontinuado tendo em vista uma eventual pressão dos movimentos sociais. Afinal, se o consenso não pode ou não logra ser gerado à partir de uma direção política, mobiliza-se o aparelho repressivo do Estado para que os opositores sejam submetidos ao projeto do grupo dominante.

Dito isto, em que medida o PRODECER alterou a dinâmica fundiária das zonas onde foi implementado? De que modo a imigração de trabalhadores advindos do Sul do Brasil possibilitou a implementação do Projeto Piloto e, em seguida, sua ampliação? Efetivamente, houve casos de expropriação de comunidades rurais para que a sua implementação fosse exequível? Essas são algumas das perguntas que apesar de não serem plenamente respondidas por este capítulo, permeiam e orientam nossa problemática mais geral, na medida que, enquanto historiadores do nosso tempo, a estrutura fundiária brasileira herdada desse processo

ditatorial influencia, mesmo que na dimensão do coletivo, nossas escolhas e orientações no campo da pesquisa histórica.

Este capítulo se organiza, assim, a partir da análise histórica da fase inicial da implementação do Projeto Piloto no Noroeste do estado de Minas Gerais, entre fins de 1978 e início de 1979; em seguida, por meio da atuação da CPT na resistência a dito projeto, através da mobilização de trabalhadores rurais em torno de uma ação coletiva direcionada contra o governo ditatorial, e em alguns casos, diretamente aos técnicos e funcionários do projeto; e abordaremos, finalmente, o reordenamento territorial efetivado nessa zona, utilizando como base empírica os dados relativos à imigração e instalação de trabalhadores advindos do Sul do Brasil na área de implementação da 1ª etapa. Com isso, pretendemos apresentar esse processo histórico sob um ângulo social, tendo-se em conta tanto sua dimensão conjuntural, à partir dos agentes institucionais aí envolvidos, como a resistência empreendida por movimentos sociais e indivíduos frente a tal projeto de reconfiguração territorial.

3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA FASE I: O PROJETO PILOTO EM MINAS GERAIS

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foi um projeto de cooperação inicialmente firmado entre o Primeiro Ministro do Japão Kakuei Tanaka e o governo Ernesto Geisel, em 1974, e implementado entre 1979 e 2001 no cerrado brasileiro. Dividido em três etapas, abrangeu sete estados brasileiros (Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Bahia e Maranhão), tendo invertido aproximadamente US\$553 milhões e operado uma área de 345 mil hectares. No caso do estado de Tocantins, logo do início do projeto, este ainda não existia, sendo seu território atual pertencente ao estado de Goiás. A sua incorporação enquanto estado à parte ocorreu logo da III Fase do PRODECER, no ano de 1995.

Ao fim de dito projeto, a área central abrangida corresponde ao que hoje conhecemos como MATOPIBA, principal zona de produção de grãos do Brasil - acrônimo formado pelas iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. “Designa uma realidade

geográfica que recobre parcial ou totalmente espaços com cerrados dos quatro Estados. Espaços agrícolas em expansão no país, crescem com o agronegócio”²¹¹.

Sua implementação não ocorreu sem gerar processos de resistência a nível regional e local. Organizações Sociais, sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades camponesas, parlamentares. Muitos foram os que se opuseram a sua implementação, alertando para o agravamento das relações sociais no campo, para a tecnicização das relações de produção, acompanhada da desarticulação produtiva da agricultura de tipo camponesa, e para as ‘expulsões’²¹², *modus operandi* do sistema capitalista moderno em seu processo de expansão.

O estado de Minas Gerais foi, nesse ínterim, o primeiro a ter sua dinâmica produtiva agrária profundamente alterada durante a ditadura militar, por meio de um processo de intervenção estatal, provocando seu reordenamento territorial e sua incorporação ao mercado global de terras. Sobre o processo de planejamento estatal durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979), Santos aponta:

O programa foi executado em consonância com as diretrizes apresentadas como estratégias para o desenvolvimento agrícola no IIº PND [Plano Nacional de Desenvolvimento - 1974], que priorizavam a ampliação da fronteira agrícola nos cerrados, os incentivos à produção de grãos, a mecanização da produção agrícola e o aumento da entrada de insumos para a produção (fertilizantes e defensivos agrícolas)²¹³.

Além da Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo Deputado Adhemar Santillo (MDB/GO) em 1980²¹⁴, destinada a investigar as motivações do governo brasileiro em firmar dito projeto com o governo japonês, outros processos de resistência surgiram no bojo do processo, de modo que nos debruçaremos sobre o reordenamento da dinâmica produtiva promovido pelo PRODECER durante o Projeto Piloto I e as formas de resistência aí

²¹¹ In: SANTOS, op. cit., 2016, p. 385, nota 2 . Para saber sobre os impactos socioeconômicos em dito espaço produtivo, cf. FAVARETO Arilson; NAKAGAWA, Louise; PÓ, Marcos; SEIFER, Paulo; KLEEB, Suzana (orgs.). *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado*. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

²¹² SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

²¹³ SANTOS, op. cit., 2016, p. 393.

²¹⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 159/1980 (Projeto de Resolução), apresentado em 28/08/1980 pelo Deputado Adhemar Santillo (MDB/GO). Arquivado em 23/03/1987 pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=236749>. Acesso em 3 jan. 2020.

geradas. Na figura abaixo pode-se observar a área correspondente à primeira fase do PRODECER, prevista para os anos 1979-1983:

Figura II – Áreas de atuação do PRODECER I²¹⁵



²¹⁵ FONTE: BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. *Estudo de avaliação conjunta. Relatório Geral*. Resumo. Brasília: MAPA; JICA, 2002, p. 9.

Importante destacar que a área mobilizada para a primeira fase coincide com aquela na qual a EMBRAPA desenvolveu sua pesquisa concomitantemente, e que alguns anos antes, o POLOCENTRO havia já operacionalizado em vistas de qualificá-la para um projeto de maior escala. Em outro plano, a questão da mecanização da produção agrícola já acompanhava a pauta da modernização do campo no Brasil desde os anos 1940. Tendo as primeiras medidas sido implementadas ainda durante o Estado Novo (1937-1945), a região Sul do Brasil foi, a par em passo, incorporada a esse processo de maneira ordenada pelo espectro desenvolvimentista²¹⁶, e sido operado por meio do Estado brasileiro e das fundações filantrópicas, como aprofunda Alves²¹⁷.

Esse aspecto é importante, pois sinaliza que tendo a dita região sido reordenada territorialmente neste período, suas forças produtivas se encontraram adequadas à produção de tipo moderno quando da ditadura militar, de modo que não se procedeu uma incorporação significativa das mesmas pelos projetos desdobrados do II PND, tal como ocorreu no bioma do Cerrado. Além disso, os pequenos e médios agricultores da região Sul foram capacitados com os saberes e técnicas da agricultura moderna (monocultora, mecanizada e baseada em insumos agrícolas), por meio da extensão rural²¹⁸, de maneira que parte considerável do contingente populacional que foi assentado nas zonas de implantação do PRODECER adveio justamente dessa região, como indica Santos:

Muitos desses produtores selecionados para serem colonos nas áreas do Projeto eram oriundos dos Estados da região Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Denominados “Gaúchos”, se deslocaram para os espaços de cerrados, principalmente, da região Centro-Oeste e da região Oeste da Bahia, depois de perderem suas terras com as construções de barragens e/ou devido aos processos de transformações conservadoras que o setor agrícola vivenciou na região Sul do Brasil durante a década de 1970²¹⁹.

²¹⁶ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

²¹⁷ ALVES, op. cit., 2013.

²¹⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EdUFF, 2002; MENDONÇA, op. cit., 2010.

²¹⁹ SANTOS, op. cit., 2016, p. 400.

Observa-se que o autor não recua sua análise, uma vez que a região Sul vivenciara tal processo bem antes do golpe civil-militar de 1964. Prossegue, situando os critérios de seleção para a liberação de créditos agrícolas:

No caso das terras adquiridas pelas cooperativas, elas seriam revendidas aos colonos, que receberiam empréstimos específicos dos bancos oficiais para a sua aquisição. Nos documentos oficiais, o processo seletivo dessas cooperativas teve como base a situação financeira, a experiência com grãos, o nível técnico e a capacidade de montagem de estrutura administrativa com silos, armazéns, unidades beneficiadoras de sementes, máquinas para pré-limpeza, escritórios, balanças rodoviárias etc. nos espaços em que o programa estivesse atuando²²⁰.

Tal era o perfil do colono brasileiro assentado nas áreas abrangidas pelo PRODECER; havendo também equipes técnicas de japoneses da empresa JICA, que acompanhavam as unidades produtivas. Dito isso, desloquemo-nos aos pequenos produtores, camponeses e agricultores familiares que lá viviam (nos municípios mineiros supracitados), e racionalizemos o impacto social que a chegada dos migrantes sulistas e técnicos japoneses certamente provocou em suas produções, sociabilidades e relações de trabalho²²¹.

Vera Pessoa²²², em sua tese pioneira sobre a ação do Estado no cerrado mineiro – uma vez que foi a primeira a apontar o processo de reordenamento territorial do cerrado em curso desde 1979, e, ainda mais, a analisar o PRODECER –, demonstrou os valores de crescimento populacional dos três municípios entre os anos 1950 e 1980. Nos atentaremos somente às décadas de 1970 e 1980. Em Coromandel, houve um aumento de 7.413 para 12.057, com uma taxa de crescimento de 62%; em Iraí de Minas, de 496 para 1.168, com uma taxa de 135%; enquanto que em Paracatu, de 17.453 para 29.877, e um crescimento de 71%. Esses números refletem, segundo a autora, um aumento substancial de trabalhos informais nas lavouras implantadas pelo PRODECER, intensificação da concentração fundiária (pois as áreas em

²²⁰ Idem, *ibidem*, loc. cit.

²²¹ Como demonstrado em: SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. *Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências de desenvolvimento no contexto do PRODECER*. 375 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Brasília, 2018.

²²² PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Ação do Estado e as transformações agrárias do cerrado das zonas de Paracatu e Alto Parnaíba/MG*. 251 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1988, p. 92.

torno daquelas do projeto tiveram um aumento de seus preços relativos), crescente fluxo de transferência de títulos de terras, e centralização dos municípios em âmbito regional, promovendo o influxo demográfico de trabalhadores e informais, que migraram visando a melhoria de suas condições socioeconômicas. Compreende-se aí os boias-frias, categoria de trabalhadores com índices baixíssimos de escolaridade e renda, caracterizados por sua itinerância e disponibilidade para “qualquer tipo de trabalho”²²³.

O PRODECER foi dividido, então, em três etapas, cada qual com sua respectiva área de atuação. O Projeto Piloto I (1979-1983) foi implementado em quatro áreas do Oeste do estado de Minas Gerais, compreendendo quase 70.000ha e 90 famílias assentadas, operando nos seguintes municípios: Paracatu, Coromandel, Iraí de Minas e Unaí. No PRODECER II, segunda etapa dividida em dois momentos (Piloto: 1985-1990; de Expansão: 1985-1993), foram incorporados os estados da Bahia²²⁴, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. Na etapa 2.1, foram incorporados 66.749ha entre os estados de Mato Grosso e Bahia, enquanto que na 2.2, ocorrida concomitantemente à 2.1, foi incorporada uma área de 139.000ha, entre os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul²²⁵.

Segundo relatório final do projeto, a segunda etapa foi implementada tendo em conta o “bom desempenho” do Projeto Piloto. Sem embargo, “[...] embora sendo bem mais ambicioso do que o PRODECER I no tocante à incorporação de terras, encontrou um contexto mais desfavorável no que diz respeito ao crédito agrícola e aos preços de grãos”²²⁶. Na terceira e última fase (1995-2001), intitulada PRODECER III, lançou-se mão de áreas nos estados de Maranhão e Tocantins²²⁷, este recém criado, incorporando dois espaços numa área total de 40.000ha. Ou seja, em suas três etapas, entre os anos de 1979 e 2001, a cooperação nipo-brasileira reordenou territorialmente 345.000ha, em sete estados brasileiros, modificando as zonas de litígio e estruturando socioeconomicamente o espaço atualmente conhecido como MATOPIBA²²⁸.

²²³ In: MELLO, Maria Conceição d'Incao e. *O “Bóia-Fria”: acumulação e miséria*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 88.

²²⁴ Municípios: Formosa do Rio Preto (BA), Lucas Rio Verde (MT) e Tapurah (MT).

²²⁵ Municípios: Paracatu (MG), Bonfinópolis (MG), Formoso (MG), Buritis (MG), Ipameri (GO), Cristalina (GO), Alto Paraíso (GO) e Água Clara (MS).

²²⁶ NABUCO et al. *Avaliação do PRODECER II*. Relatório Final, Brasília, IPEA, 1993, p. 69.

²²⁷ Municípios: Gerais de Balsas (MA) e Pedro Afonso (TO).

²²⁸ SANTOS, Clovis Caribé M. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola? Uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? Uma nova reorganização produtiva dos espaços de “Cerrados” dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia?. *Cadernos do CEAS*, n. 245, p. 570-600, 2018.

Diante de tal contexto, organizações da sociedade civil se mobilizaram e fizeram frente ao projeto estatal de reordenamento territorial do cerrado, baseado na dinâmica produtiva da Revolução Verde e com apoio do capital transnacional. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo, recentemente fundada no estado de Goiás (1975), atuou vivamente com o intuito de impedir o avanço desse projeto, mobilizando pautas em torno da condição social dos trabalhadores rurais, mas também da Segurança Nacional e da relação de dependência econômica que se estabeleceria entre o Brasil e o Japão. Na próxima seção, observaremos sua atuação política e ação coletiva.

3.2 A ATUAÇÃO DA CPT NA RESISTÊNCIA AO PRODECER

“O governo brasileiro está oferecendo ao Japão dois pedaços enormes de terras, como se fosse uma rapadura, numa bandeja de prata!”²²⁹. Inicia-se assim, em forma de verso, a seção “O Fato”, do livreto *Para quem fica nossa terra, para onde vai nosso povo* da CPT (1980)²³⁰. Destinada aos trabalhadores rurais da região abrangida pelo PRODECER, esse livreto trazia informações chave do projeto, em linguagem simples e acessível. No entanto, antes que adentremos ao contexto de produção e difusão do mesmo, apresentaremos um breve historial da CPT enquanto instituição que atuou na luta pela terra no Brasil.

Atualmente organizada em 21 regionais, e ainda vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Pastoral da Terra atua, desde a sua fundação em 1975 (em Goiânia/GO), em torno da pauta da questão agrária. No estado de Minas Gerais, foi fundada no ano de 1979, ano da implementação do PRODECER, de maneira que a resistência a dito projeto se constituiu como uma de suas primeiras pautas de atuação política regional. A luta em favor do campesinato, da reforma agrária, da diminuição das desigualdades sociais, de condições dignas de trabalho e dos direitos humanos compõem, por assim dizer, a agenda política da CPT.

²²⁹ CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Para quem fica nossa terra, para onde vai nosso povo*. Regional Centro Sul de Goiás; Regional de Minas Gerais, 19 set. 1980, p. 17.

²³⁰ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8*, Referência: *GNC.AAA.80011728 - Dossiê*, 1980, 56 fls.

Com forte influência da tradição marxista no campo religioso, e desdobrada do Concílio Vaticano II (1962-1965), das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medelim (Colômbia, 1968) e de Puebla (México, 1979), a CPT exerceu uma importante agência na luta por reforma agrária e nos processos de resistência à ditadura militar brasileira. Essa articulação é importante ser pontuada, uma vez que a função religiosa da instituição Igreja não pode ser pensada de maneira descolada das tensões e disputas da vida social, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais. As Conferências Episcopais, nesse sentido, atreladas a um contexto de polarização ideológica de um mundo em Guerra Fria e de seguidos golpes de Estado perpetrados no continente, tiveram de repensar o papel da doutrina católica na libertação integral do homem, lançando luzes a questões estruturais da realidade social latino-americana. Em vista disso, Danillo Pereira nos sinaliza:

As comissões [da Conferência de Medelim] deveriam redigir um texto apresentando a realidade que envolvia o tema, um julgamento das realidade à luz do Evangelho e proposições para a ação da Igreja, com o fito de transformar a realidade. Entre suas conclusões, estavam, por exemplo: a pobreza do latino-americano marcada pela dependência econômica e pela injustiça institucionalizada e para os participantes dos grupos de trabalho estavam enraizadas nas estruturas econômicas, sociais e políticas dos vários países do continente. A necessidade de libertar os homens da violência e injustiças institucionalizadas dava o tom central aos documentos produzidos nas comissões²³¹.

Dessa maneira, a ação política de ditos atores seria atravessada por uma compreensão de libertação integral do homem, isto é, política, econômica, religiosa e moral. Jeffrey Klaiber avança nessa compreensão, trazendo à tona o processo de legitimação da Igreja frente aos movimentos populares na América Latina. Segundo ele,

[...] este processo foi um caminho de dois sentidos: se bem a Igreja legitimou a democracia popular, por sua vez voltou a gozar de uma nova legitimidade: a que recebeu das classes populares que se sentiam confortadas e animadas pela Igreja em sua luta para conseguir seus direitos. Assim, se fundiram dois conceitos de legitimidade: o mais antigo, que se baseia na ordem e na tradição, e o novo, que se baseia na democracia e nos direitos humanos. Sob o amparo da Igreja renovada de Medellín, as classes populares

²³¹ PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. *Concepções da história da Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1989)*. Salvador: SAGGA, 2018, p. 63.

forjaram uma nova identidade como cristãos, fundindo os antigos valores da religião popular com a mística da luta popular²³².

Esse processo de dupla legitimação encontra eco na historiografia brasileira que versa sobre a atuação da Igreja e dos movimentos sociais durante o século XX, como pode ser visto em Iokoi²³³ e Montenegro²³⁴. A Igreja atuara no Brasil, bem como em alguns outros países do Cone Sul, como importante ator político nos processos de resistência, por meio da articulação com o movimento estudantil, o movimento camponês e o sindical, obtendo, por essas vias, legitimidade política e social, já nos termos de Klaiber. Um conhecido exemplo é o da atuação do clérigos Dom Evaristo Arns e James Wright (Pastor presbiteriano) durante a ditadura brasileira, os quais reuniram 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM) e compilaram na obra *Brasil: Nunca Mais*²³⁵.

Em sua relação com a CNBB, a CPT foi caracterizada como um organismo da Igreja Católica, estando a ela subordinada por meio da Linha de Pastoral Social, e sendo garantida sua autonomia em termos de organização e formas de atuação²³⁶. Nesse sentido, a organização detinha uma autonomia relativa frente aos ditames institucionais da Igreja, de modo a atuar politicamente em torno do paradigma religioso balizado nos anos 1960 conhecido como Teologia da Libertação.

Voltando nossa atenção a Minas Gerais, o que podemos observar na atuação da CPT é sua articulação com os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios supracitados, indicando seu envolvimento político com a questão da desarticulação territorial dos pequenos produtores, em sua maioria camponeses e agricultores familiares. O PRODECER, conhecido entre os movimentos sociais como “Projeto JICA”²³⁷, contava com capital misto, sendo 49%

²³² KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In: KLAIBER, Jeffrey. *Iglesia, dictadura y democracia en América Latina*. Lima: PUC-Peru, 1997, p. 19. A tradução é nossa.

²³³ IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1996.

²³⁴ MONTENEGRO, Antonio Torres. Historia de la Iglesia católica en el nordeste de Brasil (1960-1990). *Historias* 59, México, n. 1, v. 1, p. 89-108, 2004; MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

²³⁵ ARNS, Dom Paulo Evaristo; WRIGHT, James. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

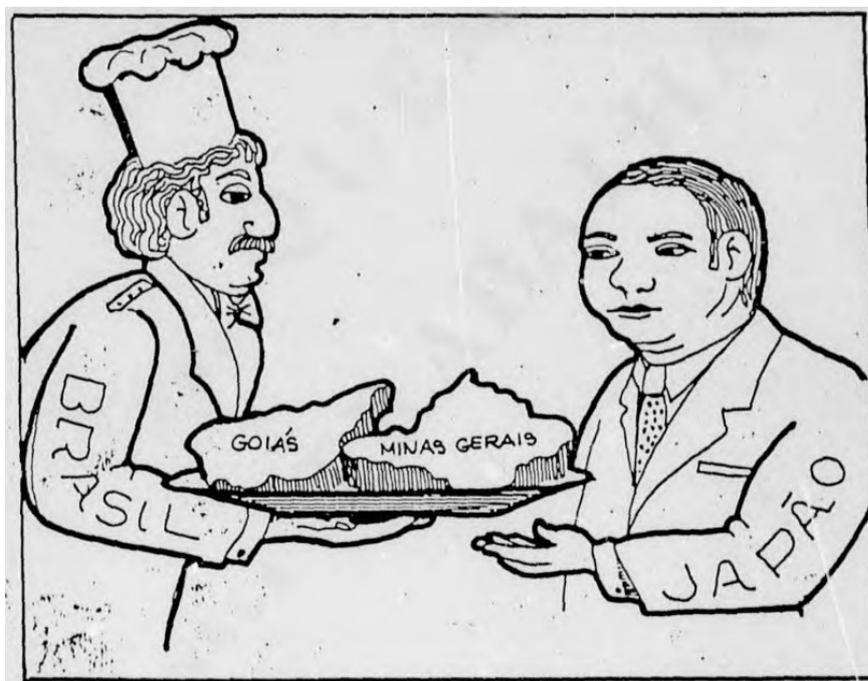
²³⁶ FGV – Fundação Getúlio Vargas. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Verbetes Temático 'Comissão Pastoral da Terra (CPT)'*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt>. Acesso em 12 fev. 2020.

²³⁷ Para saber especificamente sobre a agência japonesa como instrumento político de integração regional, cf. CHIARELLI, op. cit., 2009.

de procedência japonesa, e era gerido pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), empresa criada para tal, com sede em Belo Horizonte (MG). A Japan International Cooperation Agency (JICA), na realidade, é a agência de cooperação internacional do governo japonês, responsável pelas inversões de capital japonês no exterior.

No que diz respeito aos colonos que se moveram da região Sul à zona do projeto, José Silva²³⁸ aponta que 75% dos lotes com mais de 350ha seriam vendidos a eles, concatenando-se com o dado supracitado de Santos²³⁹, enquanto que os 25% restantes se destinariam a candidatos da região de implantação. Nesse ínterim, a CPT tomou algumas medidas de enfrentamento ao projeto. O livreto *Para quem fica nossa terra, para onde vai nosso povo* (1980), impresso em 5.000 exemplares, lançou mão de uma linguagem acessível, com termos e expressões utilizadas pelos trabalhadores rurais, além de inúmeras imagens. Tais imagens, inclusive, são descritas e criticadas pelos agentes da SNI, nos relatórios, a exemplo da figura abaixo:

Figura III – Charge sobre o PRODECER²⁴⁰



²³⁸ SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo*. 212 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003, p. 159.

²³⁹ SANTOS, op. cit., 2016, p. 400.

²⁴⁰ FONTE: CPT, op. cit., 1980, p. 10.

Na imagem, observa-se um homem (com características que lembra o ex-presidente Costa e Silva, com trajes de garçom), entregando, em uma bandeja, os estados de Goiás e Minas Gerais a outro homem, de fenótipo asiático, vestido como um homem de negócios, representando o Japão. Assim, segundo a narrativa da organização, o PRODECER seria, antes de mais nada, um projeto que privilegiaria as elites econômicas japonesas e brasileiras, promovendo apenas conflito e expulsão dos pequenos produtores que lá viviam, análise que contraria o discurso oficial. O estado de Goiás aparece na ilustração, importante dizer, pois já estava previsto que o mesmo seria incorporado ao projeto, além de ser a principal área de atuação da CPT no período.

Em relatório produzido pelo SNI em 19/09/1980, os agentes analisam esse livreto, as imagens nele contidas, as motivações e as vinculações ideológicas dos agentes apontados. Mobilizam a função evangelizadora da CPT, que segundo eles, não está sendo cumprida pelo fato de a organização atuar politicamente, subjazendo o caráter religioso e moralista da ditadura em curso, e de não tolerância ao entrelaçamento entre o religioso e o político em caso de oposição ao sistema e governo vigentes. A saber:

O livreto segue nitidamente a estratégia da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criando no trabalhador rural a consciência de “união e organização” centrada na oposição pelo sindicato. Foge totalmente ao espírito de evangelização para se intrometer em assuntos políticos, insuflando a subversão e criando um clima de revolta e desgaste à imagem do governo.²⁴¹

Esse é um dos pareceres dos agentes do SNI em relação às atividades da CPT durante o período. O que resta inconcluso, no entanto, é o porquê do SNI ter investigado o corpo de acionistas do PRODECER alguns anos depois, em 1984, mesmo tendo sido esse projeto pensado e executado pelo governo militar. Isso pode demonstrar, talvez, a não consensualidade deste no âmbito do próprio governo, bem como as divergências ideológicas em termos de abertura econômica ao capital estrangeiro.

²⁴¹ SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Memorando nº 1076/02/CH/GAB/SNI, 29 jul. 1980, 54 fl. Informação nº 295/19/AC/80, 19 set. 1980, p. 5-6. In: ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8.MIC*, Referência: *GNC.AAA.80011728*, 1980.

De retorno à atuação da CPT, Silva aponta²⁴² algumas das movimentações da organização em torno da pauta do PRODECER, a saber: a IV Assembleia Geral da CPT, realizada entre 6 e 10 de agosto de 1980, teve como principal ponto de pauta “a luta contra o Prodecer”, na qual participou agentes da CPT Regional Minas Gerais, além de camponeses do Triângulo Mineiro. Na ocasião:

Além de uma carta²⁴³ de esclarecimento dirigida aos trabalhadores, em particular e à população em geral, decidiu-se pela realização de assembleias nas igrejas locais, nos sindicatos, grupos de Oposição Sindical e associações de moradores para discutirem as implicações e consequências da implantação do Projeto. Propôs-se, ainda, a organizar comissões de “pequenos proprietários e pequenos fazendeiros” [sic] e a convencê-los a não venderem suas terras para as empresas de colonização, mesmo que lhes oferecessem preços atraentes²⁴⁴.

Em termos estratégicos, a opção pelo convencimento dos pequenos produtores não se mostrou eficaz, como pode ser observado, finalmente, no extrato seguinte:

Na Assembleia Extraordinária de janeiro de 1981, feita em conjunto com a CPT Minas Gerais, novo balanço da campanha foi realizado. Neste segundo momento, verificou-se muitas reações adversas ao trabalho dos agentes e lideranças dos trabalhadores. No município de Fazenda Nova (oeste do estado) houve manifestação “contra quem falou do Projeto e não contra o Projeto”. O sindicato foi acusado de estar “querendo terras”, confundindo-o com o Projeto. Em Anápolis (região central), registrou-se indignação, incredulidade de alguns, que afirmaram ser “impossível o governo fazer isto”, e resignação de outros: “se fizer é para o bem da nação”. Outros entenderam, entretanto, ser a campanha motivo de unidade e fortalecimento da luta. [...] Exatamente os pequenos proprietários que, segundo as previsões dos agentes da Pastoral da Terra, seriam os principais atingidos, não se convenceram da ameaça que o Projeto JICA representava. Faltavam elementos concretos para tanto. Afinal, até aquele momento a sua implantação havia se restringido a alguns municípios mineiros sem que os seus efeitos negativos fossem imediatamente perceptíveis fora daquela área. Diante dessas dificuldades, o movimento diminuiu o seu impulso inicial, voltando à tona depois da posse dos governadores eleitos pelo PMDB, Tancredo de Almeida Neves, em Minas Gerais, e Íris Rezende Machado, em

²⁴² SILVA, op. cit., 2003.

²⁴³ Não localizada.

²⁴⁴ SILVA, op. cit., 2003, p. 161.

Goiás, em março de 1983, que se posicionaram favoráveis à continuidade do Projeto²⁴⁵.

Malgrado os esforços da CPT, o movimento de trabalhadores rurais em Minas Gerais não conseguiu se opor à implementação do projeto, muito embora tendo havido uma articulação contínua até meados da década de 1980, como demonstrado em documentação do SNI que monitorou as atividades de movimentos contrários ao projeto igualmente no estado de Goiás²⁴⁶. Nesse caso, houve uma articulação política de resistência ao PRODECER, a partir de instituições como a Universidade Católica de Goiás (UCG), a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás (AEAGO), a CPT, a União Estadual dos Estudantes (UEE) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim sendo, podemos afirmar que não foram poucos os que se organizaram para fazer frente a dito projeto, mesmo sob uma correlação de forças desigual, entre sociedade civil e Estado.

No âmbito da política institucional, por exemplo, o projeto de Resolução nº 159, de 1980²⁴⁷, que instituiu a CPI²⁴⁸ destinada a investigar as causas que levaram o governo brasileiro a assinar o acordo do PRODECER, apontou justamente a desigualdade dessas relações, nos demonstrando o quão desfavorável seria para a economia brasileira em relação à japonesa, na balança das relações de poder durante o referido contexto. Apesar de não discutirmos a criação dessa CPI, traremos um trecho do documento supracitado, pois trata-se de uma compreensão que, apesar de posterior ao início da implementação da primeira etapa do projeto, cita as ações em curso e os desdobramentos político-institucionais de dita cooperação. Segundo o deputado autor do processo de abertura de inquérito:

A Companhia de Promoção Agrícola – CAMPO – resultante das duas holdings, uma brasileira – formada pela BRASAGRO [...] e outra japonesa, formada pela JADECO [...], forma que encontraram para burlar a legislação brasileira que proíbe a aquisição de mais de 1/4 da área de um município por estrangeiro, mas se associando com brasileiros pode comprar até toda área

²⁴⁵ Idem, ibidem, p. 161-162.

²⁴⁶ SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informe nº 38/84 - 51/AGO/SNI, 20 ago. 1984, 10 fls. In: ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8.MIC*, Referência: *GNC.RRR.84009251*, 1984, 10 fls.

²⁴⁷ BRASIL. *PRC 159/1980*. op. cit., 1980.

²⁴⁸ Presidida pelo Deputado Federal Adhemar Santillo, outrora do MDB, após o retorno do pluripartidarismo em 1980, filiado ao PMDB.

do território nacional e ainda gozar dos incentivos fiscais, já está administrando o primeiro projeto da ocupação do cerrado pelos japoneses, numa área de 60 mil hectares, toda ela no Estado de Minas Gerais, abrangendo terras dos municípios de Iraí de Minas, Nova Ponte, Romaria, Coromandel, Paracatu e Unaí, no chamado Projeto Piloto, que, de acordo com o seu presidente, Paulo Afonso Romano, vai absorver mão-de-obra necessária por mineiros, gaúchos, paranaenses e paulistas, sendo que os gaúchos serão os de descendência alemã, enquanto que os paulistas e paranaenses serão descendentes de italianos e principalmente japoneses. [...] A escala para entrega de enormes áreas de terras do cerrado de Minas Gerais e de Goiás a grupos estrangeiros está em rápido andamento e somente uma Comissão Parlamentar de Inquérito poderá mostrar ao País os grandes prejuízos que a medida causará ao povo brasileiro. Ainda há tempo para se colocar um freio em tantos absurdos, impedindo-se que se internacionalize a nossa agricultura e transforme os nossos pequenos e médios proprietários rurais da Região Centro-Oeste em componentes da legião cada vez maior de desempregados e subempregados que vegetam nas periferias das grandes cidades.²⁴⁹

Apesar de assertiva em suas proposições, a CPI foi descontinuada após quatro seções sem ter sido votada por falta de quórum, sendo em seguida adiada por seis anos, em 1981, e arquivada pelo Presidente da Câmara em 1987. Não podemos afirmar o porquê do desinteresse dos congressistas, mas é patente que uma articulação política e econômica de tal envergadura pelo governo militar com o Japão não seria abstruída por um inquérito criado pelo MDB, partido de “oposição consentida” baixo uma ditadura militar. Resta aí uma fonte de investigação para a história do PRODECER, uma vez que a documentação reunida e produzida pelo deputado Adhemar Santillo certamente poderia lançar luz a elementos ainda pouco explicados sobre a cooperação nipo-brasileira e a modernização da agricultura ocorrida durante esse período nos cerrados brasileiros.

²⁴⁹ BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I). *Projeto de Resolução n.º 159, de 1980*. Ano XXXV, n. 091, Brasília, 29 ago. 1980, p. 9316, coluna 2. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=236749>. Acesso em 3 jan. 2020.

3.3 REORDENAMENTO TERRITORIAL E ESTÍMULO MIGRATÓRIO: O NOVO MODELO PRODUTIVO EM AÇÃO

Logo da implementação do Projeto Piloto, duas questões tomaram a atenção dos agentes da JICA e da CAMPO, presentes na zona do projeto. A primeira diz respeito às condições de desenvolvimento de “uma estrutura de administração agrícola que através de melhorias no solo e na qualidades dos produtos a serem cultivados” fosse capaz de produzir “[...] em grandes quantidades, a baixos custos, de maneira estável e contínua, produtos de qualidade superior, capazes de competir com os similares no mercado internacional”²⁵⁰. Essa problemática fazia parte de maneira geral do contexto capitalista global de produção, distribuição e consumo de alimentos durante esse período de crise econômica global.

A busca pela eficácia, produtividade e lucro já permeava o pensamento econômico e empresarial do período. A segunda questão segue justamente essa linha, quando visava à “criação de um sistema capaz de efetuar o transporte dos produtos agrícolas provenientes da região do Cerrado ao mercado internacional, de maneira maciça e custos reduzidos”²⁵¹. O que chama atenção é a análise da JICA sobre como esses objetivos poderiam ser efetivados, ficando, para tanto, à cargo da empresa CAMPO a gestão e implementação dos mesmos. No caso do transporte de grãos até o porto de Espírito Santo, escolhido para não sobrecarregar-se os de Santos e do Rio de Janeiro, utilizar-se-ia a ferrovia pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (estatal até 1997), bem como o sistema rodoviário federal, com aporte financeiro às duas infraestruturas.

Observemos, enfim, o pressuposto econômico/ideológico do planejamento do projeto, de maneira que localizamos aí o cerne do pensamento desenvolvimentista produzido no âmbito da cooperação nipo-brasileira:

Para assegurar o sucesso do presente plano de desenvolvimento o governo brasileiro deverá atribuir atenção especial a dois importantíssimos conjuntos de medidas. O primeiro é a criação de condições que possibilitem na área do

²⁵⁰ JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). *Estudo de Desenvolvimento Regional dos três estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás, República Federativa do Brasil. Relatório Final (Sumário)*. Jul. 1979, 24 fls., p. 10.

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 10.

projeto uma produção agrícola quantitativamente grande, qualitativamente superior e a preços reduzidos, que possibilitem suficiente competitividade no mercado internacional. Em princípio, isto pode ser conseguido através da criação de fazendas de grande porte *a serem exploradas com mentalidade empresarial*, buscando usufruir de todas as vantagens oferecidas pela escala de suas atividades. É também recomendável criar-se paralelamente fazendas de pequeno e médio porte, funcionando *em sistema de operação coletiva, sob uma orientação técnica e apoio seguros por parte das autoridades*. Além das medidas para equipamento da parte material da infraestrutura, ou seja, a implantação do que poder-se-ia chamar “hardware”, são necessárias medidas que poderíamos classificar como “software”, ou seja, medidas fiscais relativas à aquisição de terras, créditos, medidas relativas à criação e operação de cooperativas agrícolas, etc., de acordo com as diretrizes básicas do desenvolvimento agrícola global *dentro da concepção do “Grande Eixo”*. A linha de raciocínio que constitui a espinha dorsal desta política agrícola global e que servirá de ponto de partida para a promoção do desenvolvimento é, em primeiro lugar, a adoção de medidas que sejam *realmente convincentes* para os agricultores. Em segundo lugar, é a comprovação da viabilidade da exploração em bases comerciais satisfatoriamente lucrativas, através da combinação de *técnicas estáveis de produção, créditos, garantias de preços e “marketing” dos produtos colhidos*.²⁵²

Demonstra-se que o projeto foi organicamente pensado para mobilizar tanto a mão invisível do mercado, por meio da atuação política do Estado ditatorial brasileiro, como os instrumentos coercitivos dos quais esse por sua vez dispunha. Retornando ao discurso de complementariedade entre as duas economias, vê-se que a complementariedade real foi entre um país asiático com insuficiente produção de grãos e uma diplomacia baseada na não intervenção política, e um país continental, com um regime ditatorial militar e os instrumentos coercitivos e políticos para que um projeto de tal escala pudesse ser viabilizado. Para tanto, se o pensamento realista pode entender esse processo histórico de maneira convincente, são os aportes teóricos do neogramscismo que iluminam, finalmente, aspectos arduamente explicáveis pelo primeiro, como o uso da coerção para o engendramento de um projeto hegemônico.

O plano de desenvolvimento ocorreu assim como previsto, e a Fase I, que se estruturava em torno de um projeto piloto (as áreas dos quatro municípios mineiros), mostrou-se exitosa, de modo que foi continuada, tendo sido ampliado aos estados de Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. No entanto, há uma questão subjacente sobre a qual a

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 16-17. Os grifos são do autor.

documentação oficial do projeto não toca, mas que a CPT reiteradamente apresenta, qual seja, o aumento dos conflitos por terra nas áreas operadas avizinhas pelo PRODECER.

Levando-se em consideração que desde 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964), o Estado ditatorial tentou lançar mão de políticas que visassem o arrefecimento dos conflitos agrários²⁵³, a arregimentação do regime de propriedade privada, a regulamentação dos mecanismos de expropriação visando a intervenção estatal, e a implantação hegemônica de um novo modelo de produção agrícola (Complexos Agroindustriais²⁵⁴), os efeitos que o PRODECER provocou a nível regional foram justamente o aumento dos conflitos por terra, do êxodo rural, e da proletarização do campesinato.

Se compararmos os dados apresentados por Pessoa²⁵⁵ com o quantitativo de produtores que se instalaram por conta própria nas áreas adjacentes àquelas do PRODECER, isto é, sem subsídio estatal, veremos que de fato o programa operou um reordenamento efetivo em ditas regiões, alterando sua dinâmica produtiva, demográfica e socioeconômica. Vê-se que os municípios de Iraí de Minas, Paracatu e Coromandel tiveram um crescimento populacional urbano de 135% (496 a 1.168), 71% (17.453 a 29.877) e 62% (7.113 a 12.057) entre 1970 e 1980, respectivamente.

Observando tais dados a contrapelo do quadro abaixo, pondera-se que o programa de fato estimulou economicamente as respectivas áreas, mas lancemos uma questão a respeito do processo de obtenção (por suas diferentes vias, legais ou não) dos lotes que abarcaram dito reordenamento produtivo. Quais foram os meios de obtenção das terras? De onde advieram esses agricultores que se assentaram por conta própria, quais mecanismos de acesso à propriedade estes acionaram e, mais importante, por que esses dados não aparecem nos relatórios oficiais?

²⁵³ Ainda que tenham provocado, justamente, a escalada desses conflitos, como é possível conferir em MST, op. cit., 1987; CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.

²⁵⁴ MARTINE, op. cit., 1991, p. 8.

²⁵⁵ PESSÔA, op. cit., 1988, p. 92.

Tabela III²⁵⁶

Número de produtores participantes do Prodecer e daqueles que se instalaram por conta própria.

Projeto	Município	Agricultores assentados no Projeto	Agricultores assentados por conta própria	Total acumulado	
				1985 a 1989	1996
Prodecer I					
Iraí de Minas	Iraí de Minas	26	39	65 (1985)	347
Mundo Novo	Paracatú	48	15	63 (")	1.491
Coromandel	Coromandel	18	70	88 (")	1.687

(Obs.: O Município de Paracatú inclui a área do Entre Ribeiro)

Para adensar o argumento, no município de Coromandel, por exemplo, o número de agricultores que se assentaram por conta própria é 3,8 vezes maior do que aqueles assentados pelo programa, e, se avançarmos para meados da década de 1980 e início de 1990, os números sobressaltam-se ainda mais. O total acumulado de agricultores assentados em 1996, em relação a 1985 (ano de finalização da Fase I do programa), apresentou uma escalada percentual de 433% em Iraí de Minas, 2.266% em Paracatu, e 1.817% em Coromandel. Ou seja, ainda que o programa não tenha sido diretamente responsável pelos conflitos de natureza extraeconômica²⁵⁷ nas áreas contíguas, seguramente exerceu atração econômica, de maneira que tal processo foi acompanhado, a partir do que consta nos documentos da CPT, de alguns mecanismos repressivos de exercício do poder, já interpelados pela historiografia.

Um desses mecanismos é o da *acumulação por despossessão ou espoliação*, do qual já falamos no cap. I. Tal conceito demonstra-se analiticamente útil, na medida em que ilumina certos aspectos conflitivos aportados pela CPT, e observáveis, na documentação oficial, somente a contrapelo. Não obstante, apontemos para alguns elementos que merecem um aprofundamento empírico, com vistas a responder a seguinte questão: em que medida o PRODECER é responsável pela atual configuração geopolítica de produção de grãos do Brasil?

²⁵⁶ FONTE: BRASIL; MAPA; JICA., op. cit., 2002, p. 22.

²⁵⁷ Caracterizada pela coerção política, militar ou judicial, geralmente sob a tutela do Estado, como monopólio da violência. Cf. WOOD, Ellen. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Um caminho metodológico talvez seja o de prescrutar, com exatidão e fôlego, os casos de grilagem de terras nas áreas adjacentes ao projeto, quantificando o fluxo de transferência de títulos de terras e comparando os índices de concentração fundiária das áreas, anterior e posteriormente à implementação do projeto, com vistas a se obter um resultado qualitativo e quantitativo em torno dos desdobramentos socioeconômicos da modernização agrícola nessa região.

Se observarmos finalmente a escalada de conflitos fundiários nos últimos quarenta anos, veremos que, paulatinamente, o agente repressivo passou do terratenente ao empresário, aqui observados enquanto ‘tipos ideais’²⁵⁸. Muito embora a grilagem de terras não tenha se arrefecido – pelo contrário, alcançou níveis alarmantes –, os mecanismos de acesso à propriedade da terra têm se mantido operantes dentro da esfera estatal, isto é, regulamentados por políticas públicas, financiados por programas de governo e defendidos pelo aparelho coercitivo. Tal assertiva é facilmente demonstrável, seja através de compêndios de Organizações Não-Governamentais²⁵⁹ ou, ainda, de produções acadêmicas fruto de financiamento público²⁶⁰.

²⁵⁸ WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 79-127.

²⁵⁹ GREENPEACE, op. cit., 2018; CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia: CPT Nacional, 2018.

²⁶⁰ NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Relatórios DATALUTA 2017 – Banco de Dados da Luta pela Terra*. UNESP, Presidente Prudente. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acesso em 15 fev. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendimento teórico e explicativo deste trabalho encontra, nessas últimas linhas, a oportunidade de realizar uma síntese histórica em torno do tema sobre o qual nos debruçamos durante alguns anos. Muito embora enquanto historiadores de nosso tempo não tenhamos vivido a experiência histórica de um Brasil anterior ao engendramento da agroindústria, formas alternativas de propriedade da terra e de produção agrícola coexistem até os dias atuais.

O projeto da ditadura militar brasileira em torno de um modelo agrícola logrou êxito em sua afirmação como modelo socioeconômico estruturante, mas não conseguiu extinguir outros modos de exploração da terra e de beneficiamento através das riquezas por ela geradas. As noções de lucro, desenvolvimento, segurança alimentar e território se atravessaram, político, social e economicamente, nesse processo histórico secular denominado Revolução Verde.

Dito isso, observamos que a historiografia brasileira ainda não se empenhou em compreender a história recente do setor agroindustrial brasileiro, frequentemente mobilizada por grupos à direita do espectro político, seja na política institucional ou mesmo nos embates cotidianos. A história do agro no Brasil, ademais de ter sido marcada por uma coerção a nível estrutural tanto da parte do Estado como da própria Sociedade Civil, torna patente a noção de que não há somente uma forma de fazer produzir a terra, de que o acesso à sua posse e propriedade ainda não foi democratizado e, finalmente, de que é crucial perseverar em formas alternativas e mesmo contra-hegemônicas de ocupação territorial.

Apropriar-se do conhecimento produzido pelas agências, pelo setor empresarial e pelo Estado pode ser um instrumento político de resistência nesse processo, com vistas a engendrar um curto-circuito no ciclo de desigualdade que atravessa o universo rural brasileiro, seja no tocante ao acesso à posse e propriedade da terra, ou ainda na permanência comunitária em territórios tradicionais e no beneficiamento econômico de uma comunidade por meio de sua produção agrícola. Assim sendo, em que medida pode este trabalho contribuir com a compreensão histórica do fenômeno agroindustrial no Brasil?

O PRODECER não fora o único projeto estatal de exploração capitalista da terra durante o período da ditadura militar brasileira. No entanto, e partindo para as considerações finais, foi o que melhor explorou a legislação fundiária e os direitos de propriedade existentes no Brasil para se estruturar economicamente em torno da pauta alimentária global. Nesse sentido, munuiu-se de todos os instrumentos jurídicos, legais, diplomáticos, mercadológicos, infraestruturais e políticos, necessários para que pudesse implementar o seu projeto de reordenamento territorial dos Cerrados e de concretização de um novo modelo produtivo agrícola. Além disso, por meio do alto montante investido (US\$ 553 milhões), promoveu a associação entre os governos brasileiro e japonês por 22 anos, duração próxima à da ditadura, elevando o primeiro à categoria de segundo maior produtor e exportador de soja no mundo, e os empresários do setor agroindustrial a uma força política incontornável da vida política brasileira.

Isto é, não sustentamos que o PRODECER seja diretamente responsável pela atual estrutura fundiária brasileira, uma vez que a área total abrangida correspondeu a somente 3,5% da área total dos Cerrados brasileiros (204 milhões de hectares). O que podemos afirmar é que seu efeito demonstrativo de um novo modelo de produção agrícola foi bastante significativo para sua reprodução em cadeia no restante do Brasil, tendo sido, inclusive, adaptado a outros biomas, como vê-se na produção sojeira no estado do Amapá, em região amazônica, desde a década de 1990.

Igualmente, apresentamos como conclusões preliminares: efetivou-se, durante a ditadura militar, uma profunda reforma dos direitos de propriedade no Brasil, por meio da estruturação de uma lógica capitalista de acesso à posse e à propriedade da terra e da fundação de um paradigma até hoje vigente, o da *função social da propriedade*, que deu margem de manobra ao Estado para interferir inclusive nos direitos de propriedade das elites latifundistas, quando estas por ventura se opusessem a projetos de modernização do campo.

O desequilíbrio econômico gerado pela Crise Petrolífera de 1973 e pela quebra do Acordo de Bretton Woods exerceu importante fator de motivação para que o Japão buscasse diversificar sua cadeia produtiva, mirando sobretudo em países de capitalismo periférico, primeiro no Sudeste Asiático, em seguida, na América Latina. A história da imigração japonesa no Brasil não foi operada *a priori* no estabelecimento de possíveis cooperações

bilaterais, tendo sido, posteriormente, mobilizada por ambas as partes para justificar, sob o ponto de vista histórico-cultural, a denominada e tão buscada complementariedade

O pragmatismo da política externa do governo Geisel encontrou eco na criação de um discurso de complementariedade com o governo japonês, reproduzido em terras nipônicas, mas que satisfazia à cooperação nipo-brasileira (vista de forma global) tão somente do ponto de vista econômico, sem fornecer, no plano local, mecanismos de integração entre os colonos sulistas e estrangeiros - japoneses e nikkeis, em sua maioria - com as populações locais das áreas de implementação do projeto. A CPT não logrou fazer frente ao PRODECER no plano regional, talvez devido à sua recente fundação, às vantagens econômicas promovidas pelo projeto aos agricultores que fizessem parte, ou mesmo à mobilização do aparelho repressivo ditatorial, processo este que extrapola nossa periodização e sobre o qual não dispomos de documentação histórica.

Muito embora não tenhamos logrado recorrer à fonte oral para prescrutar esse processo histórico, há de se considerar o caráter preliminar deste trabalho, que enseja muito mais uma abertura historiográfica ao tema, apontando para possíveis caminhos de pesquisa. A possibilidade de investigação dos conflitos e do fluxo de compra e venda de terras nas zonas limítrofes ao projeto durante sua implementação poderia, por exemplo, iluminar aspectos até então desconhecidos sobre o mesmo, fornecendo uma quantificação acerca do impacto socioeconômico do PRODECER nos Cerrados durante o tempo conjuntural. Há outros aspectos que poderiam ser igualmente explorados, como a história da colonização de trabalhadores rurais da região Sul no Centro-Oeste do Brasil pelos projetos da ditadura, ou a relação entre a produção geopolítica de militares como Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva nos projetos de ocupação e reordenamento territorial da ditadura militar, tanto no bioma do cerrado, como na região amazônica. Enfim, esse é um tema com várias entradas e atravessamentos possíveis para a historiografia rural brasileira.

LISTA DE FONTES

ARQUIVO NACIONAL

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8*, Referência: *GNC.AAA.80011728 - Dossiê*, 1980, 56 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8*, Referência: *GNC.AAA.84045265*, 1984, 8 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8.MIC*, Referência: *GNC.RRR.84009251*, 1984, 10 fls.

BNDES

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Área de Planejamento, Departamento de Estudos – DEEST. *Investimento direto japonês no exterior: tendências globais e perspectivas para o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 1990. 110 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PRC 159/1980. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas que levaram o governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de hectares de cerrados em Goiás e Minas Gerais, no Brasil*. Fls. 8-13. Apresentado em 28 ago. 1980. Brasília, 1980. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=236749>. Acesso em 3 jan. 2020.

BRASIL. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I). *Projeto de Resolução n.º 159, de 1980*. Ano XXXV, n. 091, Brasília, 29 ago. 1980, p. 9316, coluna 2. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=236749>. Acesso em 3 jan. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Para quem fica nossa terra, para onde vai nosso povo*. Regional Centro Sul de Goiás; Regional de Minas Gerais, 19 set. 1980, 46 p.

EMBRAPA

EMBRAPA. JICA. *Relatório parcial do projeto da cooperação em pesquisa agrícola nos Cerrados do Brasil 1978-1980*. 1980, 231 p. In: Página web da EMBRAPA. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIBGE

FIBGE - Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960; Censos Agropecuários no Brasil de 1970, 1975, 1980 e 1985. In: TEIXEIRA, Jodenir Calixto. *Modernização da agricultura no Brasil*:

impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, v. 2, ano 2, p. 21-42, 2005, p. 25.

ITAMARATY

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. *Viagem do Presidente Geisel ao Japão*. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976>. Acesso em: 8 mai. 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Brasília, 1964a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 3 ago. 2019.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 10, de 1964*. Brasília, 1964b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 4 ago. 2019.

BRASIL. *Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964*. Brasília, 1964c, Art. 1º, art. 43, § 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4390.htm. Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 3 ago. 2019.

BRASIL. *Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969*. Brasília, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-09-69.htm. Acesso em 3 ago. 2019. Os grifos são nosso.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BRASIL. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Comunicado Conjunto Brasil-Japão*. Brasília: Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1976.

PERIÓDICOS

O GLOBO, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1962.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 1966.

OPINIÃO. Rio de Janeiro, 27 de agosto/3 de setembro de 1973.

PRODECER

BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. *Estudo de avaliação conjunta. Relatório Geral*. Resumo. Brasília: MAPA; JICA, 2002.

- JICA. PRODECER. *Relatório Pesquisa Básica Empreendimento de Cooperação do Desenvolvimento Agrícola Brasil - Japão*. Jun. 1975, 129 p.
- JICA. *Estudo de Desenvolvimento Regional dos três estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás, República Federativa do Brasil. Relatório Final (Sumário)*. Jul. 1979, 24 fls., p. 10.
- NABUCO et al. *Avaliação do PRODECER II*. Relatório Final. Brasília: IPEA, 1993.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Clovis Tadeu. *A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)*. 174 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANDRADE, Flávio Anício. Fábrica como aparelho privado de hegemonia: voluntariado corporativo e a gestão capitalista do trabalho e da sociedade. *Anais Eletrônicos do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels*, Unicamp, 2004, 1-10.
- ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. Relações Brasil-Japão durante o governo Geisel (1974-1979). *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 48, p. 97-116, jul./dez. 2010.
- ARAGUSUKU, Juliano Akira de Souza. *A assistência oficial para o desenvolvimento na política externa japonesa*. 139 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo; WRIGHT, James. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAIROCH, Paul. Les trois révolutions agricoles du monde développé : rendements et productivité de 1800 à 1985. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, ano 44, n. 2, p. 317-353, 1989.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e Política Exterior. Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: EDUSC, 2001.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Livro 4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 14-42.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha; MORGENFELD, Leandro. Argentina, Brasil e o conflito de Santo Domingo. *OPSI*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 140-158, jan.-jun. 2014.

- CALIL, Gilberto Grassi; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de (orgs.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2014.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Empresários, Estado ampliado e política externa: as empreiteiras e as relações internacionais brasileiras no período da ditadura civil-militar. In: MENDONÇA, Sonia Regina de; LAMOSA, Rodrigo (org.). *Gramsci na Pesquisa Histórica*. Curitiba: Appris, 2018, p. 93-112.
- CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (orgs.). *La era de las exportaciones latinoamericanas. De fines del siglo XIX a principios del XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CASTILHO, Alessandra Beber. O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. *Revista NEIBA – Cadernos Argetina-Brasil*, v. 3, n. 1, p. 57-68, nov. 2014.
- CASTRO, Therezinha. *Rumo à Antártida*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- CEPAL; JICA; NACIONES UNIDAS. *Estudio sobre el desarrollo inclusivo del Paraguay. Experiencias de una cooperación internacional*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2013.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CHAPNICK, Adam. The middle power. *Canadian Foreign Policy*, v. 7, n. 2, p. 73-82, 1999.
- CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção internacional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIARELLI, João Rodrigues. *Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: mecanismos de integração regional*. 73 f. Monografia de Graduação (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- COASE, Ronald H. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*, n. 3, p. 1-44, 1960.
- COASE, Ronald H.; NORTH, Douglass. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*. (Coleção Crítica del mundo moderno). Barcelona: Crítica, 2007.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia: CPT Nacional, 2018.
- CUNHA, Aécio S.; MUELLER, Charles Curt; ALVES, Eliseu Roberto de Andrade; SILVA, José Eurípedes da. Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos Cerrados. *Estudos de Política Agrícola*, n. 2, p. 35-52, dez. 1993.

- DABAT, Marie-Hélène; LI, Xiande; LANCON, Frédéric; CA-CALIM, Cirad. Marché international du soja : des flux en profonde recomposition. *Oléagineux, Corps Gras, Lipides*. Vol. 8, n. 3, p. 191-198, mai.-jun. 2001, p. 192-193.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; PÓ, Marcos; SEIFER, Paulo; KLEEB, Suzana (orgs.). *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado*. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.
- FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 275 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974): as intervenções do "Brasil Potência" na América Latina. *História Social*, Campinas, n. 18, 157-176, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Disputas territoriais em Correntina - BA: Territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate paradigmático. *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA*, Presidente Prudente, n. 118, p. 2-9, out. 2017.
- FERREIRA, Muniz G. Investimentos Diretos Japoneses na Economia Brasileira (1951-85). *Contexto Internacional*, v. 15, n. 1, p. 135-153, jan./jun. 1993.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Verbete Temático 'Comissão Pastoral da Terra (CPT)'*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt>. Acesso em 12 fev. 2020.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Verbete Temático 'Entreguismo'*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/entreguismo>. Acesso em 18 fev. 2020.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.
- FOURASTIÉ, Jean. *Les Trente Glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Éditions Fayard, 1979.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense no século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.

- GLICK, Thomas F. The Rockefeller Foundation and the Emergence of Genetics in Brazil (1943-1960). In: CUETO, Marcos (org.). *Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation of Latin America*. Bloomington; Indianapolis, Indiana: Indiana University Press, 1994, p. 149-163.
- GREENPEACE. *Segure a Linha. A expansão do agronegócio e a disputa pelo cerrado*. São Paulo: Greenpeace, 2018.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HORISAKA, Kotaro. Japan's Economic Relations with Latin America. In: STALLINGS, B.; SZÉKELY, G. (orgs.). *Japan, the United States, and Latin America*. Londres: St. Antony's/Macmillan Series, 1993.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1996.
- KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In: KLAIBER, Jeffrey. *Iglesia, dictadura y democracia en América Latina*. Lima: PUC-Peru, 1997, p. 13-40.
- KOCHER, Bernardo. O Brasil no Terceiro Mundo. Uma abordagem sobre a diplomacia econômica no regime militar. 3º Encontro Nacional ABRI, USP, São Paulo, 20 a 22 de julho de 2011. Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores, USP, São Paulo, 2011, p. 1-18.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2003.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1974.
- LIMA, Débora Assumpção e. O mundo da hinterlândia e os avanços da fronteira no espaço tocantinense. *TEXTOS&DEBATES*, Boa Vista, n. 26, p. 99-112, 2015, p. 100.
- LIMA, Thiago Machado de. *Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 155-177, 2016.
- MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. *Lua Nova*, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.
- MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década de 1964/74. *Estudos CEBRAP*, n. 12, p. 55-98, 1975.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

- MELLO, Maria Conceição d'Incao e. *O "Bóia-Fria": acumulação e miséria*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1992.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 81-82.
- MENDONÇA, Sonia. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MIZUNO, Hajime. A economia japonesa após a Crise do Petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, n. 15, v. 5, p. 40-51, set./out. 1975.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Historia de la Iglesia católica en el nordeste de Brasil (1960-1990). *Historias 59*, México, n. 1, v. 1, p. 89-108, 2004.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOORE JR., Robert. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Edições 70, 2010.
- MOTA, Cristiane Lopes da. *Interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano: estratégias, adesões e oposições (1962-1968)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- MOTTA, Márcia; MARTINS, Mônica (Orgs.). *História e Parceria*. Seropédica: Edur, 2018.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964-1986*. 2. ed. São Paulo: Global, 1987.
- NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. 168 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.
- NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Relatórios DATALUTA 2017 – Banco de Dados da Luta pela Terra*. UNESP, Presidente Prudente. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acesso em 15 fev. 2020.
- NORTH, Douglass C. *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- NORTH, Douglass C. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2005.

- NUNES, Francivaldo Alves. De imigrante a lavrador: acesso à terra nas colônias agrícolas na Amazônia do século XIX. In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Monica (orgs.). *O domínio de outrem: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)*. Volume II. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nósporcatudobem, 2017, p. 33-49.
- NÚÑEZ, Netzahualcóyotl Luis Gutiérrez. *Cambio agrario y revolución verde. Dilemas científicos, políticos y agrarios en la agricultura mexicana del maíz, 1920-1970*. 579 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, Ciudad de México, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Hebert Santos. *Frente Nacionalista e Grupo dos Onze: nacionalismo de esquerda, política e repressão em Jacobina/BA (1963-1966)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- OLIVEIRA, Henrique Altermani de. O Brasil e o Japão nos anos 90. In: FONSECA JÚNIOR, Gelson; CASTRO, Sérgio Nabuco de. *Temas de política externa brasileira*. Brasília: FUNAG; São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- OLIVEIRA, Henrique Altermani de; AMORIM, Wellington Dantas. O relacionamento Brasil-Japão. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa (1930-1990): o desafio geoestratégico*. Vol. 3. São Paulo: Annablume; NUPRI-USP, 2000.
- OLIVEIRA, Júlio Ernesto. Conflitos agrários no Médio São Francisco: a comunidade Retiro da Picada no rastro da memória (1975-1989). In: ALVES, Davidson Hugo Rocha; MESQUITA, Thiago Broni de (Orgs.). *As crises da República e o ensino de História: a democracia brasileira em questão*. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 1017-1029.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PALMAR, Aluizio. Documentos revelan la participación de Itaipu en el Plan Condór. *El Correo de la diáspora latinoamericana*. Publicado em 16 jan. 2005. Disponível em: <http://www.elcorreo.eu.org/Documentos-revelan-la-participacion-de-Itaipu-en-el-Plan-Condor-Documentos-revelam-participacao-de-Itaipu-na-Operacao-Condor?lang=fr>. Acesso em 19 fev. 2020.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados*. 280 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos*, v. 18, p. 73-111, 1º sem. 2014.
- PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. *Concepções da história da Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1989)*. Salvador: SAGGA, 2018.
- PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Ação do Estado e as transformações agrárias do cerrado das zonas de Paracatu e Alto Parnaíba/MG*. 251 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1988.

- PICADO, Wilson. Breve historia semántica de la Revolución Verde. In: TÁBOAS, Daniel; FREIRE, Dulce (orgs.). *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011, p. 25-50.
- PICADO, Wilson. *Conexiones de la Revolución Verde. Estado y cambio tecnológico en la agricultura de Costa Rica durante el período 1940-1980*. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Historia Contemporânea e de América, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2012.
- PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul.-set. 2009, p. 412.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO JR., Caio Prado. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966;.
- PRUTSCH, Ursula. Nelson Rockefeller Office of Inter-American Affairs in Brazil. In: CRAMER, Gisella; PRUTSCH, Ursula (orgs.). *Americas Unidas! Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946)*. Madri: Iberoamericana, 2012, p. 249-282.
- RAMÍREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea*. Carapachay: Lenguaje Claro, 2011.
- RAMÍREZ, Hernán (org.). *O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.
- RAMÍREZ, Hernán. Reflexiones acerca de las Dictaduras del Cono Sur como proyectos refundacionales. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 132-159, nov. 2015.
- RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- REZENDE, Maria José de. Regimes ditatoriais, belicosidades, controles autoritários e os seus reflexos negativos na construção de políticas de desenvolvimento humano. *Cuadernos de Marte*, Buenos Aires, n. 18, p. 317-352, ago. 2020.
- ROCHA, Carolina da Cunha. *Cultivando el Estado, sembrando el progreso: el Ministerio de Agricultura y la formación de la tecnocracia agraria de Brasil (1930-1955)*. 573 f. Tese de Doutorado (Doctorado en Historia) - Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, Ciudad de México, 2021.
- ROMERO, Fernando. *El capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano (1976-2008)*. 669 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.
- ROMEUF, Jean (org.). *Dictionnaire des sciences économiques*. Paris, 1958.
- ROSS, César. Chile y Japón: el impacto del quiebre de la democracia, 1973. *Atenea*, n. 492, p. 121-134, 2005.

- SAITO, Shiro. *Japan at the Summit: Its Role in the Western Alliance and in Asian Pacific Co-operation*. Nova Iorque: Routledge, 1990.
- SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. *Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências de desenvolvimento no contexto do PRODECER*. 375 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Brasília, 2018.
- SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 2, p. 384-416, out. 2016.
- SANTOS, Clovis Caribé M. MAPOPIBA: uma nova fronteira agrícola? Uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? Uma nova reorganização produtiva dos espaços de “Cerrados” dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia?. *Cadernos do CEAS*, n. 245, p. 570-600, 2018.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa, política interna e estratégia de desenvolvimentismo: o projeto de Brasil potência emergente (1974-1979). *Sociedade em debate*, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 19-38, 1998.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo*. 212 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- SILVA, Jussaramar da; MORO, Nataniél Dal. Geopolítica e fronteira Oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. *Revista Geográfica de América Central*, n. 58, p. 125-150, jan.-jun. 2017.
- SILVA, Marcio Both da. O agrário, o moderno e o império: legislação agrária e modernização da agricultura no Brasil do século XIX (1850-1889). In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Monica (orgs.). *O domínio de outrem: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)*. Volume II. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017, p. 103-129.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SKLAR, Robert. *Movie-Made America. A Cultural History of American Movies*. Nova Iorque: Vintage books/Division of Randon House, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n. 47, v. 2, p. 191-222, 2004.

- SPITZ, Pierre. The Green Revolution Re-examined in India. In: GLAESER, Bernhard (org.). *The Green Revolution Revisited*, Londres: Allen & Unwin, 1987.
- SUZUKI, Katsunari. Brasil, Japão e Ásia: passado, presente e futuro. In: GUIMARÃES, Lytton L. (org.). *Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias*. Brasília? NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003, p. 125-135.
- TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, v. 2, ano 2, p. 21-42, 2005.
- TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- TOTA, Antonio Pedro. América, Américas: modernização e paradigmas. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 4, p. 144-154, mai. 2017.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?*. São Paulo: Annablume; Fundação Japão, 2003.
- VIANA, Gilney Amorim (org.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013, p. 116-123.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa: Presença, 1982.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- WATANABE, Paulo Daniel. Quem tem medo do Japão? *Data Venia*, São Paulo, ano VI, n. 26/27, jan./mar. 2010. Disponível em: http://www.belasartes.br/data_venia/data_venia_26-27.html#conteudo_3. Acesso em 10 fev. 2020.
- WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial. *3º Encontro Nacional ABRI*, USP, São Paulo, 20 a 22 de julho de 2011. Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores, USP, São Paulo, 2011, p. 1-16.
- WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 79-127.
- WELCH, Clifford. Resistindo à estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria e a era da globalização. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, p. 285-332, 2016.
- WOOD, Ellen. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- YOKOTA, Paulo. *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1997.

ANEXOS

ANEXO I – LISTA DE ACIONISTAS DA BRASAGRO EM 1984²⁶¹

COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÃO AGRÍCOLA INDUSTRIAL - BRASAGRO					
CGC - NF. 20.492.831/0001-35					
QUADRO ACIONÁRIO EM 05 DE JUNHO DE 1984					
TOTAL DO CAPITAL: Cr\$2.947.205.000,00					
	1 Participação antes 05.06.84	Total Ações 31.12.83	Subscrição em 05.06.84	Total das Ações 05.06.84	1 Participação após 05.06.84
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.-BNCC.....	26.9873	747.695		747.695	25,3697
ENDES Participações S.A.-ENDESPAR.....	11,4443	517.069		517.069	10,7583
Banco do Brasil S.A.....	10,4594	289.782	17.801.000	307.583	10,4365
Cia.Vale do Rio Doce-CVRD.....	6,2010	171.801	124.975.000	296.776	10,0698
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG.....	9,9999	277.052	17.021.000	294.073	9,9781
Cia.Brasileira de Armazenamento-CIBRACEM.....	7,2060	199.646		199.646	6,7741
RESEBAND Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A.....	3,7232	103.153	6.338.000	109.491	3,7151
Florestal Acesita S.A.-FLORASA.....	3,5647	98.762		98.762	3,3511
Banco América do Sul S.A.....	2,6278	72.805	4.475.000	77.278	2,6221
União de Bancos Brasileiros S.A.-UNIBANCO.....	2,6314	72.904		72.904	2,4737
Banco Nacional S.A.....	2,6215	72.630		72.630	2,4644
Banco Econômico S.A.....	1,7519	48.537	2.983.000	51.520	1,7481
Banco Banerjardus do Brasil S.A.-BNERJARDUS.....	1,7857	49.474		49.474	1,6787
Cia.de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais-CASEMG.....	1,0750	29.784	1.831.000	31.615	1,0728
MINASA - T.V.P. Alimentos e Proteínas S.A.....	1,0981	30.424		30.424	1,0324
Cia. Agrícola de Minas Gerais-CAMIG.....	1,0730	29.728		29.728	1,0087
Cia.Cervejaria BRAPA.....	1,0527	29.166		29.166	0,9897
Banco da Amazônia S.A.-BASA.....	0,7293	20.206		20.206	0,6856
NUTRÍCIA S.A. Produtos Dietéticos e Nutricionais.....	0,7293	20.206		20.206	0,6856
SOLFERIDO S.A. Indústria e Comércio.....	0,7280	20.170		20.170	0,6844
Cia.Brasileira de Entrepósitos e Comércio-CBREC.....	0,6366	17.640		17.640	0,5986
EUCATEN S.A. Indústria e Comércio.....	0,3646	10.102	622.000	10.724	0,3639
MANAM S.A. Comércio e Indústria.....	0,3622	10.035	617.000	10.652	0,3615
Cia.Fôrça e Luz Cataguazes Leopoldina.....	0,3652	10.121		10.121	0,3435
Indústria de Conservas Alimentícias CICANORTE.....	0,3652	10.121		10.121	0,3435
MADAL S.A. Implementos Agrícolas e Rodoviários.....	0,3383	9.373		9.373	0,3181
Granjas Petenite S.A.....	0,0615	1.704		1.704	0,0578
Abílio dos Santos.....	0,0006	16		16	0,0005
Adalberto Carvalho Costa.....	0,0006	16		16	0,0005
Hélio Tinoco Marques.....	0,0006	16		16	0,0005
Ronaldo Laporte Ribeiro.....	0,0006	16		16	0,0005
Swell Abdalla.....	0,0006	16		16	0,0005
Sergio Carlos de Miranda Lanna.....	0,0002	6		6	0,0002
Paulo Mendonça Gama.....	0,0002	6		6	0,0002
João Góes Martins.....	0,0006	16		16	0,0005
Rui Neves Ribas.....	0,0006	16		16	0,0005
Marcos Raimundo Pessoa Duarte.....	0,0006	16		16	0,0005
João Roberto Pulitti.....	0,0006	16		16	0,0005
Silvio Santos Faria.....	0,0006	16		16	0,0005
Renato Villela.....	0,0006	16		16	0,0005
Germano de Brito Lyra.....	0,0006	16		16	0,0005
Joseph Kawai Sieh.....	0,0006	16		16	0,0005
Paulo Roberto Vianna.....	0,0006	16		16	0,0005
Luiz Anibal de Lima Fernandes.....	0,0006	16		16	0,0005
Cláudio Corrêa da Costa.....	0,0006	16		16	0,0005
Fernando Antonio Vasconcelos Lanna e Souza.....	0,0006	16		16	0,0005
José de Ribamar Melo.....	0,0006	16		16	0,0005
Raul Lourenço Martins.....	0,0006	16		16	0,0005
Jorge Lins Freire.....	0,0006	16		16	0,0005
José Augusto Trópia Reis.....	0,0006	16		16	0,0005
Ronald Castelo Branco.....	0,0006	16		16	0,0005
Roberto Barroca Facheo.....	0,0001	4		4	0,0001
Afonso Emílio Nassot.....	0,0006	16		16	0,0005
Antonio Carlos Ferreira.....	0,0006	16		16	0,0005
Eduardo José Ferreira Barnes.....	0,0006	16		16	0,0005
Byron Rubem Marinho Coelho.....	0,0002	6		6	0,0002
Waldyr da Costa.....	0,0006	16		16	0,0005
Jorge Marinho de Araujo.....	0,0006	16		16	0,0005
T O T A L S.....	100,0000	2.770.544	176.661.000*	2.947.205	100,0000

* OBS.: Cr\$170.198.000,00 Aumento de Capital em 05.06.84. Cr\$ 196.000,00 (Subscrição residual) Acerto de Capital anterior SA 3.000.000

²⁶¹ In: ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BRDFANBSB V8, Referência: GNC.AAA.84045265, p. 6.

ANEXO II – LISTA DE ACIONISTAS DA JADECO EM 1978²⁶²

<u>JAPAN-BRAZIL AGRICULTURAL DEVELOPMENT CORPORATION</u>	
(J A D E C O)	
Data de Constituição da Companhia: dia 03 de abril de 1978	
Capital Social: Yen 2.000.000.000,00	
Número total das ações: 4.000.000	
O valor por ação: Yen 500,00	
<u>Acionistas</u>	<u>Número de ações subscritas</u>
1. J.I.C.A.	2.000.000
2. Unicoopjapan(Kumiai Boeki)	250.000
3. Mitsubishi Corporation	80.000
4. Mitsui Bussan	79.900
5. C. Itoh & Co.,	80.000
6. Marubeni Corporation	80.000
7. Sumitomo Shoji Ltd,	80.000
8. Nissho-Iwai	80.000
9. The Japan Long-Term Credit Bank	80.000
10. Nipron Steel	79.900
11. Kumiai Kagaku	50.000
12. The Industrial Bank of Japan	40.000
13. The Dai-Ichi Kangyoo bank	40.000
14. The Bank of Tokyo	40.000
15. The Fuji Bank	40.000
16. TOSHIBA	40.000
17. Ishikawajima-Harima Heavy Ind.	40.000
18. Nomura Securities	40.000
19. Yakult	40.000
20. Aoki Construction	40.000
21. Toshio Dokoo	100
22. Tomisaburo Hirai	100
23. Tatsuzo Mizukami	100
24. Mitsubishi Heavy Ind.,	40.000
25. Nippon Kookan	40.000
26. Sumitomo Metal	40.000
27. Kawasaki Steel	40.000
28. Toyo Menka	40.000
29. Kanematsu-Gosho	40.000
30. Nichimen	40.000
31. Tooshoku	40.000

²⁶² In: ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: *Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8*, Referência: *GNC.AAA.84045265*, p. 7-8.

32. The Mitsubishi Bank	20.000
33. The Sumitomo Bank	20.000
34. The Mitsui Bank	20.000
35. The Sanwa Bank	20.000
36. The Daiwa Bank	20.000
37. The Tokai Bank	20.000
38. The Kyowa Bank	20.000
39. The Saitama Bank	20.000
40. The Taiyo-Kobe Bank	20.000
41. The Nihon Saiken Sinyoo Bank	20.000
42. The Yasuda Sintaku Bank	20.000
43. Mitsubishi Chemical Ind.	20.000
44. Kajima Construction	20.000
45. Komatsu	20.000
46. Ube Cement	20.000
47. Mitsui Aluminium	20.000
48. Nisshin Seifun	20.000
49. Ooji Seishi	40.000

T o t a l

4.000.000 ações

Directoria: Presidente do Conselho: Tatzuzo Mizukami (Keidanren)
 Presidente Executivo : Takashi Hisamune (JICA)
 Vice-Presidente : Sachifumi Ochiai (Federação das
 Associação da Cooperativas)
 Diretor Superintendente Executivo: Tomomi Ashikaga (JICA)
 Diretores: R.Koto (Keidanren), Tazuke (C.Itoh)
 Mitsubishi, Mitsui, Marubeni, Sumitomo
 Nissho-Iwai, NSC, Nomura, Yakult, 4
 membros da Federação das Associação
 da Cooperativas.